História e Política:

Pensamentos constitutivos e críticos

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)

Ano 2021

História e Política:

Pensamentos constitutivos e críticos

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

História e política: pensamentos constitutivos e críticos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos / Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-554-6
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.546213009

1. História. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Ano 2021

APRESENTAÇÃO

> As objeções e o indignar-se frente à violência ética são um pressuposto à crítica. O suplantar da abordagem ontológica do ser - o atentar para uma crítica categorial identitária presente nas contradições inerentes do sistema vigente - o caminho para análise histórica.
>
> Vanessa Cavalcanti & Carlos Silva, 2021.

Os matizes que enredam as áreas do conhecimento como História e Política produzem, circulam e analisam contextos específicos e as tensões entre grupos dominantes e dominados, disputas e nuances políticas. Com destaque aos pensamentos e contributos do século XIX, desde Karl Marx e Max Weber, passando à sociologia e história política dos séculos XX e XXI, miradas atentas relativas às estratégias, consolidação das teorias de formas de governo, performances políticas e cidadãs, bem como desenvolvimento de agendas que compuseram e compõem períodos variados, proporcionam leituras sobre o próprio Presente.

As categorias analíticas que englobam esse “fazer-saber” estão atreladas às abordagens disciplinares e transdisciplinares, nomeadamente com maior atenção aos jogos de poder, participação, governança e políticas públicas, ademais de indicar vieses crítico-reflexivos. Esse processo traz à tona devires e metodologias ampliadas, baseadas em documentos oficiais, fontes primárias de várias tipologias, incluindo literatura, jornais, músicas, experiências educativas, relações internacionais.

Em meio às mobilizações no tempo contemporâneo e presente, podem-se verificar aproximações entre as duas ciências. Incentivadas pela produção historiográfica delimitam mais que meras descrições, análises mais apuradas, além de registrarem ações e vivências práticas.

A obra História e Política: Pensamentos constitutivos e críticos tem como objetivo justamente ampliam diálogos – pautados em criticidade e diversidade - reunindo frutos de investigações avançadas por parte de autoras/es brasileiras/os cujas temáticas coadunam com o título da coletânea. São composições autorais diferentes e que trazem distintas perspectivas sobre um recorte temporal que vai do século XIX ao XXI.

Em sua maior parte, os capítulos versam sobre investigações teóricas e historiográficas, apontando para eixos temáticos emergentes, além de novas abordagens e sujeitos como referenciais. Perfazem, sobremaneira, produções sobre conceitos, práticas e agendas políticas que compõem uma geografia global e a história mais recente, escrita entre regimes ditatoriais e democráticos.

Neste contexto, olhares atentos para a caracterização de domínios, esferas e planos na apreciação da análise, interconectando História e Política, são pretendidos como elemento basilar das produções aqui organizadas.

Um convite à leitura e às contribuições resultantes de pesquisas e etapas de formação acadêmica.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

O SIMBÓLICO NA MORTE DE EDSON LUÍS E MARIELLE FRANCO

Data de aceite: 27/09/2021
Data de submissão: 30/06/2021

Talita Souza Magnolo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Juiz de Fora, Minas Gerais
http://lattes.cnpq.br/2505919701713031

Rosali Maria Nunes Henriques
Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea
Lisboa, Portugal
http://lattes.cnpq.br/4074261402535870

Marina Aparecida Sad Albuquerque de Carvalho
Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Juiz de Fora, Minas Gerais
http://lattes.cnpq.br/1193063367784743

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a morte da vereadora e ativista dos direitos humanos Marielle Franco, no dia 14 de março de 2018, comparando-a com a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968. Para analisarmos os aspectos simbólicos nas duas mortes partiremos dos conceitos de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico e os pressupostos da semiótica de Charles Pierce. Tendo como base as matérias publicadas nos jornais de 1968 e nos sites de notícias de 2018, iremos traçar um paralelo entre os aspectos simbólicos das duas mortes que marcaram dois períodos distintos da história do Brasil: a ditadura militar e o fim da Nova República.

PALAVRAS-CHAVE: Simbólico, Bourdieu, Peirce, Edson Luís, Marielle Franco, assassinato.

THE SYMBOLIC IN THE DEATH OF EDSON LUÍS AND MARIELLE FRANCO

ABSTRACT: This article aims to analyze the death and promotion of human rights Marielle Franco, on March 14, 2018, comparing it with the death of student Edson Luís, March 28, 1968. in the death is the use of concepts of Pierre Bource. The databases published in the 1968 newspapers and today's news sites are the next to have the goals of two deaths that marked the two pretended moments of Brazilian history: the military dictatorship and the end of the New Republic.

KEYWORDS: Symbolic, Bourdieu, Peirce, Edson Luís, Marielle Franco, assassination.

INTRODUÇÃO

Figura 1 - Imagem dos velórios, respectivamente, de Édson Luís, em 1968 e Marielle Franco, em 2018.

Fonte: https://bit.ly/3qrbXiz. Acesso em: 25 jul. 2018.

Duas fotografias separadas por cinquenta anos: a primeira foto, do velório do estudante Edson Luís, a segunda foto, do velório de Marielle Franco, ambos na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Essa montagem que circulou em 2018 nas redes sociais chamou a atenção pelo simbolismo das imagens. Por que muitas pessoas compararam essas duas mortes? O que elas têm em comum? O que as diferencia? Qual simbolismo encerra essas duas imagens?

Edson Luís era um estudante secundarista quando foi assassinado no restaurante estudantil Calabouço, no final da tarde de 28 de março de 1968 quando o local foi invadido por policiais. Edson era paraense, morava no Rio de Janeiro, tinha 17 anos e era um dos 300 estudantes que jantavam no local e participavam de uma manifestação contra o aumento do preço do restaurante. Durante a invasão outro estudante foi alvejado, Benedito Frazão Duarte, que chegou com vida ao hospital, mas morreu logo em seguida. Temendo que sumissem com o corpo de Edson Luís, os estudantes o carregaram em passeata pelo centro do Rio até as escadarias da Assembleia Legislativa, na Cinelândia, onde foi velado. A autópsia foi feita no próprio local, sob o cerco da Polícia Militar e de agentes do DOPS

(Departamento de Ordem Política e Social). Foram mobilizados protestos em todo o país. Em São Paulo, 4 mil estudantes fizeram uma manifestação na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Também foram realizadas manifestações no Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na Escola Politécnica da USP, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No Rio de Janeiro, a cidade parou no dia do enterro. Para expressar seu protesto, os cinemas da Cinelândia amanheceram anunciando três filmes: *A noite dos Generais*, *À queima roupa* e *Coração de luto*. Com faixas, cartazes e palavras de ordem, a população protestava: *Bala mata fome?*, *Os velhos no poder, os jovens no caixão*, *Mataram um estudante. E se fosse seu filho?* e *PM = Pode Matar*. Edson Luís foi enterrado ao som do hino nacional brasileiro, cantado pela multidão[1]. Após a missa de sétimo dia, a polícia entrou em confronto com as pessoas que tinham ido assistir à cerimônia religiosa na igreja da Candelária.

A morte de Edson Luís, embora não tenha sido nem a primeira e nem a última perpetuada pelo governo de exceção daquele período, teve uma grande repercussão não somente no Rio de Janeiro, mas em todo o país, principalmente no movimento estudantil. A mobilização em torno da morte do estudante foi o ponto de partida para a primeira grande manifestação pública daquele ano, que culminaria três meses depois na Marcha dos 100 mil, tornando-se um dos principais protestos no período ditatorial. O aumento das manifestações públicas levou a um endurecimento do regime, por parte do governo Costa e Silva e culminou com a edição do Ato Institucional 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968.

Marielle Franco era carioca, do Complexo da Maré, socióloga e com mestrado em Administração Pública, no qual defendeu dissertação sobre o trabalho das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora). Mãe aos 19 anos, Marielle começou sua militância nos movimentos sociais no ano de 2000. Em 2006 integrou a equipe de campanha do deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL, sendo contratada como assessora parlamentar nesse período. Assumiu a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em 2016, na sua primeira disputa eleitoral, foi eleita vereadora na capital fluminense pela coligação *Mudar é possível*, formada pelo PSOL e pelo PCB. Com um número de 46 mil votos, teve a quinta maior votação para a Câmara de vereadores da cidade o Rio de Janeiro e foi a segunda mulher vereadora mais votada no país.

Crítica à violência da Polícia Militar aos moradores das comunidades mais pobres do Rio de Janeiro, Marielle havia sido designada para a comissão que irá fiscalizar a intervenção militar ordenada pelo Governo Federal na cidade do Rio de Janeiro. Marielle Franco foi assassinada juntamente com o seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no dia 14 de março de 2018, quando voltava de um evento na Lapa. O carro onde se encontravam foi seguido e depois interceptado pelos seus executores no centro do Rio

1 Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em 23 abr. 2018.

de Janeiro. Marielle foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço. Dias antes de seu assassinato, Marielle havia denunciado nas redes sociais a truculência policial na comunidade de Acari. Com as investigações ainda em curso, sabe-se que não foi mais uma morte a ser contabilizada na violência cotidiana do Rio de Janeiro, mas trata-se obviamente de uma execução efetuada com algum objetivo específico, ou seja, uma morte política. Não houve disfarces, quem mandou executar quis mandar um recado a outras lideranças. Uma pergunta ainda está sem resposta: a quem interessa a morte de Marielle? Sua morte causou comoção, suscitando manifestações em todo o país e no exterior no dia seguinte à execução e também no dia 19 de março. No Brasil, uma liderança comunitária é assassinada a cada cinco dias. E essa estatística tem aumentado consideravelmente desde 2013, quando o país ingressou numa crise política sem precedentes na sua história.

O PODER SIMBÓLICO

De acordo com Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico é um poder invisível o qual só pode ser exercido com o consentimento daqueles que não querem saber que estão sujeitos a essa dominação e nem quem a exerce. É um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, uma ordem do conhecimento – sentido imediato do mundo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, espaço, número e causa que torna possível a concordância entre as inteligências. Formulado em um conceito específico, o conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1989) adquire um alcance universal, tornando-se um instrumental conceptual, ao permitir examinar a coerência das características mais diversas dos indivíduos. Além disso, expressa as percepções que o indivíduo tem do mundo. *Habitus* pode ter duas disposições: disposições estruturadas, que é referente ao social e disposições estruturantes, que está relacionado com a mente. O campo simbólico, segundo Bourdieu (1989) é o campo no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. Por isso, um fato histórico não pode ser analisado sem levar em conta dois fatores: o contexto de sua produção e as narrativas produzidas sobre ele.

Foucault (1975) estuda as práticas de poder, controle, vigilância e conceitua as práticas de poder e controle desde a era clássica até a modernidade. Na época clássica, houve a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder – era facilmente manipulado, treinado e se tornava hábil. Esses métodos que permitiam o controle das operações do corpo e que realizavam a sujeição constante de suas forças - as *disciplinas* - se tornaram fórmulas gerais de dominação. A vigilância hierárquica, por exemplo, é um exercício da disciplina que supõe que um dispositivo obriga pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver, induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. No decorrer da época clássica, foram construídos *observatórios* – um deles é o Panóptico de Bentham, uma

figura arquitetural “cujo princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção.” (FOUCAULT, 1975, p.165).

Crítico das leis lineares e totalizantes da *ciência*, Max Weber, citado por Lúcio Barros (2000), acredita que o poder é invisível e sem resistência. Aqueles que o obedecem acreditam que aquele poder pelos quais estão submissos realmente é legítimo, e como tal, o dominante tem direito de exercer seu poder. Weber enumera três tipos de dominação: tradicional, carismática e legal. A dominação tradicional é a forma mais antiga de dominação. Basicamente é aceita em nome da tradição e dos níveis de hierarquias. A dominação carismática é influenciada diretamente pelos fatores emocionais e afetivos, e a obediência é estabelecida pela crença nas qualidades do líder, ao caráter sagrado ou ao poder da palavra que distingue de modo especial. A dominação legal tem como ideia base a existência de um estatuto que pode criar e modificar normas, desde que seu processo (forma) esteja previamente estabelecido.

Thompson (1985) recorre a Michel Mann, para diferenciar os quatro tipos principais de poder: econômico, político, coercitivo e simbólico. Segundo o autor, o poder econômico provém da atividade humana produtiva; atividade relacionada com a provisão dos meios de subsistência através da extração da matéria-prima e sua transformação em mercadoria. O poder político está relacionado com a atividade de coordenação de indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação. Já o poder coercitivo implica o uso ou de ameaça ou força física para subjulgar ou conquistar um oponente. Um exemplo é o poder militar. E, por último, o poder simbólico que também pode ser chamado de poder cultural. Nasce na atividade de produção, transmissão e recepção dos significados das formas simbólicas. Os indivíduos se ocupam com as atividades de expressão de si mesmos e são envolvidos na comunicação um com os outros e na troca de informação e conteúdo simbólico.

O SÍMBOLO NA PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA DE PEIRCE

Para compreender o contexto do simbólico na Semiótica de Peirce, é necessário, primeiramente, conhecer a sua Fenomenologia, a ciência que estuda a experiência sem preconceitos e objetivos, tentando representar amplamente a realidade (PEIRCE, 1931-1958, §1.280; §5.121). Peirce propôs três categorias fenomenológicas, Primeiridade, Secundidade e Terceiridade; as quais são os elementos mais gerais, abstratos e universais de sua teoria, a partir das quais pode se desenvolver todo o seu pensamento.

A Primeiridade é o universo das possibilidades, um contínuo de qualidades, e é a única das categorias que pode se sustentar sozinha. Já a Secundidade se refere ao existencial, a ação e reação, o conflito típico daquilo que existe, englobando também as

possibilidades da Primeiridade. Por fim, a Terceiridade está relacionada a abstrações, padrões e hábitos, abarcando as possibilidades da Primeiridade e a existencialidade da Secundidade (PEIRCE, 1931-1958, § 1.25, §1.35, §5.66, §1.536-537).

Para Peirce (1931-1958, §1.339), o signo também é triádico, com três correlatos: signo, objeto e interpretante. O primeiro, o fundamento do signo, se refere a um objeto, este que é o segundo correlato. Isso significa que o signo representa o objeto, mas porque o objeto é que determina esse signo, afeta-o de alguma forma. Contudo, a representação só se completa, porque causa um efeito em uma mente, efeito esse denominado interpretante. Santaella (2005, p. 39-40) explica de forma bem compreensível a relação entre os três correlatos:

> (1) o signo é uma estrutura complexa de três elementos íntima e inseparavelmente interconectados: (1.1) fundamento, (1.2) objeto e (1.3) interpretante. (1.1) O fundamento é uma propriedade ou caráter ou aspecto do signo que o habilita a funcionar como tal. (1.2) O objeto é algo diferente do signo, algo que está fora do signo, um ausente que se torna mediatamente presente a um possível intérprete graças à mediação do signo. (1.3) O interpretante é um signo adicional, resultado do efeito que o signo produz em uma mente interpretativa, não necessariamente humana, uma máquina, por exemplo, ou uma célula interpretam sinais. O interpretante não é qualquer signo, mas um signo que interpreta o fundamento. Através dessa interpretação o fundamento revela algo sobre o objeto ausente, objeto que está fora e existe independente do signo.

Neste trecho, já fica claro que, para Peirce, existem dois objetos: dinâmico e imediato. O dinâmico é aquele que Santaella (2005) diz existir independente do signo, seria o real que se força sobre nós, enquanto o imediato é o objeto veiculado para nós pelo signo, aquilo da realidade que o signo nos mostra. Da mesma forma, existem diferentes interpretantes, de acordo com as categorias fenomenológicas, quais sejam, Imediato, Dinâmico e o Final ou Normal. O Imediato são todas as possibilidades interpretativas que um signo pode gerar, enquanto o Dinâmico são as interpretações que de fato existiram, ocorreram. Por último, o Normal são todas as interpretações que virão a surgir a partir do desenvolvimento do signo, como uma verdade que sempre se procura alcançar (PEIRCE, 1931-1958, §4.536).

Importante ressaltar que o Interpretante não se confunde com o intérprete, mente em que o Interpretante se desenvolve. Conforme veremos, o Interpretante sempre gera um novo signo (PEIRCE, 1931-1958, §1.339), iniciando um novo ciclo de determinação e representação, ou Semiose (PEIRCE, 1931-1958, §5.484), ação do signo, como Peirce define, que é infinita. Por isso, a Terceiridade permite que a potencialidade da Primeiridade ultrapasse os limites da existência, na Secundidade, fazendo com que essa existência se reproduza com novas potencialidades.

A classificação dos signos para Peirce, sua Gramática Especulativa, é baseada nos três correlatos, sendo que o filósofo dedicou maior atenção nas relações do signo em si mesmo, do signo com o objeto e do signo com o interpretante (PEIRCE, 1931-1958,

§2.243-252), conforme tabela abaixo (Tabela 1):

	Primeiridade	Secundidade	Terceiridade
	Signo em si mesmo	Signo e objeto dinâmico	Signo e interpretante
Primeiridade	Qualissigno	Ícone	Rema
Secundidade	Sinssigno	Índice	Discente
Terceiridade	Legissigno	Símbolo	Argumento

Tabela 1 - Classificação dos signos segundo a Semiótica de Peirce.

Fonte: PEIRCE, 1931-1958, §2.243-252.

Na primeira linha da tabela estão os signos de mera possibilidade, enquanto a segunda apresenta os signos de existência concreta e a terceira, os signos ligados aos processos de abstração. Os qualissignos são as qualidades intrínsecas do signo possíveis de serem percebidas, os sinssigos, suas carcaterísticas existenciais, e o legissigno, seus padrões formais. Na segunda coluna da tabela, o signo aparece conjugado com o objeto e, por isso, suas qualidades, características existenciais e padrões são relacionados aos do objeto, originando, respectivamente, ícone, índice e símbolo. Por fim, na terceira coluna, o rema, como Primeiridade pura, é uma possibilidade e, portanto, uma hipótese. No mesmo espaço lógico, podemos posicionar o interpretante imediato. Como Secundidade pura, o discente é "para o seu interpretante, um sinal de existência real" (PEIRCE, 1931-1958, §2.251), ou seja, ele é capaz de gerar um interpretante dinâmico. A Terceiridade mais pura é o argumento, sendo uma conclusão. Esse tipo de signo está articulado, logicamente, ao interpretante final.

A MORTE DE EDSON LUÍS NOS JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO* E *JORNAL DO BRASIL*

O objeto de nossa análise são todas as manchetes e chamadas de matéria em todos os cadernos dos jornais *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo* nos dias 29 e 30 de março de 1968 – respectivamente o dia seguinte do assassinato de Edson Luís que foi no dia 28 de março e a cobertura da repercussão do incidente no Rio e também em âmbito nacional. O objetivo desta análise é entender o posicionamento dos jornais diante do acontecido; a semelhança e discrepância entre matérias; como o caso foi trabalhado pelos jornais. No dia 29 de março, entre manchetes e chamadas de matérias, o Jornal tocou no assunto do assassinato do estudante 12 vezes. Na capa a manchete trazia: *Poder de fogo: assassinato leva estudantes à greve nacional* – acompanhado da foto do corpo do estudante sendo velado e coberto pela bandeira nacional –, focando o movimento estudantil. Ainda na capa, uma imagem de um estudante segurando a camisa de Edson Luís ensanguentada com o título *A força da evidência*. Dentro da temática das greves e movimentos universitários,

o jornal ainda trouxe uma matéria salientando a magnitude do movimento: *Universitários saem às ruas em 3 países*.

Dentro do 1º Caderno, na página 4, o foco é na reação do governo com duas matérias: *Presidente é informado do acontecimento no Rio através do ministro Gama e Silva: estudantes do Rio entram em greve* e *Lacerda reagiu com cautela ao saber de morte*. Ainda no 1º Caderno, na página 5, as matérias remetem à revolta da sociedade – *Briga faz tumulto em velório*; *Teatro pára em sinal de solidariedade* – e a relação da polícia com o incidente é trabalhada no topo da página com uma matéria intitulada *Polícia mata estudante em choque no calabouço*, que é acompanhada de uma foto do Governador Negrão de Lima com a seguinte legenda: *Pesar oficial: O Governador Negrão de Lima declarou que ficou chocado com a morte do estudante no conflito com a Polícia Militar*. Na página 18, o jornal mostra o posicionamento do governador com relação ao que aconteceu com uma matéria falando sobre o afastamento do General da Polícia: *Negrão afasta Gen. Niemeyer e suspende as aulas de hoje*. Ainda dentro dos acontecimentos no governo o jornal chama a atenção para a interrupção de uma palestra do Secretário de Finanças, Márcio Alves – *Notícia da morte pára depoimento de Márcio* – e dentro da matéria algumas outras chamadas: *Chega Niemeyer* – que diz que o plenário tomará todas as providências necessárias à punição dos culpados – *CPI em andamento*; *Sobral Pinto* e *Discursos*. A página traz uma última matéria que fala novamente sobre a mobilização estudantil: *Estudantes protestam e pedem vingança*.

No dia 30 de março, a repercussão do assassinato de Edson Luís foi muito grande. O assunto foi tratado no Jornal do Brasil 15 vezes. A capa deste dia foi dedicada à repercussão por parte dos estudantes, trazendo junto com sua manchete – *Estudantes organizam manifestações de rua que Governo manda reprimir em todo o país* – uma grande foto do cortejo de Edson Luís, no Rio de Janeiro acompanhado da legenda: *O féretro de Edson Luís de Lima Souto dobra a Cinelândia, a pé, acompanhado, a princípio, por vinte mil pessoas*. Além disso, a capa trouxe outras fotos: uma da queima da bandeira norte-americana na ex-UNE – *Na ex-UNE, é queimada a bandeira americana feita pelos estudantes* –, a foto de uma revolta no Distrito Federal –*Palanques comemorativos da Revolução foram destruídos no DF* – e a foto do capacete quebrado do aspirante Aluísio Azevedo Rapôso que negou em depoimento que ele e os outros 25 policiais houvessem disparado um tiro sequer na noite do incidente – *Pedradas partiram o capacete de Rapôso*. No intuito de retratar o cenário estudantil no mundo, o jornal ainda traz uma pequena matéria falando sobre a repressão aos estudantes em alguns países: *Seis países reprimirão estudantes*.

Na página 2 do 1º Caderno, trouxe informações sobre o cortejo do corpo do estudante e seu enterro: *Cortejo canta Hino Nacional após queimar bandeiras norte-americanas* – essa sendo a manchete e acompanhada da foto do cortejo fúnebre na reta da Praia do Flamengo –, *Apenas 18 agentes do DOPS viram o enterro* e *Povo chegou no início da tarde ao cemitério*. Na página 3, acompanhada de uma foto do Governador Negrão e de

Gama e Silva com a legenda *Logo que chegou no Rio, Gama e Silva recebeu Negrão para uma troca de ideias sobre a crise estudantil no Rio*, a matéria fala sobre o posicionamento e preocupação do governo com os movimentos estudantis: *Governo diz que não tolera a agitação nem a violência*; *Camara repudia violências em sessão que houve briga* e *A longa noite de protestos*. A página 4 retoma os assuntos da capa e página 2: *A morte não quebra rotina no Congresso* e *Aspirante (Rapôso) nega tiros e culpa General*.

Os assuntos tratados na página 5 têm um foco voltado para a empatia com os estudantes e com o que aconteceu, trazendo matérias que comprovam a culpa da polícia no caso – *Peritos provam que polícia não atirou só para o alto* – e também de solidariedade e proteção da sociedade – *Cadáver recebeu rosários e rosas de moças*; *Polícia volta às ruas só de cassetete* e *Laudo da autopsia*. Ainda no 1º Caderno, a página 16 traz no topo duas fotos de Brasília: *Os estudantes agiram de madrugada e o campus da UnB amanheceu pichado por dentro e por fora* e *O discurso do deputado Hélio Navarro foi o mais aplaudido pelos estudantes em Brasília*. Sobre Brasília ainda, uma matéria falando da violência da polícia: *Polícia de Brasília bate em Parlamentares diante do povo* e duas notícias sobre a madrugada movimentada: *Violência prossegue durante a noite toda* e *Vinte foram socorridos até meia-noite*.

A edição da manhã da *Folha de S. Paulo* do dia 29 de março não trouxe nenhuma manchete ou matéria sobre o caso de Edson Luís. As matérias vieram mesmo na edição da tarde do jornal que abordou esse assunto 18 vezes ao longo da edição. A capa vem com uma grande manchete *Polícia de Negrão – chacina estudantes*, acompanhada de chamadas voltadas para a violência e culpa dos agressores: *Costa exige rigor para os culpados*, *DOPS atira bomba*, *Velório na Assembleia*, *Tiro a queima-roupa*. Além dos títulos chamativos, a capa ainda traz 3 fotos, uma delas com o corpo de Edson Luís sendo velado: *O estudante Nelson Luís Souto, de 16 anos, morto no choque com a polícia carioca*; outra foto da agitação estudantil: *Soldados da PM invadiram o restaurante do Calabouço e passaram a distribuir pancadas, ferindo estudantes e rasgando suas roupas*; e a última foto fala da agressão aos próprios fotógrafos que cobriam o incidente: *Fotógrafos não escaparam das violências*. É interessante ressaltar que nesta primeira página o nome de Edson Luís é colocado de duas formas erradas, sendo chamado na legenda da foto de Nelson e no subtítulo da chamada *Tiro a queima-roupa* de Nilton Luís.

Na página 3 do 1º Caderno, mais notícias sobre a violência da polícia, o envolvimento e providências que estão sendo tomadas: *Polícia da Guanabara mata estudantes*; *Estudante conta que capitão mandou choque abrir fogo*; *Negrão promete providências energéticas em nota oficial* e complementa *Para General, polícia estava 'em inferioridade de fogo*'; *DOPS solta bomba na porta de Assembleia e fere populares; Governador pede informações*. Mais uma vez, o nome do estudante é divulgado de maneira errada: *Autopsia de Nilton Luís foi feita na própria Assembleia*. Além disso, a página ainda traz algumas notícias sobre a solidariedade da sociedade e estudantes com o incidente: *Teatros da Guanabara param:*

solidariedade aos estudantes; *XI de Agosto lança manifesto*; *Em Brasília: greve geral*. No centro, estão duas fotos, uma mostra um estudante sendo socorrido – *Estudante ferido é socorrido pelos seus companheiros* – e a outra mostra o corpo de Edson Luís sendo carregado, mais uma vez, o nome do estudante foi divulgado errado – *Depois de baleado, Nelson Luís foi carregado pelos seus companheiros*.

A página 6 traz algumas matérias menores, sempre fazendo alusão ao movimento estudantil e o posicionamento do governo: *Lacerda pede calma e adverte que violências vão repetir-se*; *Costa exige punição rigorosa dos culpados pelo massacre*; *Estudantes decretam greve, luto e preparam passeata*; *Greve de estudantes pode ser geral em todo o país*; *Vítimas internadas também no hospital Sousa Aguiar*. Finalizando a edição deste dia, na página 14, uma última notícia sobre o corpo do estudante que permaneceu o tempo todo na Assembleia: *Na Assembleia o corpo de estudante morto em choque com a Polícia*.

Acompanhada de duas fotos grandes, a manchete do jornal no dia 30 de março já diz muito: *Violento conflito entre polícia e estudantes em Brasília; Edson Luís sepultado*. Essa é a primeira vez desde a primeira notícia sobre o incidente que o nome de Edson está correto e as imagens juntamente com a manchete principal mostram a repercussão no Rio e em todo Brasil. A primeira – e maior – foto mostra uma multidão em frente à Assembleia com a legenda *Do velório no prédio da Assembleia Legislativa, na Cinelândia, ao cemitério de João Batista, em Botafogo, uma grande multidão só comparável a que acompanhou os despojos de Getúlio Vargas, seguiu o féretro do estudante assassinado pela polícia. Não houve incidentes*; a segunda foto é do manifesto de estudantes que aconteceu em São Paulo – *O protesto dos estudantes de São Paulo contra as violências cometidas pela polícia da Guanabara começou ontem à noite nas escadarias do Municipal, cerca de 500 pessoas reunidas, mais de uma hora de discursos violentos e dezenas de cartazes de protesto*.

A página 6 traz as preocupações do governo do Rio e os pronunciamentos dos governos de Minas e São Paulo com relação ao caso Edson Luís e a violência da polícia: *Costa e políticos veem crise que preocupa todo Brasil*; *Para Eurico Rezende Governo não pode se culpado pelo o que aconteceu*; *Sessão da Câmara, com incidentes, é toda dedicada ao caso estudantil*; *Minas Gerais lamenta desfecho da ação policial com estudantes*; *Deputados paulistas condenam violência e reclamam punição*; *Um movimento delicado para o Governo*; *Sindicatos pedem liberdade para manifestações e menos violência*. Sobre a polícia da Guanabara: *Substituído o superintendente da Polícia Executiva da Guanabara*. Na página 7 duas notícias sobre as manifestações em Brasília e o retrato da violência: *Brasília: soldado espancado e estudante baleado*; *Ministro da Justiça: Governo não tolerará agitação*. Na Folha da Noite, o foco foi no movimento estudantil, enquanto um movimento de grande repercussão nacional e internacional, e que isso vem crescendo de muitos anos até chegar aonde se chegou, com o assassinato de Edson Luís: *Uma grande multidão no sepultamento*; *No Brasil, são 100 anos de história*; *No mundo, eles protestam contra tudo*.

Uma coisa que vale a pena ser ressaltada nesta edição é um pequeno texto que se encontra na capa da Folha, intitulado *Nossa Opinião*, em que o jornal, como veículo de comunicação, pronuncia-se e se posiciona a respeito do que aconteceu: *O que aconteceu agora no Rio há muito poderia ser previsto: os repetidos choques entre estudantes de um lado, e a Polícia de outro, mais dia, menos dia, iriam resultar em algo ainda mais lamentável do que prisões e espancamentos. Diante do brutal acontecimento, devem cessar as explorações de natureza emocional ou política, para que a fria lição dos fatos permita deles retirar as amargas que comportam*.

A MORTE DE MARIELLE FRANCO NO JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO*

Para entendermos o efeito do assassinato de Marielle Franco no campo do simbólico, analisamos as capas dos principais jornais brasileiros do dia seguinte à morte da vereadora e alguns de seus artigos internos, disponíveis na internet. O jornal *Folha de São Paulo* estampa na sua primeira página do dia 16 de março a seguinte manchete: *Assassinato de vereadora no Rio pressiona interventores* e como subtítulo: *Marielle Franco (PSOL) teve o carro atingido por 9 tiros, milhares protestam no país contra o crime*. A capa do jornal é ilustrada com uma foto do cortejo do corpo até a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O jornal *Folha de São Paulo* dedicou várias seções para falar sobre a morte de Marielle. No editorial aparece como título a seguinte pergunta: *Quem matou Marielle? Assassinato chocante da vereadora carioca atinge instituições e bandeiras*[2]. O editorial afirma que se trata de um assassinato premeditado e que urge descobrir quem matou ou mandou matar a vereadora para não criar teorias conspiratórias, principalmente por causa da intervenção federal no Rio de Janeiro. Em contradição a essa linha, a coluna do jornalista Vinícius Torres Freire[3] aponta o Estado como o principal autor do crime. Com o título e subtítulo: *Marielle, morta pelo Estado do crime: Homicídio político a mando do crime institucionalizado é nova fase do horror: Colômbia e México*, o colunista compara o tipo de crime institucionalizado que tem ocorrido não só no Brasil, mas também na Colômbia e no México, apontando as inúmeras encomendas de assassinatos de militantes de direitos humanos, ambientalistas e líderes de trabalhadores rurais no Brasil como um crescendo nessa escala de violência institucionalizada.

Na seção Painel, da *Folha de São Paulo*, a articulista Daniela Lima comenta no artigo *Assassinato de Marielle faz Rodrigo Maia retomar críticas à intervenção no Rio*[4] que o presidente da Câmara dos Deputados aproveita-se do assassinato da vereadora para fazer críticas à intervenção federal no Rio de Janeiro. Também no mesmo dia, Bruno Boghossian em sua coluna *Morte de Marielle é crime político que supera divisão ideológica: Assassinato elimina à força um canal de representação de parte da sociedade*[5] aponta o

2 Disponível em: <https://bit.ly/30loPvV>. Acesso em 23 abr. 2018
3 Disponível em: <https://bit.ly/3qqvPSW>. Acesso em 23 abr. 2018
4 Disponível em: <https://bit.ly/3t0kg6K>. Acesso em 23 abr. 2018.
5 Disponível em: <https://bit.ly/3kVqh1m>. Acesso em 23 abr. 2018.

assassinato de Marielle como um crime político, apresentando a sua trajetória política e sua militância como um fator causador de sua morte. Em um artigo sem assinatura, a *Folha de São Paulo* apresenta o artigo *Assassinato de vereadora no Rio pressiona interventores federais: Ataque que também matou motorista é encarado como afronta no Exército*[6] no qual argumenta que a morte de Marielle seria uma afronta direta à intervenção realizada pelo Exército na cidade do Rio de Janeiro. Discorre sobre a pressão que o Governo Federal estaria exercendo sobre as investigações para a apuração rápida dos assassinatos.

Muitos artigos da *Folha de São Paulo* abordam aspectos da vida da vereadora ou do motorista assassinados no dia anterior, sobre o momento da morte ou sobre a investigação, tais como: *Marielle criticava polícia a políticos em redes sociais; relembre*[7] *Da Maré, vereadora fazia parte do 'bonde de intelectuais da favela'*[8], *Motorista de Marielle fazia bico e iniciaria curso para mecânico de avião*[9], *Assessora de Marielle se jogou do carro e está em choque dentro de casa*[10] e *Polícia rastreia dezenas de câmeras para desvendar assassinato de vereadora*[11].

No entanto, o que mais nos chama a atenção são as matérias sobre a repercussão das mortes na imprensa internacional e as manifestações que aconteceram no mesmo dia da morte por todo o Brasil. Na matéria *ONU pede investigação 'minuciosa e transparente' de morte de Marielle: Preocupação é que o crime não represente uma escalada na impunidade no Rio*[12] a jornalista Estelita Hass Carazzai afirma que o escritório para os Direitos Humanos da ONU exigiu que o governo brasileiro fizesse uma apuração rigorosa do assassinato e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à OEA (Organização dos Estados Americanos) defendeu uma investigação rápida para o caso. A jornalista destaca também a fala da diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck, na qual aponta a necessidade das autoridades brasileiras não deixarem impunes os crimes cometidos contra os defensores dos direitos humanos no Brasil. O artigo *Milhares protestam no Rio e em SP contra assassinato de Marielle: Manifestantes se reuniram em frente à Alerj, no Rio, e na avenida Paulista, em SP*[13] descreve as manifestações ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo, no dia seguinte ao assassinato de Marielle e de seu motorista. Destacando também que houve pequenas manifestações em Belo Horizonte, Salvador e Brasília, o artigo aponta a simbologia dos eventos, na fala da vereadora e amiga de Marielle, Sâmia Bomfim: *Além de todos os simbolismos da execução da Marielle, entendo a manifestação como um recado para todo mundo que denuncia e coloca o dedo na ferida e que ouve que não deveria fazer isso porque os outros são poderosos demais*[14]

6 Disponível em: <https://bit.ly/3kR3xQm>. Acesso em 23 abr. 2018.
7 Disponível em: <https://bit.ly/3bnI4uZ>. Acesso em 23 abr. 2018
8 Disponível em: <https://bit.ly/38lodeh>. Acesso em 23 abr. 2018
9 Disponível em: <https://bit.ly/3kUfy7p>. Acesso em 23 abr. 2018
10 Disponível em: <https://bit.ly/3bp3GHJ>. Acesso em 23 abr. 2018
11 Disponível em: <https://bit.ly/2PI51kp>. Acesso em 23 abr. 2018.
12 Disponível em: <https://bit.ly/3vdA73l>. Acesso em 23 abr. 2018.
13 Disponível em: <https://bit.ly/3qrVrid>. Acesso em 23 abr. 2018
14 *Idem*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A semiótica de Peirce pode nos dar algumas pistas sobre a realidade da morte de Marielle e de Edson Luís, ou seja, esse objeto dinâmico que se impõe sobre nós. Muitas foram as representações dessa morte, o objeto imediato a que tivemos acesso: fotos, vídeos, textos, depoimentos, entre outros. Esses signos veiculados nos mostraram algumas das qualidades intrínsecas dessa morte: carros em movimento, estampidos, um líquido viscoso vermelho e perfurações. Esses Qualissignos logo foram constatados, tornando-se existentes, portanto, Sinssignos, para todos aqueles que o perceberam: pessoas próximas ao ocorrido, investigadores, repórteres e audiência.

O Legissigno guia ocorrências particulares, "(...) ele não é um único objeto, mas um tipo geral que, por meio de um acordo, será significativo", segundo Peirce (1931-1958, §2.246) e, por isso, dissemos que são os padrões formais do signo. Assim, podemos dizer que Marielle foi morta por objetos perfurantes, a maioria atingindo a vereadora e uma minoria acertando o motorista do veículo. Dessa forma, também Edson Luís foi alvejado por um policial durante a invasão do Calabouço com um tiro certeiro, que atingiu o seu peito.

Quando chegamos ao campo do signo em relação ao seu objeto, é o momento de compararmos qualidades, características existenciais e padrões formais do signo com as do objeto. E isso só é possível a partir do nosso repertório, daquilo que já vivenciamos, nossa familiaridade com o objeto, o que Peirce denomina experiência colateral (PEIRCE, 1931-1958, §8.183). O ícone, como mera possibilidade, nos leva a refletir a partir do nosso conhecimento de mundo: um signo de morte, com as qualidades descritas acima, poderia nos apontar para um objeto morte por faca, ou por agressão com outro objeto perfurante ou ainda por tiros de uma arma de fogo. Mas é o índice que pressupõe uma conexão física, existencial, entre signo e objeto, chama a atenção da mente interpretadora para o objeto, indicando e apontando como esse objeto, a morte, se deu: o líquido viscoso vermelho nos indica sangue e a conjuntura de carros em movimentos, estampidos, que a morte foi possível apenas a partir de tiros.

Somente no símbolo começamos a relacionar os padrões que o signo nos apresentou com os padrões do objeto. O símbolo só é possível a partir de convenções estabelecidas, ele se relaciona com seu objeto por um caráter imputado, arbitrário e não motivado. Marielle foi atingida pela maioria dos muitos tiros disparados e nada foi roubado após o crime. Sabemos que, convencionalmente, a partir de nossas experiências colaterais, esse padrão significa que Marielle não foi morta por acaso, mas esse é o padrão de uma morte com tal propósito, por execução. Dependendo do nosso repertório, sabemos que Marielle era vereadora na cidade do Rio de Janeiro, eleita para integrar a comissão de acompanhamento da intervenção militar na cidade e, poucos dias antes, havia denunciado os abusos da PM em uma favela. Diante disso, a morte de Marielle pode se tornar símbolo de uma morte política.

A partir do caminho percorrido até o simbólico, há margem para várias interpretações potenciais, o interpretante imediato. Algumas delas de fato ocorreram, seus interpretantes dinâmicos, que foram de três níveis, conforme a proposta de Peirce (1931-1958, §8.343), de acordo com as categorias da Fenomenologia. Foram emocionais, pois causaram tristeza, indignação, e sentimentos de impotência, por exemplo. Os interpretantes energéticos são aqueles que levaram a reações, como lágrimas, manifestações nas ruas e demais atos que cobraram e ainda cobram que essa morte simbolicamente política não passe impune. No interpretante lógico, estão os raciocínios que essa morte despertou como, *quem matou Marielle? Seria a milícia, o exército, cujo general atua como interventor no Estado do Rio de Janeiro?*; *qual foi a motivação do crime? Quem Marielle estava incomodando? A PM? O exército? A milícia?*.

Todos esses interpretantes dão origem a novos fundamentos do signo que reiniciam o processo infinito de semiose. Por exemplo: as manifestações de ruas e as investigações sobre o crime são novas formas de elaboração dessa morte e, por isso, novos processos de Semiose. Por fim, o interpretante final são as conclusões que procuramos sobre a morte de Marielle, a justiça que esperamos, ainda em devir e que, mesmo depois de concluída, pode ser modificada a partir de novas provas encontradas, por exemplo.

Ao contrário de Marielle que era uma liderança nos movimentos sociais e tinha uma trajetória de luta, Edson não era uma liderança, não estava envolvido diretamente com o movimento estudantil, era apenas um garoto que estava no lugar errado, na hora errada. Por isso, ao comparar as duas mortes estamos diante de elementos simbólicos, repletos de significados. No caso dos dois, não é a morte como um fato em si, mas o que ela representa no campo simbólico, a simbologia que lhe é atribuída a *posteriori*.

Como fato histórico, a morte de Edson Luís tem duas perspectivas: a do momento presente, ou seja, quando ele aconteceu, em março de 1968 e que serviu de estopim para a revolta dos estudantes, alavancando posteriormente o desejo de uma parcela da classe média, composta principalmente por intelectuais e artistas de pôr fim aos desmandos da ditadura militar. A segunda perspectiva histórica: a *posteriori* a morte de Edson Luís tornou-se um marco nesse processo histórico, uma vez que a comoção por sua morte acabou por resultar em endurecimento do regime. O caráter simbólico da morte de Edson Luís, foi imediata à produção dos fatos tem um aspecto mais forte do que a morte de Benedito Frazão Duarte que morreu no hospital. A morte de um estudante no momento da invasão tornou-se símbolo na luta contra a ditadura.

Embora seja símbolo de um processo, a morte de Marielle ainda é um fato recente. Suas consequências e seus desdobramentos ainda não são passíveis de previsão. No entanto, sabemos que a morte da Marielle deve ser tratada como de fato é: um dos marcos do processo que estamos vivendo nesse momento: o fim do período histórico chamado Nova República. O que virá depois disso só o tempo dirá. Oxalá, que diferentemente da morte de Edson Luís, a morte de Marielle não aponte que tempos mais duros poderão

surgir à nossa frente. E que a morte dela seja símbolo de esperança por aqueles que acreditam na luta contra as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. A. de. **Concepções sobre a obra de Max Weber.** Belo Horizonte, 2000, mimeo.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

PEIRCE, C. S. **Collected Papers**. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.

SANTAELLA, L. **Matrizes da Linguagem e do Pensamento**. Sonora, visual, verbal. São Paulo: Iluminuras, 2005. Edição do Kindle.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CAPÍTULO 2

"COMPORTAMENTO GERAL" DE GONZAGUINHA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DA DITATURA E CONTRAPONTOS COM O GOVERNO BOLSONARO

Data de aceite: 27/09/2021
Data de submissão: 17/08/2021

Nayara Figueira
Unioeste
Cascavel – Paraná
https://orcid.org/0000-0002-4702-6895

Andrise Teixeira
Unioeste
Cascavel – Paraná
https://orcid.org/0000-0001-6135-453X

RESUMO: O presente artigo dedica-se a explicitar através da canção "Comportamento Geral" de Gonzaguinha, a mensagem velada que o autor trás sobre os momentos de repressão vívidos durante a ditadura e fazer uma reflexão articulada aos processos sociais, da sociedade brasileira, especificamente durante o primeiro ano do governo Bolsonaro. Para nortear a análise desta música, inicialmente pautados nas reflexões de Karl Marx (1818-1883), far-se-á um breve histórico sobre a transição da sociedade feudal para capitalista. Em seguida situacionar no texto a era da ditadura, que é o período histórico em que a canção foi produzida, trazendo as discussões de Althusser (1918 – 1990) sobre a repressão. Esses dois elementos se tornam essenciais para compreender a análise proposta.
PALAVRAS-CHAVE: Censura; Bolsonaro; Ditadura; Gonzaguinha; Sociedade Capitalista.

"GENERAL BEHAVIOR" OF GONZAGUINHA: A REFLECTIVE ANALYSIS OF THE DICTATURE AND COUNTERPOINTS WITH THE BOLSONARO GOVERNMENT

ABSTRACT: This article is dedicated to explaining, through the song "Comportamento Geral" by Gonzaguinha, the veiled message that the author brings about the vivid moments of repression during the dictatorship and to make an articulated reflection on the social processes of Brazilian society, specifically during the first year of the Bolsonaro government. To guide the analysis of this music, initially based on the reflections of Karl Marx (1818-1883), a brief history will be made about the transition from feudal to capitalist society. Then place in the text the era of the dictatorship, which is the historical period in which the song was produced, bringing the discussions of Althusser (1918 – 1990) about repression. These two elements become essential for understanding the proposed analysis.
KEYWORDS: Censorship; Bolsonaro; Dictatorship; Gonzaguinha; Capitalist society.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a mensagem encoberta por uma linguagem de duplo sentido, da música *Comportamento Geral* de Gonzaguinha produzida em tempos de ditadura, e fazer uma análise sobre como a música se torna atual, apesar de ter sido escrita há quase cinco décadas.

Em grande parte das produções musicais

de Gonzaguinha, o cantor buscava denunciar os problemas políticos, econômicos e sociais que o país vivia, assim por meio da análise da música *Comportamento Geral*, é possível tratar no âmbito da conjuntura atual, os diversos aspectos já mencionados.

A divisão do artigo em subtítulos foi pensada para respaldar as ideias da analise proposta. Inicialmente serão abordados os retrospectos sociais que englobam discussões sobre a sociedade capitalista, sob a ótica de Karl Marx (1818-1883), com intuito de demarcar a sociedade a qual nos referimos e abordar a exploração da classe operária que é objeto de nossa análise. Em seguida abordar a era da ditadura militar, trazendo Louis Althusser (1918-1990) como fundamento para as discussões sobre a repressão.

Após compreender o contexto social, far-se-á uma tentativa de análise da música de Gonzaguinha, levando em consideração o momento histórico da produção e realizar concomitantemente contrapontos com dados do governo Bolsonaro, através de reportagens da Revista Exame *online* e vivências como cidadãs brasileiras.

Para sintetizar as ideias, a conclusão aparece como retomada de todas discussões do artigo.

RETROSPECTOS SOCIAIS : SOCIEDADE CAPITALISTA

Toda e qualquer sociedade é marcada por muitas mudanças no decorrer da história, sendo o modo de produção, o responsável por determinar as características sociais de cada época, que são definidas de acordo com as relações de produção dominante. Entende-se por modo de produção, a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes nessa sociedade.

A mais recente transição entre os modos de produção no Brasil, foi do Feudalismo para o Capitalismo. Karl Marx (2013, p.961) afirma que, “a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela”.

Ainda o autor, traz que o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam.(MARX, 2013, p. 962).

O que Marx nos relata, nada mais é, que a transformação da exploração feudal em exploração capitalista, ou seja, a exploração desde os primórdios da organização social sempre aconteceu, o que mudou de um sistema para o outro foi a “intensidade” e o modo como se apresentava. “[...] a história passada nada mais é do que uma abstração da

influência ativa que a história anterior exerce sobre a história atual" (MARX, 1998, p. 47).

Na sociedade capitalista uma das mais marcantes características, é a exploração do trabalhador pelos detentores dos meios de produção, para o acúmulo do capital. Neste sentido, o que o trabalhador recebe (salário) é inferior ao que ele produz, conhecido como "mais-valia[1]".

Diante essa lógica de acúmulo do capital, o trabalhador se vê enrizado num sistema de desigualdades sociais, e para manter sua subsistência, mantém também esse princípio.

Destarte, Marx (2003) afirma:

> o acumulo do capital aumenta a divisão do trabalho e a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores; mutuamente, o número crescente de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho e a divisão crescente do trabalho intensifica a acumulação do capital (MARX, 2003, p. 68).

Ao realizar a divisão social do trabalho, entre os trabalhadores assalariados/proletários e os burgueses/capitalistas, temos aí outra marca desta sociedade, que é a divisão de classes sociais, distinta entre dominante

Nessa relação entre dominantes e dominados, fica claro sobre qual classe o trabalhador pertence, mas para melhor compreender, Marx reforça:

> a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX, 1998, p. 48).

Essa divisão da sociedade em classes acarreta em outra problemática, a má distribuição de renda, pois de acordo com seus preceitos ideológicos, nessa divisão, uma classe deve enriquecer em detrimento da outra, e o prejuízo é vivenciado pelo lado mais desfavorecido, o do trabalhador.

Marx (2003, p. 66), afirma que "onde existe uma extensa divisão do trabalho, é extremamente difícil para o trabalhador orientar o seu trabalho para outras aplicações, e por causa da sua subordinação ao capitalista é o primeiro a sofrer dificuldades".

A desigualdade social, tão presente no sistema capitalista, não decorre somente do acúmulo de capital por parte da burguesia, mas também pelos privilégios que esse "lucro" lhes proporciona, como melhor qualidade de vida, saúde e educação.

Tendo consciência de viver numa sociedade capitalista e consciência de pertencer à classe operária, ou seja, a mais desfavorecida, torna-se no mínimo intrigante envolver-

---

1 Ver em: O Capital – Crítica da economia política, livro primeiro: O processo de produção do capital, quinta Seção: A produção da mais-valia absoluta e relativa. Karl Marx 2013.

se nos processos sociais, a fim de garantir o mínimo de subsistência. “A consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade” (MARX, 1998, p.35).

Florestan (1982) aponta ainda, em relação na sociedade capitalista, outro fator característico dessa sociedade: a violência. Ignora-se aquilo que não se deveria esquecer, “que a violência inerente à sociedade capitalista contém um direito e um Estado de direito que institucionalizam a repressão e a opressão, fora e acima quer das ‘necessidades, naturais da ordem’ (as quais variam com as circunstâncias e a forma de governo) quer dos ‘ideais humanos de justiça’ (os quais não são consultados por nenhum tipo de direito ou de Estado, que tenham de equilibrar estratificação social com dominação social e poder político de minorias sobre maiorias) (FLORESTAN, 1982, p. 2, *apud* CATANI, 1982).

Diante o exposto referente à sociedade capitalista baseadas por Marx, adentramos agora em outra retórica iniciada por Florestan (1982), a da violência, atributo do contexto histórico da Ditadura Militar.

A ERA DA DITADURA MILITAR

Florestan (1982), ainda destaca que a “sociedade civil significa “sociedade burguesa ou, também, sociedade de classes sociais”, não sendo assim, possível separar ditadura e sociedade civil, do mesmo modo que é inviável a separação entre revolução social e sociedade civil”.

O *poder ditatorial* não paira no ar: sua base de sustentação pode ser localizada nas classes burguesas nacionais e nas classes burguesas, internacionais, que buscaram na ditadura militar um reforço de poder para sua autoproteção, enquanto classe. Dessa maneira, o *poder militar* adquiriu “o caráter de fonte de qualquer manifestação da vontade coletiva dos estratos estratégicos das classes burguesas” (FLORESTAN, 1982, p. 18, apud CATANI, 1982).

A Ditadura militar no Brasil durou pouco mais de duas décadas, iniciando em 01 de abril de 1964, decorrido do golpe militar que retirou o Presidente da República João Goulart do poder, para instaurar na presidência, Marechal Castelo Branco, e só teve fim, com a eleição de Tancredo Neves em 1985. Esse golpe era justificado pelos militares sobre o discurso de haver uma ameaça comunista ao país.

Os militares, com o domínio do poder, se tornaram um Aparelho Repressivo do Estado com mais força. Nesse sentido, Althusser (2004) define: O Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão «funciona pela violência», - pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas) (ALTHUSSER,2004 p. 43).

Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar[4].

Os atos institucionais eram decretos e normas, que davam plenos poderes aos militares e se tornavam ferramentas para garanti-los no poder. No governo de Castello Branco (1964-67) foi decretado o primeiro ato institucional da Ditadura Militar no Brasil – conhecido como AI-1, que retirou da população o direito da escolha do presidente, que passaria agora a ser feita pelo Congresso Nacional. O AI-2 foi declarado em 1965 e com ele o poder judiciário perdia cada vez mais espaço para o poder executivo. No ano seguinte em 1966, o AI- 3 já era oficializado, e agora as eleições para governador e vice-governador também passariam a ser realizadas de forma indireta e no mesmo ano, o AI-4, garantia ao Congresso Nacional, em ritmos acelerados, a promulgação de uma nova Constituição. Em 1967, a nova Constituição entrava em vigor.

No ano de 1968, houve uma maior rigorosidade neste cenário de censuras devido o decreto emitido pelo então presidente da época, Artur da Costa e Silva, o Ato Institucional número cinco (AI-5), que determinava que toda produção literária e artística, deveria passar pelo crivo dos censores, para ser aprovada e posteriormente divulgada. O AI-5 só foi revogado em 1978, quando teve início o processo de abertura e transição democrática, mas até isso acontecer, foi um aparelho de repressão fortíssimo nesse período.

No campo artístico, a canção de protesto foi um dos gêneros que mais colaborou com os opositores ao regime. Muitos festivais de música aconteciam, e por serem transmitidos televisivamente, o público alcançado era ainda maior.

Um dos grandes artistas da época ditatorial foi Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (1945), conhecido por Gonzaguinha, músico e compositor, nascido no morro de São Carlos, no Estácio, Rio de Janeiro, no ano de 1945. De acordo com Frazão (2019), suas primeiras composições surgiram quando passou a frequentar as rodas de violão na casa do psiquiatra Aluísio Porto Carreiro, pai de Ângela, com quem se casou e teve dois filhos, Daniel e Fernanda.

A grande mudança em sua carreira veio em janeiro de 1973, quando se apresentou no programa de Flávio Cavalcanti, no quadro *Um Instante Maestro*, onde cantou a música "Comportamento Geral".

Após a sua participação, foi acusado de terrorista por um dos jurados do programa e recebeu outras críticas dos demais. Não tardou para receber uma advertência da censura, visto que nessa época, vivia-se um tempo de perseguições e sua música (Comportamento Geral) foi proibida em todo o país. Gonzaguinha foi levado ao Departamento de Ordem Política e Social - DOPS para prestar esclarecimentos.

O DOPS era considerado um Aparelho Repressivo de Estado, conforme Althusser (2004, p. 46), o "aparelho repressivo de Estado funciona pela violência". Além de agir como

um órgão punitivo fichava as pessoas para identificar quem era contra a ditadura. O papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio (existem no Estado capitalista dinastias de homens políticos, dinastias de militares, etc.), mas também e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado. (ALTHUSSER, 2004, p. 55-56).

Durante esses 21 anos de um regime político marcado pelo "autoritarismo", a censura foi uma forma de impedir os opositores do governo de se manifestarem de forma contrária aos seus interesses, mas isso não os impediu de fazer manifestação cultural e cientifica de forma velada, através do cinema, arte, literatura e música.

Gonzaguinha, como já citado, foi um desses artistas que conseguiu por muitas vezes, driblar a censura. A maneira que ele e outros opositores encontraram de se expressar contrários ao regime, foi através de produções com discurso ambíguo ou bivocalizado, como apresenta-se nos estudos de Bakhtin e seu círculo, que são referência sobre o pensamento linguístico.

Para Bakhtin (2006, p. 18), "a língua é a expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo ao mesmo tempo, de instrumento e de material".

As formas usadas para escapar ou driblar a censura, dizem respeito às ordens linguísticas e ordens práticas. A ordem linguística consistia em empregar a linguagem de maneira a burlar o sistema repressivo, e a ordem prática, seriam as formas de como burlar o regime para a aprovação das canções, por exemplo, usando pseudônimos, ou atribuindo à autoria da musica a uma pessoa que não fosse fichada durante a ditadura.

Essa breviloquente retomada, desde a transição do feudalismo para o capitalismo, até a chegada das discussões sobre o regime militar, é um contendo de informações relevantes para se caracterizar o posicionamento do texto em relação à análise musical: que está em defesa à classe dos trabalhadores, que tanto sofre os desequilíbrios de gestão governamental, seja em tempos de ditadura ou democracia.

Atendo-se a ordem linguística da situação, passamos agora para a tentativa de analisar a música de Gonzaguinha, que de certo modo é atemporal, podendo descrever diversos contextos históricos.

ANÁLISE DA MÚSICA E CONTRAPONTOS COM O GOVERNO BOLSONARO

Frente a essa obra musical, que traz os resquícios de uma sociedade marcada pelo regime militar, faremos uma reflexão sobre acontecimentos do governo Bolsonaro, pois

após 50 anos da produção desta canção, ela nos parece muito atual.

A música inicia, em sua primeira estrofe, com a seguinte narrativa:

"Você deve notar que não tem mais tutu

E dizer que não está preocupado

Você deve lutar pela xepa da feira

E dizer que está recompensado

Você deve estampar sempre um ar de alegria

E dizer: tudo tem melhorado

Você deve rezar pelo bem do patrão E esquecer que está desempregado"

É notório desde a primeira estrofe, que Gonzaguinha faz uma critica em relação a situação precária em que se encontrava o trabalhador, o autor quis representar a passividade da população diante de um regime extremamente opressor, ao escrever em um verso a situação caótica em que se encontrava, e no outro, um discurso conformista.

Na época da ditadura, as mídias eram utilizadas para veicular a imagem de um país do futuro que só tendia a crescer e se destacar, não obstante nos dias atuais, a coisa não parece ser diferente.

Em uma reportagem da revista EXAME, do dia 09 de dezembro de 2019, em relação ao aumento dos preços para o comércio de carne, cujo título é: "Bolsonaro aponta queda do preço da carne em breve", destaca no texto, que o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a alta do preço da carne se deve a uma combinação de entressafra com um aumento das exportações, e apontou para uma queda em breve, após a cotação do boi gordo atingir máximas históricas no país e pressionar a inflação. A reportagem prossegue ao descrever literalmente a fala do presente em um vídeo gravado e compartilhado em sua rede social "Estamos numa entressafra. É natural nessa época do ano a carne subir por volta de 10%, subiu um pouco mais devido às exportações", mas afirma que em breve, o preço vai cair.

A mesma revista, em outra notícia, nos traz o seguinte título: **"**Alta da carne é fora da curva, mas preços baixos não voltam, diz CNA", e segue informando que para a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, demanda alta da China por carne, que fez preços subirem, deve durar até cinco anos. Outro dado que nos chama atenção é que o preço da carne bovina aumentou cerca de 30% em novembro, no RJ.

Fazendo uma retomada da primeira estrofe, considerando essas notícias, podemos substituir o tutu pela carne, e fazer uma releitura da canção, onde o cidadão (o consumidor/assalariado) deve dizer que não está preocupado com essa situação, afinal logo (daqui uns 5 anos) o preço vai baixar, e o aumento de "um pouco mais que 10% (onde o pouco significa o triplo) é quase insignificante, basta lutar pela "xepa da feira", ou seja, consumir carnes mais baratas ou diminuir o consumo, sem esquecer de " dizer que está recompensado" pois isso é para o seu próprio bem, e "estampar sempre um ar de alegria, e dizer tudo tem

melhorado", pois se conseguiu chegar ao segundo preço mais alto, desde o plano real.

No refrão, há o reforço de que as coisas estão bem para o cidadão:

"Você merece, você merece

Tudo vai bem, tudo legal

Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé

Se acabarem com teu Carnaval?"

Seu Zé é o cidadão da época, que via seus direitos se acabarem defronte ao seu nariz e aceitava, pois em época de ditadura, não há luta, há consenso. Mas parece que Gonzaguinha afronta esse cidadão que nem se quer "tenta" sair dessa condição, questionando se vai esperar acabar com todos os seus direitos e até seu lazer, pra então reagir.

Seu Zé de hoje, acredita que vive na democracia, mas tem cada vez menos direitos, e "voz".

Não parece ser novidade para muitos seus Zé, que o Governo de Bolsonaro é também conhecido como o "governo dos patrões".

Desde o governo de Temer, com a polêmica Reforma Trabalhista (Lei n° 13.467 de 2019), que tinha por discurso a necessidade de ser aplicada para que houvesse o aumento de emprego e crescimento geral do Brasil, em que só os trabalhadores foram afetados, pois garantiu os privilégios aos "patrões" (políticos, civis e militares), fica evidente que a classe proletária sempre será a mais afetada, quando se refere a perca de direitos já conquistados, e tem que ser a classe "salvadora da pátria" já que os patrões ficam só na plateia, neste cenário de injustiças sociais.

No Governo Bolsonaro a situação não fugiu do rumo. Com a conversão da Medida Provisória n° 881 de 2019 intitulada MP da Liberdade Econômica, em Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**,** quem mais perde são os trabalhadores. A falta de obrigatoriedade de cartão ponto (para empresa com no mínimo 20 funcionários) dificultará a fiscalização para pagamento de horas extras. A jornada de trabalho, extensa até domingo, permite que a folga seja neste dia, podendo ser alternada em até quatro semanas, e quando houver jornada de trabalho aos domingos, o empregador não precisará mais fazer o pagamento em dobro pelo dia trabalhado.

A estrofe seguinte nos remete à "ordem e progresso" inscrito em nossa bandeira:

"Você deve aprender a baixar a cabeça

E dizer sempre: "Muito obrigado"

São palavras que ainda te deixam dizer

Por ser homem bem disciplinado

Deve pois só fazer pelo bem da Nação

Tudo aquilo que for ordenado

Pra ganhar um Fuscão no juízo final

E diploma de bem comportado".

Os Ditadores da época pregavam uma sociedade em ordem, sem conflitos. Para isso, bastava que os cidadãos concordassem com o governo e ainda agradecessem pelo bem que eles faziam ao País. Esse cidadão disciplinado tinha o direito de viver sem castigos e sem registros policiais (como no DOPS), assim conquistaria seu "diploma de bem comportado".

Tudo vai bem, tudo legal, "talkei?". Duas frases que mais parecem sinônimos uma da outra. Tudo vai bem, tudo vai legal é uma afirmativa sobre algum discurso. A palavra "Talkei" é a palavra de efeito, do atual Presidente Jair Bolsonaro, uma típica palavra que impele uma reposta quase que automática, afirmativa/ de concordância, tá ok, quer dizer, tá tudo certo. E ao concordar, se mantém a ordem e através da ordem, o país progride. Mas para o país progredir, o trabalhador deve ser o "super-herói".

"Deve pois só fazer pelo bem da Nação, Tudo aquilo que for ordenado", e a ordem da vez, é perder direitos para o Brasil o crescer, e a Nação só vai prosperar através dos sacrifícios da classe operária e não dos burgueses, eles devem se manter coadjuvantes nessas "conquistas", seus papéis nessa história é só desfrutarem dos benefícios de serem "patrões".

Os versos finais desta estrofe, presume que ao se comportarem como esperava o regime, o prêmio seria um "fuscão", carro que dificilmente um cidadão proletário conseguiria comprar na época. Nos dias atuais, com o discurso de: crescimento econômico em alta (só o discurso mesmo), salários cada vez mais altos (baixos) e mais (menos) direito aos trabalhadores, o cidadão não vai conseguir nem comprar um fusca (carro que nem é mais fabricado e comercializado a um custo irrisório, comparado aos demais veículos produzidos atualmente), ou outro carro qualquer, e por não conseguir comprar um veículo, vai andar a pé, e ganhar um "diploma de bom comportado", pois vai ajudar a não poluir o meio ambiente com transportes mecânicos.

"Você merece, você merece Tudo vai bem, tudo legal

E um Fuscão no juízo final Você merece, você merece

E diploma de bem comportado Você merece, você merece

Esqueça que está desempregado Você merece, você merece

Tudo vai bem, tudo legal".

É assim que a canção finaliza suas ironias. Na lógica do autoritarismo, a única opção do cidadão é não contestar as interdições as quais é submetido, obedecer todas as ordens recebidas e acima de tudo, aceitar e entender que toda ação governamental, são para o bem nação. Os repetidos versos "você merece" que finaliza as estrofes, são para relembrar que o cidadão merece tudo de bom que o governo faz e que o Pais só tem

crescido, não há o que reclamar, pois “Tudo vai bem, tudo legal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comportamento geral ironiza como seria o comportamento ideal para o regime autoritário, mas esboça cenas de um regime dito democrático, como apresentamos anteriormente.

Apesar de estarmos em outra dimensão sociológica no século XXI e não vivermos mais em um regime ditatorial, cuja superação aconteceu a mais de 30 anos, a ditadura dá ares de que avança a longos passos de forma velada. Gonzaguinha e outros cantores que viveram nessa época conseguiram ludibriar a repressão da ditadura militar com suas composições, mas parece que agora os papeis se inverteram e é o governo quem ludibria o povo com uma linguagem dúbia, que diz querer o bem do cidadão, mas que na realidade o desejo é enriquecer o “patrão”.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** 7.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. HUCITEC, 2006. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin- Marxismo_filosofia_linguagem.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

CAMARGO, Orson. **“Sociedade**”; *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

CATANI, Afrânio Mendes. Resenha bibliográfica - Fernandes, Florestan**. A ditadura em questão.** São Paulo, T. A. Queiroz, 1982. 164p. Revista Administração de empresas. vol.22 no. 3 São Paulo Jul./Set . 1982.

Ditadura Militar no Brasil. em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2019. Disponível em: *http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/*. Acesso em: 05 dez. 2019.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Gonzaguinha**. Disponível em: https://www.ebiografia.com/gonzaguinha/. Acesso em: 10 dez. 2019.

LEI N° 13.467 DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 22 nov. 2019.

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 22 nov. 2019.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

________. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

________. **O capital** [recurso eletrônico]: **crítica da economia política :** Livro I : o processo de produção do capital / Karl Marx ; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo : Boitempo, 2013.

REVISTA EXAME. **Alta da carne é fora da curva e preços mais baixos não voltam diz CNA**. Disponível em: https://exame.abril.com.br/economia/alta-da- carne-e-fora-da-curva-mas-precos-baixos-nao-voltam-diz-cna/. Acesso em: 22 nov. 2019.

REVISTA EXAME. **Bolsonaro aponta queda do preço da carne em breve**. Disponível em: https://exame.abril.com.br/economia/bolsonaro-aponta-queda- do-preco-da-carne-em-breve/. Aceso em: 22 nov. 2019.

CAPÍTULO 3

AFINAL, ONDE ESTAVA O POVO? A AUSÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES DO PROCESSO POLITICO NA "REPÚBLICA" DAS OLIGARQUIAS

Data de aceite: 27/09/2021
Data de submissão: 13/09/2021

Robson Roberto da Silva
Doutor em Historia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Assis – SP
Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Paranavaí – PR
http://lattes.cnpq.br/1923494820355348

RESUMO: Esse artigo tem o objetivo de investigar as causas e circunstâncias políticas e sociais que impediram a participação da maioria da população brasileira no processo de instituição do governo republicano no final do século XIX. Pelos relatos de época, os republicanos, influenciados pelo ideário da Revolução Francesa, se surpreenderam com a indiferença do povo diante das intensas mudanças institucionais. Por meio dos estudos clássicos sobre a sociedade patriarcal de Max Weber, e as pesquisas de importantes historiadores brasileiros como José Murilo de Carvalho, Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, inclusive em obras literárias como dos escritores Lima Barreto podem ser traçados os condicionantes políticos e socioculturais que impediram o pleno exercício da cidadania para a maioria da população, onde, tais camadas populares eram percebidas pelas autoridades apenas quando ocorriam distúrbios e revoltas sociais.

PALAVRAS–CHAVE: Proclamação da República; camadas populares; participação política.

AFTER ALL, WHERE WERE THE PEOPLE? THE ABSENCE OF POPULAR LAYERS OF THE POLITICAL PROCESS IN THE "REPUBLIC" OF OLIGARCHIES

ABSTRACT: This article aims to investigate the causes and political and social circumstances that prevented the participation of the majority of the Brazilian population in the process of establishing republican government in the late nineteenth century. By the period accounts, the republicans, influenced by the ideology of the French Revolution, were surprised by the indifference of the people in the face of intense institutional changes. Through the classic studies on the patriarchal society of Max Weber, and the researches of important Brazilian historians such as José Murilo de Carvalho, Raimundo Faoro and Sérgio Buarque de Holanda, including literary works such as writers Lima Barreto can be traced the political and socio-cultural constraints that prevented the full exercise of citizenship for the majority of the population, where such popular strata were perceived by the authorities only when disturbances and social revolts occurred.

KEYWORDS: Proclamation of the Republic; popular layers; political participation.

1 | ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO PROCESSO POLÍTICO

Para compreender a exclusão da maioria da população do jogo político no Brasil é

necessário entender como era o funcionamento da estrutura da sociedade patriarcal e como eram construídos os laços de dependência que vigoraram pelo período colonial até as primeiras décadas do século XX. Durante mais de trezentos anos, a sociedade brasileira foi fundamentada pela estrutura escravista e pelas relações patriarcais de obediência e submissão das populações empobrecidas, sob o domínio dos senhores de terras, que exerciam a autoridade familiar, política e judiciária nas localidades rurais e nos pequenos vilarejos. “E efetivamente, a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio” (WEBER, 2003, p. 133). Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

> Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. (...). Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. Em suas mãos, a justiça, que, como vimos, é a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumento do poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas. (...). O cidadão comum ou recorria à proteção dos grandes proprietários, ou ficava à mercê do arbítrio dos mais fortes. (...). Havia, então, confusão, que era igualmente conivência, entre o poder do Estado e o poder privado dos proprietários. (...). A conseqüência de tudo isso era que não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis (CARVALHO, 2001, p. 20 – 21).

Percebe-se nas argumentações de Carvalho que a população legalmente livre vivia sob a proteção e dependência dos grandes proprietários de terras, comumente conhecidos como coronéis. “O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, (...) que manda nos seus agregados, empregados e dependentes. (...), num mecanismo onde o governo será reflexo do patrimônio pessoal.” (FAORO, 2001, p. 737). No Brasil colonial, o poder político ficava nas mãos das famílias patriarcais escravistas, mandatários nas suas propriedades e nas pequenas cidades e vilarejos, formando uma sociedade amplamente conservadora (Imagem – 1).

> A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida (HOLANDA, 1995, p. 85).

Imagem 1 – Detalhe da gravura do pintor francês Jean Baptiste Debret: Um funcionário a passeio com sua família (1839). **Acervo**: Coleção Brasiliana, Pinacoteca do Estado de São Paulo. A pintura mostra um alto funcionário do Estado português indo ao passeio seguindo em fila pelos seus familiares e escravos, mostrando que a dominação patriarcal estava presente tanto no ambiente familiar como na politica colonial brasileira.

À sombra dessa dominação patriarcal, a prática do particularismo, do nepotismo e do patrimonialismo nas estâncias públicas foi durante séculos a essência política do Brasil. O historiador Sérgio Buarque de Holanda enfatiza que:

> A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. (...), onde prevalecem necessariamente às preferências fundadas em laços afetivos, não poderia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. (...), a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p. 82).

Em seus estudos sobre as sociedades e os governos, o filosofo alemão Max Weber (...) teorizou três tipos puros de dominação legitima: *legal, patriarcal e carismática*. No contexto político e histórico do Brasil colonial, a dominação patriarcal foi a que melhor se adaptou a nossa sociedade tradicional, conservadora e escravista. “Na dominação patriarcal, (...), fundamentam-se na tradição; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre.” (WEBER, 1999, p. 234). Conforme a explicação de Max Weber sobre dominação patriarcal:

> Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a

> legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em "normas", mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição. Mas sempre prevalece na consciência dos submetidos, sobre todas as demais idéias, o fato de que este potentado concreto é o "senhor"; e na medida em que seu poder não está limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada e arbitrária, e, sobretudo, sem compromisso com regras (WEBER, 1999, p. 234).

Em concordância com as teorias weberianas, as sociedades patriarcais poderiam se converter em verdadeiros Estados patrimoniais, pois os detentores do poder político utilizavam-se da máquina administrativa tanto para atenderem aos seus interesses particulares como para a nomeação de um corpo de funcionários submetidos a ele. "Os funcionários típicos do Estado patrimonial e feudal são empregados domésticos inicialmente encarregados de tarefas afetas puramente à administração doméstica." (WEBER, 2003, p. 133). Weber explica o funcionamento da estrutura administrativa patriarcal:

> A estrutura puramente patriarcal de administração: os serviços são recrutados em completa dependência pessoal do senhor, seja sob a forma puramente patrimonial (...) ou extrapatrimonial, de camadas não totalmente desprovidas de direitos (...). Sua administração é totalmente heterônoma e heterocéfala: não existe direito próprio algum do administrador sobre o cargo, mas tampouco existem seleção profissional e nem honra estamental para o funcionário; os meios materiais da administração são aplicados em nome do senhor e por sua conta. Sendo o quadro administrativo inteiramente dependente dele, não existe nenhuma garantia contra seu arbítrio, cuja extensão possível é, por conseqüente, maior aqui do que em qualquer outra parte (WEBER, 2003, p. 132).

Segundo a argumentação de Weber, o Estado patrimonial era antagônico do Estado burocrático, recrutava seus funcionários por meio de laços familiares e de confiança do senhor, não existindo nenhum estatuto para essas contratações. Holanda explica como ocorria a "escolha" dos funcionários patrimoniais:

> Para o funcionário "patrimonial", a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem à especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias (HOLANDA, 1995, p. 160).

Assim, em harmonia com as teorias weberianas e as argumentações de Holanda, a estrutura política no Brasil colonial era totalmente engessada, privilegiando alguns poucos potentados que se beneficiavam de seus cargos públicos, onde dominava o nepotismo e o patrimonialismo. Segundo Holanda os conflitos no período colonial sempre foram de caráter elitista quando os interesses dessas classes dominantes rurais entravam em choque com

a Coroa Portuguesa.

> É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade (HOLANDA, 1995, p. 56).

Diante desse quadro desolador, ficava realmente difícil imaginar que a maioria da população livre e empobrecida no Brasil tivesse alguma chance de aspirar à participação política ou de defesa de seus direitos numa sociedade onde imperava o mandonismo e o autoritarismo patriarcal. “Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares.” (CARVALHO, 2001, p. 24). Essa população, que vivia num regime de obediência e submissão, não lhe foi permitida desenvolver a consciência de direito, cidadania e democracia. Segundo o historiador britânico Eric J. Hobsbawm, o conceito de direito não é uma regra abstrata e universal, mas algo que se constrói durante seu processo sócio-histórico:

> Pois os “direitos”, digam alguns filósofos que quiserem, não são abstratos, universais e imutáveis. Eles existem nas mentes de homens e mulheres como parte de conjuntos de convicções sobre a natureza da sociedade humana e sobre a ordenação das relações entre os seres humanos dentro dela: um modelo de ordem social e política, um modelo de moralidade e justiça. (...), na prática, o conjunto real de convicções sobre direitos não é o mesmo para todas as sociedades, todos os lugares e todas as épocas (HOBSBAWN, 2000, p. 419).

Após a Proclamação da Independência, em 1822, havia certa esperança de abertura política para a população. Entretanto, durante o período de elaboração da primeira Constituição de 1824, foram colocados artigos restritivos que limitavam a participação popular em exercer seus direitos políticos, como o voto censitário:

> **Art. 92.** São excluídos de votar nas assembléias paroquiais:
>
> 1º) Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e oficiais militares que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.
>
> 2º) Os filhos-famílias que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos.
>
> 3º) Os criados de servir, em cuja classe não entram os guardas-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da casa de comércio, os criados da casa imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas.
>
> 4º) Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.
>
> 5º) Os que não tiverem renda líquida anual 100.000 por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

> **Art. 93.** Os que não podem votar nas assembléias primárias de paróquias não podem ser membros nem votar na nomeação de alguma autoridade efetiva nacional ou local (BRASIL, 1824).

Esses artigos restringiam a participação da maioria da população brasileira, pois excluía os menores de 25 anos, os escravos, os religiosos e os que não possuíam renda anual de 100 mil réis. Os poucos indivíduos se qualificavam como votantes, e participavam ativamente da vida política durante o período colonial ficaram conhecidos, historicamente, como homens bons. "Os homens bons compreendiam, num alargamento contínuo, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua agregação de burgueses comerciantes." (FAORO, 2001, p. 205). O governo imperial introduziu o voto censitário e as eleições para uma minúscula parcela da sociedade. "O sistema se apoiava sobre pés de barro frágil, todos sabiam que as eleições pouco tinham a ver com a vontade do povo." (FAORO, 2001, p. 404). Além disso, segundo Carvalho, os níveis de despreparo político do povo brasileiro eram devido aos altíssimos índices de analfabetismo:

> Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização nas condições que já foram descritas. Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. (...). A maior parte dos cidadãos do novo país não tinha tido prática do exercício do voto durante a Colônia. Certamente, não tinha também noção do que fosse um governo representativo, do que significava o ato de escolher alguém como seu representante político. Apenas pequena parte da população urbana teria noção aproximada da natureza e do funcionamento das novas instituições (CARVALHO, 2001, p. 32).

Os eleitores eram dependentes dos mandatários políticos ou funcionários do Estado. Portanto, a escolha dos candidatos sempre foi marcada pela troca de votos por benefícios pessoais, à *política do favor*. "Nem proprietários, nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande." (SCHWARZ, 1977, p. 16). Segundo Raimundo Faoro:

> A verdade eleitoral não sairia da lei como queriam os estadistas: a verdade eleitoral, mesmo depurada com honestidade, traria à tona o próprio país, com o eleitorado obediente ao governo, qualquer que fosse este, uma vez que fosse o poder que nomeia, que possui as armas e o pão. O deputado, dentro desse círculo de ferro, era nada mais que o resultado das combinações de cúpula, tramadas nos salões dos poderosos. O eleitor era como aquele Jararaca, que o candidato Joaquim Nabuco encontrou num casebre do Recife: estava pronto a votar com o postulante, simpatizava com a causa; mas, votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a chapa de caixão (...), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante (FAORO, 2001, p. 404).

Durante o período imperial esse sistema político conservador se perpetuou; os políticos e os partidos somente tinham compromissos com seus interesses particulares. “Os partidos seriam, em teoria, a opinião pública militante, autenticamente colhida nas eleições, com o povo genuinamente representado.” (FAORO, 2001, p. 404). Tal estabilidade política dos escravistas somente viria a sentir seus primeiros sinais de desgastes na segunda metade do século XIX com a derrocada da Escravidão, com o crescimento do trabalho livre, com a queda do regime monárquico e com a ascensão da República.

2 I A AUSÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES DO PROCESSO POLÍTICO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Os últimos decênios do século XIX foram cenários de imensas transformações socioeconômicas, políticas e culturais na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o Brasil vivenciava uma época de novos rumos e novas ideias. Os antigos modelos monárquico e escravocrata eram enxergados como retrógrados por uma nova elite educada na Europa; seriam nessas classes sociais que germinaram os primeiros pensamentos abolicionistas. As relações entre o governo imperial e as elites políticas, especialmente os grandes produtores de café estavam desgastadas desde o final da Guerra do Paraguai (1865 – 1870). Com o enfraquecimento do Império, surgiu em 1873 o Partido Republicano Paulista (PRP), que congregava os proprietários rurais da cafeicultura e os profissionais liberais, com novas propostas políticas para retirar o Brasil de seu arcaísmo sócio-econômico. Segundo Carvalho:

> Em São Paulo existia, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários. A província passara por grande surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização monárquica. Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares (CARVALHO, 1990, p. 24).

Outra classe que também se fortaleceu com o final da Guerra do Paraguai foram os militares que seriam os grandes ideólogos do regime republicano no Brasil. Nas últimas décadas do século XIX, instaurou-se uma crise nas relações das forças militares com o governo imperial que culminou numa ruptura definitiva com a Proclamação da República (Quartelada) em 15 de Novembro de 1889 (Imagem – 2).

Imagem 2 – Detalhe da gravura do pintor Benedito Calixto: Proclamação da Republica (1893). **Acervo**: Pinacoteca do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – RJ. A imagem mostra as movimentações dos militares e da elite burguesa no Golpe de Estado de 15 de Novembro de 1889, onde a participação politica do povo brasileiro foi nula.

O descontentamento dos militares deve-se à desorganização e à corrupção do regime imperial. Para eles, a Monarquia estava ultrapassada, devendo ser substituída por um governo mais eficiente, fundamentado no pensamento científico positivista pela ordem e pelo progresso. "Acontece que os militares tinham formação técnica, (...), e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial." (CARVALHO, 1990, p. 28):

> O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares. Igualmente, a idéia de ditadura republicana, o apelo a um Executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, (...). Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado (CARVALHO, 1990, p. 27).

Diferentemente dos políticos liberais, que tinham influência em várias teorias filosóficas europeias (liberalismo, evolucionismo, determinismo social, etc.), os militares seguiam o *positivismo*, doutrina fundada pelo filósofo francês Auguste Comte. Foi o positivismo um dos grandes pilares filosóficos da República: os militares propunham a instauração de um governo ditatorial, um Estado paternalista e autoritário que assistiria a

população apenas nos seus direitos civis e sociais, limitando sua cidadania e seus direitos políticos. “O positivismo, (...), que enfatizava, de um lado, a idéia de progresso pela ciência, e de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura tecnocrata e autoritária.” (CARVALHO, 1987, p. 35). Nas palavras do filosofo francês Auguste Comte na sua obra: *Discurso sobre o Espírito Positivo* (1851), a atividade política estava distante do entendimento popular, uma vez que estava apenas interessada em satisfazer suas necessidades primárias. Por isso, caberia às classes superiores e ilustradas a manutenção do Estado Republicano:

> Desde o início da grande crise moderna, o povo só interveio como simples auxiliar nas principais lutas políticas, com a esperança, sem dúvida, de obter com elas alguma melhoria de sua situação geral, (...). Todos os debates habituais permaneceram essencialmente concentrados nas diversas classes superiores ou médias, já que se vinculavam sobretudo à posse do poder. Ora, o povo não podia por muito tempo interessar-se diretamente por tais conflitos, porquanto a natureza de nossa civilização impede evidentemente os proletários de esperar e até mesmo desejar alguma participação importante no poder político propriamente dito (COMTE, 1978, p. 85).

Os militares eram extremamente patrióticos e essa característica serviu para o escritor Lima Barreto criar o personagem caricato Policarpo Quaresma:

> Policarpo era patriota. Desde moço, ali pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa (BARRETO, 1915, p. 13).

Assim, foram os militares positivistas que encabeçaram o levante de 15 de novembro de 1889 para a derrubada dos últimos resquícios do governo imperial, empossando o Marechal Deodoro da Fonseca como primeiro presidente da República. Durante essa transição, o povo ficou apartado das transformações políticas que aconteciam em 1889; a Abolição da Escravidão de 1888 causou mais mobilização popular do que a Proclamação da República. “O 15 de Novembro no Brasil não foi senão o periquito sociológico em relação com o papagaio: O 13 de Maio.” (FREYRE, 2000, p. 469). É necessário salientar que o movimento republicano atingiu uma parcela mais elitizada da sociedade. “Como discurso, as ideologias republicanas permaneciam enclausuradas no fechado círculo das elites educadas.” (CARVALHO, 1987, p. 10). Portanto, o Ato da Proclamação da República foi o coroamento da exclusão política do povo brasileiro, de modo que ela nasceu da articulação entre militares e políticos burgueses.

Carvalho, citando Louis Couty, descreve a indignação dos republicanos com o povo brasileiro que se ausentava das manifestações. “Este Estado não é uma nacionalidade; (...); esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos.” (CARVALHO, 1990, p.

32). Para outros, a ausência do povo no movimento republicano não causava surpresa, pois foram os militares e a burguesia que promoveram a Proclamação da República. Restava a eles observarem passivamente aos acontecimentos, segundo o testemunho de Aristides Lobo. "Por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. (...). O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava." (HOLANDA, 1995, p. 161). Possivelmente, os republicanos buscavam naquele momento decisivo a presença de um tipo ideal de cidadão ao estilo francês que lutasse pela República, um tipo ideal de cidadão que inexistia na sociedade brasileira. Weber destacava que o tipo ideal é um conceito limite de análise e não uma realidade histórica:

> Se quisermos tentar uma definição genérica do conteúdo do conceito, restar-nos-á apenas a forma do tipo ideal, (...). Trata-se de um quadro de pensamento, não uma realidade histórica, e muito menos uma realidade "autêntica"; não serve de esquema em que possa incluir a realidade à maneira exemplar. Tem antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada (WEBER, 2001, p. 140).

Os intelectuais republicanos foram ingênuos ao pensar na possibilidade de participação popular no movimento republicano. "É evidente que não se podia esperar da população acostumar-se da noite para o dia ao uso dos mecanismos formais de participação exigidos pela parafernália dos sistemas de representação." (CARVALHO, 2001, p. 67). Carvalho ressalta que a irrisória participação popular nas manifestações republicanas foi mais cômica do que heróica:

> O povo seguiu curioso os acontecimentos, perguntou-se sobre o que se passava, respondeu aos vivas e seguiu amarada militar pelas ruas. (...). O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil, (...). O único exemplo de iniciativa popular ocorreu no final da parada militar, quando as tropas do Exército deixavam o Arsenal da Marinha para regressar aos quartéis. Os populares que acompanhavam a parada pediram a Lopes Trovão que lhes pagasse um trago. A conta de quarenta mil-réis acabou caindo nas costas do taverneiro, pois Lopes Trovão só tinha onze mil-réis no bolso. O anônimo comerciante tornou-se, sem querer, o melhor símbolo do papel do povo no novo regime: aquele que paga a conta (CARVALHO, 1987, p. 52 – 53).

A baixa participação popular na proclamação republicana deve-se também pelo desconhecimento do povo sobre o que era República. "A pequena densidade histórica do 15 de Novembro (uma passeata militar) não fornecia terreno adequado para germinação de mitos." (CARVALHO, 1987, p. 57). Os republicanos, no seu esforço de criar uma legitimidade para República, buscavam um herói entre os líderes do movimento, mas eles não tinham o carisma para conquistar o povo. "Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações (...). São por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e os corações dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos." (CARVALHO, 1987, p. 55). Os

republicanos encontraram na figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, enforcado e esquartejado em 21 de Abril de 1792, o personagem ideal para ser o herói da República. Contudo, a imagem do inconfidente teve que ser adaptada à figura mística de Jesus Cristo para conquistar a mentalidade do povo por intermédio da religiosidade católica (Imagem – 3). Segundo a explicação de Carvalho sobre a construção simbólica de Tiradentes:

> O patriota virou mítico. A coragem que demonstrou (...) vinha, ao final, do fervor religioso e não do fervor cívico. Assumiu explicitamente a postura de mártir, identificou-se com Cristo. O cerimonial do enforcamento, o cadafalso, a forca erguida a altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuiu para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes, o esquartejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorrera também serviram ao simbolismo da semeadura do sangue do mártir, que, como dissera Tertuliano, era semente dos cristãos (CARVALHO, 1987, p. 68).

Imagem 3 – Detalhe da gravura do pintor Oscar Pereira da Silva: Retrato de Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes (1922). **Acervo**: Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Os republicanos precisavam criar símbolos para elevar o sentimento de patriotismo criaram a imagem de Tiradentes semelhante de Jesus Cristo para cativar o sentimento religioso do povo brasileiro.

Apesar desses simbolismos, a identificação popular com a República foi superficial. O povo não compreendia os mecanismos políticos da República e os republicanos não faziam questão de entender o povo. "O fato confirma (...): a de que a República no Brasil nasceu penetrada pela Monarquia. Antimonárquica principalmente no superficial; continuadora da Monarquia, em grande parte do essencial." (FREYRE, 2000, p. 562). Conforme Faoro:

> Seu caráter oligárquico, numa oligarquia enriquecida pelo oficialismo (...), leva-as a recear a participação popular, identificada, desde José Bonifácio e Feijó, à anarquia. (...). Toda nossa política, assim monárquica como republicana, mostrou-se geralmente ou duvidosa da capacidade do povo, ou suspeitosa do caráter de suas manifestações, (...). "A política brasileira tem (...), o sentimento de que o povo é uma espécie de vulcão adormecido. Todo perigo está em despertá-lo. Nossa política nunca aprendeu a pensar normalmente no povo, a aceitar a expressão da vontade popular como base da vida representativa" (FAORO, 2001, p. 384).

Além da baixa participação política, o povo também foi barrado devido à proibição imposta pela Constituição de 1891 ao voto dos analfabetos. "Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população." (CARVALHO, 2001, p. 40). Conforme o Artigo 70 da Constituição Federativa dos estados unidos do Brasil de 1891:

> **Art. 70 –** São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.
>
> **§ 1°** – Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:
>
> 1) Os mendigos;
>
> 2) Os analfabetos;
>
> 3) As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
>
> 4) Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. (BRASIL, 1891).

Como o Brasil tinha altos índices de analfabetismo, consequência de séculos de dependência patriarcal, a maioria da população estava apartada da política. "É claro que não se poderia esperar dos senhores qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou de seus dependentes." (CARVALHO, 2001, p. 40). Carvalho acentua que a educação popular possibilitaria a formação da cidadania:

> Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, (...), por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento dos seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, 2001, p. 11).

No Brasil, a cidadania não era um direito universal, porém uma prerrogativa para aqueles considerados mais “capazes” de exercerem as funções de eleitores. “Na Bruzundanga, como no Brasil, (...) os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto.” (BARRETO, 1922, p. 120). Sobre esse assunto, Carvalho aponta que:

> Por trás dessa concepção restritiva da participação estava o postulado de uma distinção nítida entre sociedade civil e sociedade política. (...), entre cidadãos ativos e cidadãos inativos ou cidadãos simples. Os primeiros possuem, alem dos direitos civis, os direitos políticos. Os últimos só possuem os direitos civis da cidadania. Só os primeiros são cidadãos plenos, possuidores do jus civitatis do direito romano. O direito político, nessa concepção, não é um direito natural: é concedido pela sociedade aqueles que ela julga merecedores dele. O voto, antes de ser direito, é uma função social, é um dever (CARVALHO, 1990, p. 44).

A ausência do povo abriu caminho para políticos oportunistas, especialmente durante a *República das Oligarquias*, que se tornou espaço para praticarem toda sorte de atos corruptos dentro dos governos. “A corrupção e a negociata voltaram a caracterizar o novo regime, fazendo com que o antigo, acusado antes de corrupto, aparecesse já como símbolo de austeridade pública.” (CARVALHO, 1990, p. 30). O parasitismo estatal era a palavra de ordem política. As oligarquias dominantes não furtavam em utilizarem ao seu bel prazer a máquina administrativa para práticas de nepotismo. “Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; (...) com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.” (BARRETO, 1922, p. 57). O costume corrupto do favorecimento de cargos públicos para alguns privilegiados contaminava todas as instituições políticas, afinal todos queriam uma fatia do bolo do Estado. “O favor; (...); pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais.” (SCHWARZ, 1977, p. 17). Schwarz explica sobre a prática do favor:

> Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente em toda parte, combinando-se as mais variadas atividades, mais ou menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais como medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, (...), entre nós eram governados por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal (SCHWARZ, 1977, p. 16).

Na imprensa, notícias de escândalos políticos transbordavam nas manchetes dos jornais. “Havia na redação, farejadores de escândalos; (...), os grandes escândalos, os grossos, as ladroeiras públicas eram denunciadas pelos próprios funcionários desgostosos, por políticos pedinchões e não satisfeitos e pelos próprios subornados.” (BARRETO, 1909,

p. 189). Lima Barreto, em *Recordações do escrivão Isaías Caminha* descreve a opulência e a cupidez tomou conta das classes políticas:

> A república soltou de dentro das nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social. O nosso império decorativo tinha virtudes de torneira. O encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância, e nós atiramo-nos á indústria das indenizações. Depois, esgotado, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política (BARRETO, 1909, p. 188).

A corrupção e a instabilidade política republicana ficavam ainda mais visíveis nas épocas de eleições. Apenas uma minoria de cidadãos tinha direito de votar, contudo, isso não significava que houvesse lisura, pelo contrário, todo o processo eleitoral era forjado; e contaminado pela corrupção, conhecido historicamente como *degola eleitoral*. "Os historiadores do período concordam em afirmar que não havia eleição limpa. O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito." (CARVALHO, 2001, p. 42). Os poucos votantes estavam totalmente dependentes dos interesses dos políticos ou eram diretamente ligados ao funcionalismo público do Estado. "O exercício da cidadania política tornava-se assim caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país." (CARVALHO, 1987, p. 89). Assim, os resultados das urnas expressavam mais as lutas de facções políticas. "As eleições eram freqüentemente tumultuadas e violentas. Às vezes eram espetáculos tragicômicos." (CARVALHO, 2001, p. 33). José Murilo de Carvalho descreve o clima tenso e as práticas violentas nas eleições na cidade do Rio de Janeiro:

> No caso do Rio de Janeiro, havia também outra boa razão para que os cidadãos não se aventurassem a exercer seus direitos. Alem de ser inútil, votar era muito perigoso. Desde o Império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capoeiras, contratados pelos candidatos para garantir os resultados. A República combateu os capoeiras, mas o uso de capangas para influenciar o processo eleitoral se fez crescer. Fiel cronista da cidade, Lima Barreto observa (...) que às vésperas de eleição ela parecia pronta para uma batalha. Conhecidos assassinos desfilavam em carros pelas ruas ao lado dos candidatos (CARVALHO, 1987, p. 87).

Mas o povo também contribuía para a corrupção, vendendo seu voto em troca de benefícios pessoais. Dito de outro modo. "A eleição era a oportunidade para ganhar um dinheiro fácil, uma roupa, um chapéu novo, um par de sapatos. No mínimo, uma boa refeição." (CARVALHO, 2001, p. 36). Carvalho salienta que os eleitores das cidades sabiam como barganhar o valor do voto para os candidatos:

> O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade. O voto era um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão. À medida que o

> votante se dava conta da importância do voto para os chefes políticos, ele começava a barganhar mais, a vendê-lo mais caro. Nas cidades, onde a dependência social do votante era menor, o preço do voto subia mais rápido. Os chefes não podiam confiar apenas na obediência e lealdade, tinham que pagar pelo voto. O pagamento podia ser feito de várias formas, em dinheiro, roupa, alimentos, animais. (CARVALHO, 2001, p. 35).

Nas áreas rurais, a corrupção eleitoral teve outras características sociais. Os poucos eleitores estavam no ciclo de dependência dos chefões políticos locais, que tinham muita influência nos resultados das urnas. "O regime de propriedade agrícola (...), faz que o trabalhador agrícola seja um paria, (...), pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários." (BARRETO, 1922, p. 99 – 100). Vigorava as práticas do *curral eleitoral* e do *voto de cabresto*. (Imagem – 4). O escritor Monteiro Lobato em seu livro de contos Urupês destacava a submissão política do caipira Jeca Tatu que votaria naquele "indicado" pelo chefe político local:

> O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e todo vincado de dobras, entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lhe retém para maior garantia da fidelidade partidária. Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gatafunhos a que chama "sua graça". (LOBATO, 1972, p. 150).

Imagem 4 – Caricatura de Storni: As próximas eleições... "De Cabresto" publicado na revista Careta em 19 de Fevereiro de 1927. **Acervo**: Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro – RJ. A imagem mostra a prática do voto de cabresto na Republica das Oligarquias, onde o votante era obrigado a votar no candidato indicado pelo chefe politico local.

Conforme Faoro, as relações entre os mandantes políticos e seus dependentes nem sempre eram fundamentadas na coerção física ou na intimidação pessoal. Os eleitores rurais votavam nos candidatos apoiados pelos coronéis simplesmente por respeito à legitimidade tradicional que estes carregavam consigo, numa clara demonstração da permanência da dominação patriarcal:

> Não se imagine, entretanto, que entre o coronel e o simples eleitor impere a brutalidade, com o bacamarte engatilhado contra o rebelde potencial. O coronel é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séqüito. A hierarquia abranda-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. (...). Num contexto de violência, consubstancial à vida rural, ela só se exerce contra o inimigo, nos atentados ao prestígio, em defesa da honra — ficar desmoralizado num conflito equivale à morte. O eleitor vota no candidato do coronel não porque tema a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda (FAORO, 2001, p. 753).

Portanto, fossem nas zonas rurais ou nas cidades, o cenário que se desenhou na Primeira República era desolador, pois a maioria da população estava segregada do jogo político e das decisões governamentais e os poucos cidadãos que votavam estavam cooptados aos interesses dos políticos. Carvalho conclui:

> (...) até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata (CARVALHO, 2001, p. 83).

Se a participação nas decisões políticas das camadas populares estava limitada a uma minoria cooptada pelos governos republicanos, também é enganoso concluir que o povo estivesse assistindo passivamente aos abusos e desmandos das classes políticas. No período da Primeira República reinou uma constante instabilidade, mesmo com esforço do Estado em manter a ordem pública. Foi uma época em que eclodiram inúmeros conflitos sociais, manifestações populares, levantes, atentados, revoltas e greves. O povo não tinha mecanismos políticos para expressar sua vontade, mas teve outras armas e estratégias de resistência contra os governantes republicanos.

REFERÊNCIAS

Legislações:

BRASIL: Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso: 05 de mar. 2019.

BRASIL: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 05 de mar. 2019.

Obras literárias

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & Cia, 1909.

______________. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1915.

______________. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1922.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1972.

Bibliografia consultada

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

________________________. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

________________________. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo**. Traduções de José Arthur. Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedian, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 1977.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

____________. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

____________. **Sociologia**. Tradução e organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CAPÍTULO 4

ENSINO COM PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Data de aceite: 27/09/2021

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio
Universidade Federal do Acre

Reginâmio Bonifácio de Lima
Universidade Federal do Acre

Lucas Gomes do Vale
Universidade Federal do Acre

O presente artigo corresponde à condensação sistematizada de um capítulo de livro com temática homônima, publicado pelos autores no início de 2019 (BONIFÁCIO; LIMA; VALE, 2019), com acréscimos e atualizações, dada a relevância de se discutir os caminhos da Educação Científica em nosso país frente aos substanciais cortes de investimentos à pesquisa científica nas últimas décadas.

RESUMO: A educação científica tem como proposta transformar os estudantes, desde a Educação Básica, em "alunos pesquisadores" habilitados a produzir conhecimento e não apenas "reproduzi-lo". No Brasil, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda prevalecem as desigualdades regionais, sendo a Amazônia a região que menos tem sofrido os impactos das políticas públicas voltadas à disseminação da ciência e tecnologia. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo trazer à discussão os desafios à formação de jovens pesquisadores na Amazônia Sul-Ocidental, destacando as ações desenvolvidas nos últimos anos que possibilitam pensar novas perspectivas para a "alfabetização científica". A metodologia adotada para a coleta de dados partiu da consulta a fontes documentais como dados e relatórios disponíveis nos sites do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a legislação educacional que normatiza a organização curricular de formação de professores no Brasil, memórias dos fóruns de debates realizados no contexto das reformulações curriculares recentes, além da análise de editais e documentos referentes às instituições voltadas à promoção da formação científica no país. A partir de uma visão abrangente de "ciência", correspondente a um conjunto de conhecimentos científicos presentes nas diversas áreas do saber, temos como proposta refletir sobre o papel da educação científica para além da noção referente apenas ao componente curricular "Ciências", no Ensino Fundamental, ou Química, Física e Biologia, no Ensino Médio. A pesquisa apontou que, para que ocorram mudanças que possibilitem de fato a consolidação de uma educação científica no Brasil, e essa mudança chegue a regiões historicamente desprestigiadas como a Amazônia, torna-se necessário maior engajamento do Ministério da Educação, universidades, instituições de fomento, agências financiadoras, fundações e associações de amparo à pesquisa para a valorização e oferecimento de condições de trabalho aos docentes que atuam na Educação Básica e ampliação das Bolsas de IC Jr. Paralelo a isso, torna-se imprescindível um redirecionamento curricular e metodológico das universidades e secretarias de educação para a habilitação

de professores-pesquisadores, além do estímulo à exposições científicas procedentes e disseminadas no ambiente da Educação Básica.
PALAVRAS-CHAVE: Iniciação Científica, Jovens Pesquisadores, Amazônia Sul-Ocidental.

TEACHING WITH RESEARCH IN BASIC EDUCATION: CHALLENGES TO THE TRAINING OF YOUNG RESEARCHERS FROM THE SOUTH-WESTERN AMAZON

ABSTRACT: Scientific education aims to transform students, from Basic Education, into "young researchers" empowered to produce knowledge and not just "reproduce" it. In Brazil, despite the advances made in recent decades, regional inequalities still prevail, with the Amazon being the region that has least suffered the impacts of public policies aimed to the dissemination of science and technology. In this context, the present work intends to discuss the challenges to the training of young researchers in the South Western Amazon, emphasizing the actions developed in recent years that enables to develop new perspectives for "scientific literacy". The methodology adopted for the data collection was based on the documentary sources such as data and reports available on the CNPq (National Council for Scientific and Technological Development) and Capes (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) websites; the educational legislation that regulates the curricular organization of teachers training in Brazil; besides the analysis of edicts and documents referring to the institutions dedicated to the promotion of the scientific formation in the country. From a comprehensive view of "science", corresponding to a set of scientific knowledge present in many fields of knowledge, we propose to reflect on the role of scientific education beyond the notion referring only to the curricular subject "Science", in Elementary School, or "Chemistry, Physics and Biology", in High School. The research observves that, in order to bring changes that will allow the consolidation of a scientific education in Brazil, and that this change reaches historically discredited regions such as the Amazon, it becomes necessary to increase the engagement of the Ministry of Education, universities, development institutions, funding agencies, foundations and research support associations for the promotion and offer of suitable working conditions to the teachers that work in Basic Education and the expansion of the Junior CI scholarship. Parallel to this, a curricular and methodological redirection of the universities and educational departments becomes essential for the qualification of teacher-researchers, as well as the encouragement of scientific expositions originating and disseminated in the Basic Education environment.
KEYWORDS: Scientific research, Young Researchers; South-Western Amazon.

INTRODUÇÃO

A Educação Científica é uma das principais habilidades do século XXI, tempo marcado pela sociedade intensiva de conhecimento, contituindo referência fundamental de toda a trajetória de estudos básicos e superiores, com destaque especial aos tipos diversificados de Ensino Médio e Técnico (DEMO, 2010, p. 15). Nessa dimensão, a pesquisa em sala de aula apresenta-se como uma forma de envolver estudantes e professores em um processo de questionamento de verdades dadas como prontas na perspectiva do senso comum,

propiciando a construção de novos conhecimentos.

Diante da necessidade de efetivação de políticas públicas voltadas à concretização da Educação Científica no país, as práticas desenvolvidas no contexto do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Jr, fomentado por instituições como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) apresentam-se como caminhos para se começar a pensar a pesquisa enquanto ambiente de aprendizagem no cotidiano curricular.

Pedro Demo ressalta, dentre as contribuições dos Programas de IC (Iniciação Científica) para os estudantes, a oportunidade de aprender e pesquisar, habilidade mais básica para sua permanente renovação profissional, de estudar melhor e aprender de maneira reconstrutiva, desenvolvendo uma postura ativa, tendo a escola não como uma instituição em que escuta aula, toma nota ou faz prova, mas onde reconstrói conhecimento sistematicamente (DEMO, 2012, p. 86). Em relação aos professores, o autor destaca a necessidade de constante busca de aperfeiçoamento e estudos capazes de assegurar o embasamento necessário para orientar um processo de pesquisa, o que requer domínio dos processos de investigação científica, vida acadêmica e domínio de teorias e métodos de construção e reconstrução dos conhecimentos aplicados à Educação Básica (DEMO, 2012, p. 87).

Nas três últimas décadas, o Brasil tem experimentado uma renovação no desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas em diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, destacam-se ações governamentais e políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades regionais no campo da ciência, tecnologia e inovação, sobretudo aquelas articuladas no sentido de priorizar o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas nas Regiões Norte e Nordeste do país.

A política de desenvolvimento regional, nos últimos anos, concentrou esforços na ampliação e no fortalecimento da infraestrutura física relacionada a áreas como transportes, indústrias, comunicações, habitação e energia (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017, p. 83). Entretanto, torna-se ainda necessário priorizar a formação de recursos humanos e produção de conhecimento científico na Amazônia. Nesse sentido, apesar dos investimentos destinados à construção e ampliação de Instituições de Ensino Superior da Região Norte e da disponibilização de recursos por meio da abertura de diversos editais de fomento à pesquisa, as disparidades regionais ainda necessitarão de um longo percurso para serem diminuídas.

No presente artigo, portanto, buscamos contribuir com o debate em torno dos desafios à formação de jovens pesquisadores na Amazônia Sul-Ocidental, destacando as ações desenvolvidas nos últimos anos que possibilitam pensar novas perspectivas para a Educação Científica na região. As reflexões aqui empreendidas têm como proposta pensar a formulação de questões que levem a pensar sobre um princípio de desenvolvimento para a região que equilibre e valorize o humano e o científico, que reconheça a riqueza de suas

identidades híbridas, possibilitando a configuração de uma Educação Científica a partir de um olhar que a projete para o futuro – não aquele desenhado pelo espírito colonizador, mas aquele pensado pelos próprios amazônidas em colaboração com as demais regiões do país.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do presente estudo, partimos de procedimentos do tipo qualitativo, envolvendo a consulta a fontes documentais como dados e relatórios disponíveis nos sites do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a legislação educacional que normatiza a organização curricular de formação de professores no Brasil, memórias dos fóruns de debates realizados no contexto das reformulações curriculares recentes, além da análise de editais e documentos referentes às instituições voltadas à promoção da formação científica no país, sobretudo aquelas voltadas à Educação Básica.

A partir de uma visão abrangente de "ciência" como conjunto de conhecimentos científicos presentes nas diversas áreas do saber, temos como proposta refletir sobre o papel da educação científica para além da concepção voltada unicamente ao componente curricular "Ciências", no Ensino Fundamental, ou Química, Física e Biologia, no Ensino Médio.

A pesquisa envolveu ainda estudo bibliográfico sobre conceitos relacionados à Educação Científica na perspectiva de Demo (2003; 2006; 2010; 2012) e Lima e Moraes (2012). Reforçamos que o objetivo neste estudo foi buscar subsídios para discutir a necessidade de se repensar a Educação Científica no contexto da Educação Básica, desviando-nos da pretensão de desenvolver uma discussão terminológica.

A PESQUISA NA AMAZÔNIA: ENTRE OS ESTEREÓTIPOS DO PASSADO E AS DEMANDAS DO PRESENTE

Desde os relatos dos viajantes do século XVI, o imaginário sobre a Amazônia, tem se construído na perspectiva do pensamento externo aos que nela vivem. Assim, ao longo dos anos, tem-se erigido sobre a região uma construção discursiva que se desenha a partir do olhar do "outro" (PIZARRO, 2012, p. 33), muitas vezes, pautada em estereótipos e visões pré-concebidas. Ao tomarmos como base os "estudos científicos" e relatos dos viajantes sobre a região, que incluem desde o século XVI, até os estudos científicos do presente século XXI, observamos que se construiu sobre a Amazônia um discurso hegemônico que endossa uma visão colonialista, calcada na fabricação de uma imagem dos amazônidas como um povo subalterno e atrasado.

Conforme analisa João de Jesus Paes Loureiro (2003), quando da chegada dos europeus à região, no século XVI, os povos aqui encontrados apresentavam uma cultura não voltada à acumulação de bens e riquezas, pautando-se muito mais em uma ideia de

autossubsistência e dedicando-se a atividades que não se coadunavam com os interesses do emergente mercado capitalista da época. Construíram-se, assim, em torno dos povos amazônidas, os estereótipos de “preguiçosos, inaptos ao trabalho e de pouca aspiração pessoal” (PAES LOUREIRO, 2003, p. 39), que reverberariam ainda hoje no meio científico e nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da região.

Como reflexo desse processo, a região tem cumprido historicamente o papel que lhe foi outorgado, de desvalorização da própria cultura para atender às demandas dos problemas que lhes são externos. Nessa perspectiva, em pleno século XXI, observamos se perpetuar no contexto científico a velha prática de tempos passados, de ver as questões internas relacionadas à região serem decididas à margem dos que nela vivem.

As políticas de desenvolvimento regional pensadas para a Amazônia refletem, assim, essa visão de “fora” para “dentro”, endossando discursos caducos, interpostos no imaginário social e amplificados pela mídia; reforçando a imagem da “abundância de recursos inexplorados” e de “vazio humano”. Torna-se imprescindível, portanto, a ruptura com essa visão colonialista que ainda impera nas instituições que fomentam a pesquisa em nível nacional, para que realmente ocorram mudanças no quadro da falta de pesquisadores e no baixo índice de produção científica da região. É preciso romper com essa perspectiva simplista sobre a Amazônia, pois ela é muito mais complexa que isso, sendo necessários estudos e pesquisas que dialoguem com a realidade da região em toda a sua heterogeneidade.

Além da necessidade de reconhecimento de suas identidades e de sua importância, associada à valorização de pesquisas científicas pensadas pelos próprios habitantes da região, outro fato ignorado nessas pesquisas que enfatizam o “atraso” amazônico é a desvalorização dos saberes da área das Ciências Humanas. Se a formação de pesquisadores na região tem se voltado essencialmente para essa área, por que, então, não atentar para esse dado e não investir também em pesquisas que se debrucem sobre o desenvolvimento de inovações na área dos saberes voltados às Humanidades, que respondam às questões postas pela realidade local?

O esforço evidente nas políticas de pós-graduação para a Amazônia tem se configurado no sentido de “importar” e “fixar” pesquisadores na Região. Em um primeiro momento, essa medida pode até amenizar a situação. Entretanto, esta ação tem se mostrado insuficiente, tendo em vista que o que se observa, muitas vezes, é o trânsito frequente de pesquisadores, que acabam retornando a suas localidades de origem, e, quando permanecem, raramente conseguem romper com a visão estereotipada sobre a região.

No caso específico da Amazônia, os desafios em relação à Educação Científica são enormes, uma vez que grande parte das atividades de formação de recursos humanos na região é pontual, e principalmente concentrada próximo a cidades como Manaus e Belém, propiciando pouco apoio às demandas das demais cidades ou mesmo dos demais Estados

– incluindo Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. Como observamos, o desafio logístico enfrentado pelos Estados da Amazônia deve ter seu enfrentamento iniciado a partir da descentralização e melhor direcionamento do processo de formação de pesquisadores, sendo essencial a formação de técnicos e gestores especializados de modo equânime em todas as suas mesorregiões.

É válido destacar, nesse contexto, a ampliação da oferta de cursos superiores ocorrida na região nos últimos anos, com a instalação dos Institutos Federais e diversas faculdades particulares, seja na modalidade presencial ou na educação a distância. Contudo, essas ações não foram ainda suficientes para suprir a demanda de pesquisadores requerida pelas instituições de pesquisa que têm lançado Editais de Fomento voltados essencialmente à área da ciência, tecnologia e inovação.

No caso da Amazônia Sul-Ocidental, isso revela um dos maiores desafios ao desenvolvimento de pesquisas científicas, uma vez que a maioria dos editais das agências de fomento têm como público-alvo pesquisadores das áreas das Ciências da Saúde; Ciências Biológicas e das Engenharias e Computação. Tal fato revela, por um lado a necessidade de pesquisadores nessas áreas, mas também aponta para o descompasso entre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e as realidades locais.

A maioria dos estudos que abordam a necessidade de investimentos em pesquisas científicas na Região Norte, normalmente assinados por instituições sediadas nas regiões Sudeste e Sul do país, são unânimes em apontar a Amazônia como “vazio demográfico”, ressaltando sempre o “atraso” da região frente aos “avanços da ciência e tecnologia” recentes. Não ignoramos o fato de ser evidente a necessidade de maior empenho por parte dos Estados da Região Norte em ações mais propositivas para a formação de pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisas científicas. Contudo, o que parece ser ocultado sempre, nesses estudos, é que historicamente, desde séculos a fio, a Amazônia sempre foi alvo de uma visão estereotipada e preconceituosa. Ignora-se, não despretensiosamente, que o modus vivendi da região segue uma lógica não subordinada ao capital, como ocorre nas regiões consideradas “mais desenvolvidas” de nosso país.

Diante desse panorama, torna-se necessário um movimento paralelo no sentido de incentivar a formação de pesquisadores da própria região em nível de pós-graduação nas áreas do conhecimento consideradas essenciais no modelo voltado à ciência, tecnologia e inovação, respeitando-se também as demandas locais. Apresentar a ideia de uma ciência multifacetada, envolvendo as diversas áreas de abordagem trabalhadas pelo CNPq, desde a Educação Básica, apresenta-se, pois, como um caminho viável para desmistificar essa concepção.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

O Brasil enfrenta diversos desafios no tocante ao desenvolvimento e à consolidação

de seu sistema científico. Dentre eles, um dos principais diz respeito à latente desigualdade na distribuição de investimentos voltados ao financiamento e ao fomento de pesquisas científicas nas diversas mesorregiões do país. Diante desse panorama, a efetivação de políticas públicas voltadas à Educação Científica perpassa pela necessária atenuação dessas desigualdades regionais na distribuição de recursos voltados à pesquisa científica, associado ao consequente incremento da qualidade dessas atividades.

Uma breve análise dos dados produzidos pelo CNPq e pela Capes, principais agências brasileiras de financiamento da pesquisa científica, revela a discrepância na distribuição de Bolsas de Apoio à Pesquisa, que ano após ano pemanece com patamares de distribuição não equânimes. Tome-se como exemplo a Distribuição de Bolsas em vigência no ano de 2019 no país:

Região	População (%)		Pesquisadores* (%)		Bolsas no País (%)		IC Jr (%)	
Norte	17.707.783	08%	15.826	07%	3.560	04%	341	03%
Nordeste	56.915.936	28%	45.321	21%	13.093	17%	1.096	11%
Centro-Oeste	15.660.988	08%	18.943	09%	6.159	08%	739	07%
Sudeste	86.356.952	42%	90.742	42%	41.086	53%	6.884	68%
Sul	29.439.773	14%	46. 457	21%	13.982	18%	1.118	11%
Brasil	206.081.432		217.289		77.880		10.178	

Tabela 1: Distribuição das Bolsas de Apoio à Pesquisa no Brasil (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do CNPq[1] e da Capes[2].

O quantitativo geral de "Bolsas no País" analisado nesta tabela refere-se às Bolsas de Apoio Técnico, Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, Bolsas de Doutorado, Bolsas de Extensão em Pesquisa, Bolsas de Fixação de Doutores, Bolsas de Iniciação Científica, Bolsas de Iniciação Científica Júnior, Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial, Bolsas de Mestrado, Bolsas de Pesquisador/Especialista Visitante, Bolsas de Pós-doutorado, Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia. Evidencia-se, nesse percentual, uma grande concentração dos investimentos na região Sudeste e, em menor escala, na Região Sul, seguida da Região Nordeste, esta última fruto de políticas recentes voltadas à diminuição das desigualdades regionais. A soma da porcentagem de Bolsas distribuídas no país de todas as regiões (Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste) não chega ao total investido na região Sudeste, que é responsável por mais de 50% de todo investimento no ano de 2019, embora não tenha o dobro de pesquisadores ou de população, o que indica explícito favorecimento em relação a uma das regiões do país.

1 CNPQ. **Projetos e Bolsas em Vigência – 2019**. Disponível em: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em 12 ago. 2019.

2 Capes. **Distribuição dos pesquisadores e pesquisadores doutores segundo a região geográfica**. Disponível em: < http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-regiao1>. Acesso em 12 ago. 2019.

No que diz respeito às Bolsas de Iniciação Científica Jr, as desigualdades são ainda maiores, sendo que toda a Região Norte detém o percentual ínfimo de apenas 03% das Bolsas disponibilizadas pelo CNPq, frente aos 68% da Região Sudeste, ao igual quantitativo de 11% das Regiões Sul e Nordestes e de 07% da Região Centro-Oeste. É interessante notar que o alegado critério de distribuição de Bolsas em sua proporcionalidade, de acordo com a população não se sustenta, tendo em vista que as regiões Norte e Centro-Oeste detêm ambas cerca de mesmo percentual de 08% da população brasileira, tendo quase o mesmo número de pesquisadores, e tanto o número de Bolsas em geral quanto de Bolsas de Iniciação Científica Jr apresentam-se com o dobro de discrepância.

Diante dos dados apresentados, a alternativa a essa centralização perpassa necessariamente pela necessidade de compreensão das complexas relações históricas e geográficas que marcam o país ao longo dos séculos. Na primeira década do século XXI, algumas ações governamentais intentaram reduzir essas desigualdades regionais, dentre elas a criação das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o aumento no volume de investimentos para a ampliação da infraestrutura de pesquisa brasileira, especialmente com os recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como os fundos setoriais, além de recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, nesta segunda década do século XXI, devido às progressivas ações de contingenciamentos de despesas empreendidas pelo Governo Federal, intensificadas a partir de 2015, notamos a configuração de um cenário de recrudescimento em relação à subvenção de recursos para a pesquisa científica no país. O gráfico a seguir demonstra a oscilação dos investimentos da agência financiadora neste período:

Gráfico 1: Painel de Investimentos do CNPq em Bolsas no país (2011-2019).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do CNPq (**Painel de Investimentos – Bolsas de Pesquisa no País**. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/painel-de-investimentos>. Acesso em 02 de ago. de 2019).

Com os sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários desde 2015, agravando-se com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que trouxe novas diretrizes ao “Teto dos Gastos”, o número de bolsas diminuiu drasticamente, mesmo sendo elas priorizadas pelas agências de financiamento em seu quadro de orçamento em detrimento dos demais investimentos.

Diante deste complexo panorama, mesmo com avanços em direção à Educação Científica na Região Amazônica identificados nas últimas décadas, são ainda muito expressivos os desafios à sua concretização. Além da centralização dos recursos destinados à subvenção de pesquisas científicas, a aproximação da universidade com as escolas de Educação Básica constitui outra demanda que necessita ser superada. Torna-se imprescindível para tal a criação de uma rede de interação entre pesquisadores das universidades, professores e estudantes da Educação Básica com o objetivo de tornar a sala de aula o espaço primordial da pesquisa, local em que se iniciam as descobertas e se estimula a motivação para apreender através da vida.

O governo brasileiro, em suas diversas instâncias, precisa considerar a Educação Científica uma estratégia para o desenvolvimento econômico e social do País. Entretanto, para se aplicar e colher resultados de uma estratégia que redunde nesse desenvolvimento, torna-se necessário efetivo interesse político e grande investimento financeiro em educação, ciência e tecnologia. Deve-se considerar, portanto, que esses resultados serão alcançados a longo prazo. Para tanto, um dos desafios iniciais será melhorar a qualificação dos professores da Educação Básica, conforme recomendam as metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação, que preceituam que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” e que, até 2024, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, possuam formação em nível de pós-graduação.

Outro grande desafio se coloca aos membros da comunidade científica brasileira no sentido de romperem os muros das universidades e lutarem efetivamente para mudar o ensino que se apresenta como altamente informativo para uma perspectiva transformadora e criativa. Essa mudança de paradigma deve, necessariamente, começar pela transformação no ensino dentro do contexto da própria universidade, se estendendo a todos os níveis de ensino sem privilégio de um em detrimento de outro.

De nada adiantará essa mudança de paradigma se não houver investimentos efetivos e massivos para dotar as escolas públicas de laboratórios didáticos e infraestrutura necessária para proporcionar que os estudantes da Educação Básica aprendam a utilizar do método científico na busca de respostas para os problemas de sua realidade circundante em vez de simplesmente “absorver conhecimentos científicos”.

Outra ação necessária é a ampliação dos Programas de Iniciação Científica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A inserção dos estudantes da Educação Básica em

atividades como a leitura e escrita de textos científicos, como projetos, relatórios, resumos e artigos, além da delimitação de temas de pesquisa, processo de coleta e análise de dados, contribui para a construção gradativa da autonomia científica dos bolsistas, despertando-os para a carreira acadêmica e para o espírito científico.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que as instituições de fomento reajustem o valor da Bolsa de ICJ, cotada atualmente em apenas R$100,00. Esse valor tem permanecido inalterado desde sua criação, em 2003. Ao realizarmos uma análise comparativa do valor da Bolsa de ICJ pago em 2003 e valor do salário mínimo pago no mesmo ano, percebemos uma enorme defasagem entre eles. Em 2003, a Bolsa de ICJ equivalia a um percentual de mais de 41% do valor do salário mínimo, cotado em R$ 240,00 à época (DIEESE, 2019). Atualmente, tomando como referência o salário mínimo de R$ 998,00, percebemos que o valor da Bolsa equivale a apenas 10% desse percentual. Houve uma perda de 300% no valor da Bolsa de ICJ no comparativo com o salário mínimo. Há a necessidade de reposição desse quantitativo para que a Bolsa de ICJ volte a ser interessante para os estudantes e possa de fato fomentar a pesquisa na Iniciação Científica da Educação Básica. Para os mais ortodoxos, que não concordam com a análise baseada na indexação de atividades ao valor do salário mínimo, tome-se como base a inflação oficial do período de 2003 a 2018, conforme dados do IPC – Índice de Preços ao Consumidor (FIPE, 2019). Nessa análise, se somados os índices da inflação ano a ano, desde 2003, chega-se a um quantitativo de 99,63%. Nesse contexto, percebemos que pelos índices da inflação oficial, o valor da Bolsa de ICJ deveria ter no mínimo dobrado, devendo ser reajustado, em 2019, para, no mínimo, o valor de R$ 200,00.

Além de serem poucas as cotas de Bolsas de ICJ disponibilizadas aos estudantes da Educação Básica, a defasagem do valor pago aos estudantes denuncia a condição precária do Bolsista que utiliza esse recurso para sanar minimamente suas despesas com transporte e alimentação. Esse valor não viabiliza sequer a compra de materiais de pesquisa básicos, como livros, materiais paradidáticos ou computadores; tampouco possibilita a realização de visitas a laboratórios e museus, traslado para eventos científicos dentro da mesma cidade ou a compra de um simples pôster para apresentação do resultado de sua pesquisa.

Diante da ausência de uma política pública de Educação Científica de caráter universalista, visto que a ICJ atinge poucos alunos da escola pública, nos questionamos se o Estado brasileiro não tem encarado esta como mais uma política compensatória, como foram, por exemplo, os programas de alfabetização, de merenda escolar, Bolsa Escola e Bolsa Família. É típico dessas políticas inclusivas compensatórias visarem à correção de lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Faz-se, assim, necessário que a ICJ seja encarada como uma prioridade, a fim de promover as mudanças sociais requeridas pelo país.

Uma possível perspectiva de avanço para a Educação Científica é a realização com maior frequência de Feiras de Ciências ou do Conhecimento, que são por natureza

excelentes espaços não formais de divulgação científica, envolvendo grande valor formativo desde o início das pesquisas até a socialização dos trabalhos, envolvendo, geralmente, grande parte da comunidade. A frequência da realização e participação dos estudantes da Educação Básica nesses eventos pode contribuir para despertar o interesse em conhecer melhor sua realidade, seja ela no viés social, econômico, natural, político, entre outros aspectos. A partir da inserção dos estudantes em atividades que os levem a observar e investigar cientificamente os fatos do mundo que o cerca, torna-se possível construir, desde cedo, habilidades para planejar e executar experiências e projetos que os levem adquirir confiança resolução de problemas com uma visão criativa e crítica.

Pesquisas recentes acerca da percepção social do brasileiro sobre a ciência e da tecnologia revelaram grande interesse da população pelo tema. De acordo com a enquete, realizada em 2015 e publicada em 2017 pelo Centro de Gestão em Estudos Estratégicos (CCGE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), esse elevado interesse não se traduz em grande conhecimento e informação sobre o assunto, uma vez que 87% dos entrevistados não souberam informar o nome de nenhuma instituição científica do país, enquanto 94% deles não conhecem o nome de nenhum cientista brasileiro (CGEE, 2017).

A pesquisa revelou ainda que metade dos brasileiros associa ao cientista a imagem de uma pessoa inteligente que faz coisas úteis para a humanidade. Cerca de 74% dos entrevistados veem características positivas nesses profissionais, diante de um percentual de 22% que acham que servem a interesses econômicos, se interessam por temas distantes das realidades das pessoas ou são “excêntricos de fala complicada”.

A mudança na percepção dos brasileiros sobre a imagem dos cientistas tem grande influência do acesso às novas mídias e tecnologias. Outrora erroneamente apresentados como pessoas excêntricas, geniais, desleixadas, dedicadas ao trabalho com temas de grande complexidade, traduzindo-se a atividade científica como não acessível a todos (MARTINEZ, 2016), os cientistas têm sido personagens frequentes na mídia e em espaços de educação informal.

Conhecer o universo de referências científicas que envolvem o jovem do século XXI se apresenta como um passo decisivo para a formação de novos cientistas no Brasil. Com o advento da internet, os estudantes têm acesso rápido e fácil à informação. Apresenta-se, portanto, a necessidade de lidar com esse acesso enquanto aliado e não como empecilho à construção de novos saberes. Dessa forma, ensinar os estudantes a pensar como cientistas em vez de reproduzir o conhecimento contido nos livros didáticos torna-se uma das tarefas mais prementes do trabalho docente na atualidade.

São necessárias também ações de divulgação científica que subsidiem a formação de jovens cientistas e de profissionais especializados na área do jornalismo científico, criando uma rede de comunicação e divulgação da ciência capaz de romper as barreiras que separam a academia da sociedade.

Ainda nas séries iniciais, os profissionais da educação têm um papel fundamental,

que é não bloquear a criatividade das crianças, instigar a curiosidade e proporcionar oportunidades de investigação por meio das quais elas elaborem questionamentos que partam de sua realidade circundante. A criança é um cientista natural, contudo, de uma forma sutil, a escola tem contribuído para a perda dessa curiosidade natural durante o percurso formativo dos estudantes.

Nessa dimensão, o caminho para a transformação da Educação Científica como uma política prioritária no País depende da superação de grandes desafios: a ampliação do acesso dos estudantes das escolas públicas ao Programa de ICJ; o reajuste das Bolsas de ICJ para possibilitar aos estudantes a adesão e permanência no Programa; formação e incentivo de professores orientadores e supervisores para orientar estudantes da Educação Básica; o fomento, seja através de subsídios, compra de materiais, concessão de Bolsas ou alocação de recursos destinados para fins de aplicação prática da ciência no cotidiano escolar; a, por meio da promoção de feiras do conhecimento e eventos científicos voltados ao público estudantil; além da efetiva aproximação entre as universidades e as escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Iniciação Científica, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, tem fundamental importância na formação humana, pois possibilita aos alunos desenvolverem novas estratégias de aprendizagem e resolução de problemas identificados em sua realidade circundante. Porém, se observarmos o atual panorama da Educação brasileira, a Educação Científica tem sido uma das últimas prioridades. Cabe à Iniciação Científica, o instrumento de maior relevância na formação escolar, sendo responsável por proporcionar aos estudantes a construção do processo do conhecimento desde o levantamento de problemas, a construção de hipóteses e procedimentos de pesquisa, para, então, se vislumbrar novas descobertas no vasto campo do conhecimento.

Através da pesquisa, o estudante da Educação Básica pode ter acesso ao mundo da ciência e desfrutar da oportunidade de apresentar os resultados de seus estudos em Feiras Científicas, Congressos, Seminários e afins, além de publicar seus trabalhos em revistas científicas. Para isso, é indispensável o envolvimento do corpo docente e, principalmente dos orientadores nos Programas de Iniciação Científica, além de ações concretas por parte do governo no sentido da valorização dos docentes que atuam da Educação Básica.

A ciência passa por um momento de instabilidade no Brasil, que vem se arrastando ao longo das últimas décadas. Nesse contexto, cresce a cada dia o número de pesquisadores que saem do país em busca de melhores condições de trabalho, gerando uma diminuição de nossa capacidade de responder e resolver os problemas que se apresentam na realidade local. Os constantes cortes de verbas deixam os estudantes cheios de incertezas em um país que não trata a Educação, a Ciência e a Tecnologia como investimento, mas como gasto. Os Editais destinados ao financiamento de Bolsas de ICJ (Iniciação Científica

Jr) são fundamentais para a continuação das pesquisas, porém sua continuidade é incerta. As Bolsas apresentam valores irrisórios, defasados e que há muito tempo não passam por reajustes, na ICJ de apenas R$ 100,00 e na IC de R$ 400,00. Nesse contexto, ser Bolsista de Iniciação Científica, tanto na Educação Básica quanto na Graduação, apresenta-se como uma ação de resistência, uma forma de insistir acreditando no potencial investigativo do ser humano frente ao desalento e ao descaso do poder público com a Educação. A sensação é de desconstrução do futuro.

A ciência gera oportunidades, recursos, riquezas que podem transformar a vida das pessoas. É preciso que todos os benefícios dela advindos sejam colocadas a serviço da população. Pouco as escolas fazem para estimular seus alunos a fazer ciência e raramente divulgam seus resultados.

É comum associar o conhecimento cientifico às áreas de Ciências Naturais, excluindo-se os campos das áreas de Humanidades e das Linguagens como se neles não fosse possível fazer ciência. Mas, a verdade é que a ciência permeia todas as áreas do conhecimento, possibilitando o desenvolvimento da capacidade criativa dos estudantes e buscando soluções para a complexidade do funcionamento do mundo à sua volta. Fazer ciência desde a Educação Básica significa estimular os estudantes a pensar de maneira criativa, formular perguntas, despertar o entusiasmo a cada resposta que descobre, e divulgar os resultados das descobertas empreendidas.

A falta de atividades voltadas à Iniciação Científica na Educação Básica contribui para que os estudantes cheguem à graduação despreparados, apresentando grandes dificuldades para o desenvolvimento das atividades propostas. Nesse aspecto, observam-se dificuldades como falta de fluência na leitura e interpretação de textos, apresentação de seminários, produção de artigos científicos, resumos, resenhas, relatórios. Enfim, uma deficiência geralmente comum no âmbito do Ensino Superior, que seria bastante amenizada se todo esse processo fosse trabalhado desde o Ensino Básico.

A realidade ainda consiste no distanciamento dos estudantes em relação à construção do conhecimento científico, por não terem sido ensinados a isso. Não é propiciado um ambiente que fomente o conhecimento, a curiosidade, a criatividade, a sensibilidade, a imaginação, a confiança, a paciência, e o suporte financeiro. Enquanto produzir ciência não for prioridade, o subsídio à iniciação científica não vier desde a educação Básica e o país viver apenas o academicismo científico será quase impossível questionar a complexidade dos problemas sociais e achar possíveis soluções em meio ao contexto de crise que assola o país nas últimas décadas.

Nesse contexto, tornam-se imprescindíveis ações efetivas para a formação de jovens pesquisadores, fixação de pesquisadores e a nucleação de novos grupos de pesquisa voltados à educação para a ciência. A ampliação e a regularidade na oferta de Bolsas de Iniciação Científica Jr apresentam-se como um caminho necessário para a diminuição das desigualdades regionais, auxiliando na produção e disseminação de pesquisas científicas

produzidas na Amazônia. Dessa forma, vislumbra-se também um maior quantitativo de políticas promotoras do envolvimento de estudantes da Educação Básica em atividades científicas orientadas, promovendo a mobilização da população escolar em torno dos temas sobre a importância da Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo, assim, para a popularização desses saberes de forma mais integrada e sistemática.

REFERÊNCIAS

BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Reginâmio B.; VALE, Lucas Gomes do. Iniciação científica na Educação Básica: desafios à formação de jovens cientistas na Amazônia Sul-Ocidental. In: MENEGUETTI, Dionatas Ulises O. et al. **Pesquisas No Ensino Básico, Técnico E Tecnológico**. Vol. 1. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019, p. 25-44.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Reginâmio B. Iniciação Científica Jr no Brasil: panoramas e abordagens para o fortalecimento da pesquisa na Educação Básica. In: MENEGUETTI, Dionatas Ulises O. et al. **Pesquisas no Ensino Básico, Técnico E Tecnológico**. Vol. 1. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019, p. 54-76.

CGEE. **A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros.** Percepção pública da C&T no Brasil: 2015. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro**. O Educador e a Prática da Pesquisa.** Ribeirão Preto-SP: Alphabeto, 2010.

DEMO, Pedro. Iniciação Científica: razões formativas. In: LIMA, Valderez Marina do R.; MORAES, Roque. **Pesquisa em sala de aula:** tendências para a educação em novos tempos. 3 ed. Porto Alegre, 2012.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos:** Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 10 jan. de 2019.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>. Acesso em 11 de jan. de 2019.

LIMA, Valderez Marina do R.; MORAES, Roque. **Pesquisa em sala de aula:** tendências para a educação em novos tempos. 3 ed. Porto Alegre, 2012.

MARTINEZ, Monica. **A imagem do cientista no imaginário contemporâneo**: o caso do Instituto Royal. Rizoma , v. 4, p. 122-137, 2016.

MONTEIRO NETO, Aristides. CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Antonio. **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica -** Uma poética do imaginário. Manaus: Editora Valer, 2015.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio.** Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PIBIC. **A Formação de novos quadros para CT&I:** avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017.

PORTAL CNPq. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC Jr.** Disponível em <http://www.cnpq.br>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

PORTAL CAPES. <https://www.capes.gov.br>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

TURCHI, Lenita Maria; MORAIS, José Mauro de. **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil**: avanços recentes, limitações e propostas de ações. Brasília: Ipea, 2017.

CAPÍTULO 5

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO SANITÁRIA DE CAMPINAS-SP: AÇÕES DE POLÍCIA SANITÁRIA NO PERÍODO REPUBLICANO

Data de aceite: 27/09/2021
Data de submissão: 15/07/2021

Cássia Mariane Pavanati
Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Saúde Coletiva. Campinas, SP.
http://lattes.cnpq.br/3991487243903116

Everardo Duarte Nunes
Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Saúde Coletiva. Campinas, SP.
http://lattes.cnpq.br/0889393786079735

PAVANATI, C. M.; NUNES, E. D. A atuação da Comissão Sanitária de Campinas-SP: ações de polícia sanitária no período republicano. Revista de História Regional, v. 21, p. 222-247, 2016.

RESUMO: Através de uma revisão bibliográfica e documental, este artigo trata das ações preventivas, políticas e sociais adotadas em Campinas-SP pelo poder público para o campo da saúde, em finais do século XIX e início do XX. Este período é marcado por sucessivas epidemias de febre amarela na cidade. Tais ações embasaram-se no aparato legislativo que tomava corpo nos anos iniciais da República. Na área da saúde, este aparato, ficou primordialmente a cargo do Serviço Sanitário do Estado. Em Campinas, a febre amarela 'exigiu' do Serviço Sanitário um meio atuante, fazendo com que este órgão instituísse a Comissão Sanitária no ano de 1896. Esta 'extensão' do Serviço Sanitário na cidade, além do combate através de ações práticas para conter os constantes surtos de febre amarela, também foi responsável pelo desenvolvimento das obras de saneamento e a aplicação da polícia sanitária. A partir de fontes primárias, principalmente de origem administrativa da Comissão, compõe-se um cenário deste marcante período na história da "Princesa D'Oeste".

PALAVRAS-CHAVE: Campinas, São Paulo, Comissão Sanitária.

ABSTRACT: Through a bibliographical and documentary review, this article deals with preventive measures, social policies and adopted in Campinas-SP by the government to the health sector in the late nineteenth and early twentieth centuries. This period is marked by successive epidemics of yellow fever in the city. Such actions up they have bases in the legislative apparatus that took body in the early years of the Republic. In health, this apparatus, it was primarily the responsibility of the State Sanitary Service. In Campinas, yellow fever 'demanded' the Health Service an active medium, making this body instituted the Sanitary Commission in the year 1896. This 'extension' of the Health Service in the city, in addition to fighting through practical actions to curb constant outbreaks of yellow fever, was also responsible for the development of sanitation works and the application of animal health. From primary sources, mainly administrative origin of the Commission, made up a scenario of this remarkable period in the history

of “Princess D’Oeste”.

KEYWORDS: Campinas, São Paulo, Sanitary Commission.

INTRODUÇÃO

A organização do poder público referente às políticas de saúde não foram exclusividade do período republicano brasileiro. Porém, é neste momento, com a federalização do território, que esta organização fica ainda mais evidente, sobretudo no caso do Estado de São Paulo. O pioneirismo paulista quanto a saúde deu-se logo nos anos iniciais após a Proclamação, com a Constituição de 1891, o que propiciou maior autonomia ao estado, além de fortalecer o destaque econômico que este território possuía.

Esta organização se concretizou mais especificamente com a instituição de um órgão incumbido propriamente em legislar e fiscalizar sobre as políticas de saúde, o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Este órgão para se legitimar, utilizou-se amplamente da chamada polícia sanitária, ou seja, além de organizar e formular as políticas de saúde, o órgão fazia da fiscalização a peça chave de todas as suas ações.

A partir da instituição do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, houve a necessidade da criação de mecanismos atuantes em todo o âmbito estadual, para uma maior sistematização das políticas formuladas pelo órgão nos municípios paulistas. Um destes mecanismos foram as chamadas Comissões Sanitárias, que atuaram mais fortemente em Santos e Campinas, esta segunda, nosso objeto de estudo nesta pesquisa.

Com a análise da instituição da Comissão Sanitária de Campinas e o desenvolvimento das atividades desta na cidade de Campinas, procuraremos reconstituir como as medidas formuladas pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo eram implantadas e fiscalizadas por esta Comissão na cidade e se esta obteve êxito, ou não, no controle das epidemias de febre amarela e execução de obras de saneamento.

Procuraremos observar a partir desta análise, como em um período conturbado, com o fim da escravidão, intensificação da imigração para as fazendas cafeeiras do chamado oeste paulista, a incorporação do urbanismo sanitarista e o descontrole de surtos epidêmicos, as atividades da Comissão Sanitária de Campinas contribuíram para a implantação das ações de saúde em Campinas.

Assim, a partir das ações direcionadas para a melhoria da saúde pública, procuraremos observar como o poder público, através, sobretudo do saber médico do período, formulava e impunha sua política almejando não apenas o bem-estar da população, mas, manter avançando, Campinas, a segunda mais importante cidade no cenário econômico no Estado de São Paulo.

O PROTAGONISMO PAULISTA

Muitos estudos mostram que a Primeira República marca um momento de transição na História brasileira, no que se refere ao campo da saúde[1]. As mudanças mais evidentes durante este período para esta área referem-se propriamente ao saber médico. A experimentação, amplamente divulgada pela Microbiologia e Bacteriologia, foram gradativamente incorporadas. Assim, os órgãos públicos recém criados, absorviam, voltavam suas pesquisas e ações para a observação e a análise das doenças que atingiam as populações como um todo, mais especificamente, nas áreas urbanas.

Evidentemente, estas mudanças estavam ligadas às razões econômicas de cada região brasileira. Por inúmeras vezes tais razões “impunham” ao poder público maior atenção às chamadas doenças coletivas. Para manter o crescimento econômico havia a necessidade de manter o controle e o tratamento da saúde da força de trabalho. Em nossa região de estudo, a região de Campinas, o poderio conquistado pela produção cafeeira, recebeu do governo estadual medidas no tratamento das doenças, principalmente da febre amarela. Além disso, outros dois importantes fatores: o fim da escravidão e intensificação do aporte de imigrantes europeus fizeram com que a região de Campinas recebesse maior estruturação dos serviços sanitários.

Não podemos desvincular a autonomia conquistada por São Paulo perante o restante do Brasil, do próprio poderio econômico que o estado possuía, e no campo da saúde pública não foi diferente. O poder da elite paulista frente ao cenário nacional foi notável (VILARDO, 2015). Cabe salientar que, as políticas de saúde foram estruturadas durante o período republicano, devido ao fato do poder (estatal) estar em pleno processo de efetivação. As políticas públicas afirmavam-se, organizavam-se e intervinham em todo o território nacional. Neste momento:

> Verifica-se, um desenvolvimento da consciência pública e da responsabilidade governamental para as condições sanitárias do país e a saúde da população – sem que isso signifique um julgamento sobre o desempenho do poder público (HOCHMAN, 2006, p. 22-23).

O protagonismo paulista diante do cenário nacional no que se refere à implantação das políticas de saúde merece destaque. Em São Paulo este conjunto normativo efetivou-se claramente com a Constituição de 1891. Podemos destacar que neste momento, não somente houve a formalização de quais seriam os responsáveis pela saúde pública em suas respectivas áreas, mas organiza-se uma estrutura burocrático-administrativa em âmbito regional para a efetivação das práticas sanitárias, que ora eram de competência estadual, ora municipal (MERHY, 1987).

No entanto, não se pode deixar de anotar que, tais medidas foram tomadas, a princípio pelos agravos causados pelas sucessivas epidemias de febre amarela. Estas

1 Destaque para os trabalhos de HOCHMAN, G. A Era do Saneamento. São Paulo: Hucitec, 2006. e TELAROLLI Jr., R. Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Edusp, 1996.

epidemias inevitavelmente propiciaram um campo onde o poder público estadual criasse chamadas medidas rotineiras, ou seja, um aparato que deveria ser colocado efetivamente em prática para se desenvolver a salubridade e a atuação abrangente da chamada polícia sanitária através de campanhas contra os processos epidêmicos (TELAROLLI JR., 1996).

Todo o aparato caracterizado através de leis e resoluções possuía além do objetivo claro de conter os surtos epidêmicos, uma relação direta para a economia cafeeira, assim como para a população imigrante que se expandiam nesse momento.

Inicialmente as Câmaras Municipais, como em nosso caso, de Campinas, foram as responsáveis permanentes por ações quanto à saúde. Sua atuação será direta no que se refere à atenção à população, como podemos constatar nas inúmeras determinações e resoluções dos *Códigos de Posturas*[2] das cidades. Estas posturas se referiam (também) aos procedimentos a serem tomados para a organização da saúde pública, normatizando-a.

O ESPAÇO URBANO CAMPINEIRO

Para compreendermos a importância de Campinas para o Estado Paulista e, principalmente a maior atenção recebeu no que se refere às questões sanitárias, faz-se necessário verificar seu destaque econômico. A cidade contou com um desenvolvimento econômico bastante próspero principalmente a partir do século XIX. Este desenvolvimento deveu-se primeiramente à produção canavieira destinada à exportação, que perdurou durante as três primeiras décadas do século. Mas foi a produção de café que ganhou espaço na cidade e se transformou, em apenas duas décadas, no produto fundamental para a vida econômica campineira naquele período.

Em alguns anos a cidade se tornou o principal produtor de café da província. A título de exemplo, em 1836, foram contabilizadas 335000 mil arrobas produzidas. Interessante anotar que, as grandes propriedades produtoras de café do período posterior à segunda metade do século XIX eram quase autossuficientes. Assim, a união de três elementos: a mão de obra livre, as máquinas de beneficiamento e as ferrovias implantadas na cidade impulsionaram o processo de trabalho e escoamento da produção cafeeira, fundamental para a expansão que se firmou nas décadas seguintes (SEMEGUINI, 1988).

A expansão da produção cafeeira deveu-se em boa medida ao sistema ferroviário com a inauguração da Estação de Campinas instalada em 1872. A ferrovia compôs um cenário que exemplifica o mais significativo da transformação que atingiu a cidade a partir da acumulação cafeeira. A expectativa dos moradores da cidade, principalmente a camada rica, em relação a esta implantação foi além de uma representação apenas do progresso

2 Os códigos de posturas ou posturas policiais foram criados no século XIX na tentativa de normatizar, regulamentar e disciplinar a vida urbana através da vigilância dos moradores. Sua grande função era prevenir (através da aplicação de multas), a partir da vigilância, inibindo o indivíduo de cometer desvios no espaço urbano, grande causador dos problemas de saúde pública. As cidades (especificamente o espaço urbano) tornam-se o objeto exclusivo da intervenção médica no período (SCHMACHTENBERG, R. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. IX Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul).

material. Campinas estaria, a partir de então, diante da verdadeira noção de progresso e civilização, não haveria impedimentos para a prosperidade campineira (POZZER, 2014).

A partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente na década de 1870, ocorre a ampliação e reestruturação da cidade. Em virtude desta transformação, mudanças no estilo de vida da maioria dos moradores aconteceram e perduraram até a virada do século (LAPA, 1995).

Este processo modernizador que atravessou a cidade exigiu do poder público local a normatização da vida urbana. Procurava-se introduzir padrões e comportamentos que implicavam em uma racionalidade individual e coletiva. A normatização, que tinha o propósito de organizar, dispunha de leis e resoluções, visando, sobretudo, atender as necessidades da saúde pública no município. Para isto, esta legislação estava calcada no ideário higienista europeu das teorias do urbanismo moderno e do saneamento público.

> Ciência (saneamento e higiene) e arte (paisagem e beleza) se consorciam para esses novos traçados capazes de alterar o ontem, o hoje e o amanhã da cidade [...] percebe-se inclusive uma concepção organicista, que de resto ocorre no urbanismo ocidental que é o de identificar a funcionalidade da cidade com o corpo humano. Como também é marcada a “teoria dos meios” adequando Campinas ao meio em que foi implantada, recuperando o que responde às suas necessidades e rejeitando o que lhe é nocivo (LAPA, 1995, p. 47).

Assim, a cidade deveria adequar sua paisagem natural ao meio urbano, interagindo esteticamente com a natureza, como também adequar-se no que se referia as suas construções, públicas ou individuais, incorporando o ideário higienista exportado pelo modelo europeu. Na prática, as obras públicas de maior destaque projetadas por engenheiros sanitaristas em Campinas foram elaboradas por Francisco Saturnino de Brito. Saturnino foi Chefe do Distrito da Comissão Sanitária do Estado, este através de seus projetos solucionou a incidência de epidemias em Campinas que eram causadas pelo incorreto fluxo das águas.

Ao chegar à cidade, o engenheiro analisou minuciosamente as obras, os projetos e os orçamentos em andamento, assim como a condição de redes de esgoto, distribuição de água potável e a limpeza de ruas e praças. A partir de sua análise, elaborou modificações nas obras de drenagem de ribeirões e córregos, na canalização e construção de galerias de águas pluviais. Desta forma, Saturnino de Brito, por meio de seus projetos, oferecia à Campinas uma adequação entre a “modernidade” intrínseca nas obras com o meio natural que agora era essencialmente parte do conjunto urbano (ANDREUCCI, 2014).

Neste momento transitório no que se refere à mão de obra, a intensificação da imigração europeia para as fazendas da região de Campinas agravou o problema da assistência à saúde na cidade. Veremos adiante que com a ocorrência dos surtos de febre amarela, mesmo com as medidas tomadas pelo poder público, havia uma ineficiência das práticas no cotidiano.

Houve então a necessidade de mobilização da sociedade, no que se refere ao trato da doença como aos doentes, um esforço societário que envolveria camadas da população e poder público, sendo a filantropia o mecanismo mais eficiente para um resultado positivo (LAPA, op. cit., p. 217). A benemerência e a criação de sociedades de imigrantes como a Portuguesa (fundou o "Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência" em 1879) e a Italiana (fundou o "Circolo Italiani Uniti" em 1881) merecem destaque nesta fase de implantação de locais específicos para o cuidado, no caso de característica privada.

AS DOENÇAS NO ESPAÇO DA CIDADE

Diante do quadro que apresentamos anteriormente, em Campinas, instaurou-se um cenário que exigiu maior atenção dos poderes municipal e estadual. No recorte temporal delimitado para o nosso estudo, algumas doenças atingiram a cidade, em maior ou menor intensidade. A varíola (primeiros casos registrados em 1873), a cólera (1855 perdurando até o século XX), a febre amarela (1889 até fins do século XIX) e a gripe espanhola (1918-1919), deixaram um notável registro na história campineira deste período. Porém, como já muito enfatizado em numerosos estudos realizados sobre a cidade, a febre amarela se destaca, e a partir desta doença um importante capítulo da História campineira se escreve.

A FEBRE AMARELA

Falar de febre amarela em Campinas requer do pesquisador um estudo minucioso e detalhado. Isto se deve ao fato da doença ter reconfigurado o viver na cidade drasticamente em todos os aspectos, a partir de 1889. A proporcionalidade alcançada pelas sucessivas epidemias de febre amarela em alguns pontos do cenário paulista exigiu uma maior disposição das administrações estaduais e municipais, principalmente em Santos e Campinas.

No entanto, se o estado criava e ampliava medidas visando à melhoria da saúde pública, a Constituição de 1891 caracterizava-se pela autonomia municipal. Na prática, se o estado elaborava as medidas, a responsabilidade por seu cumprimento era dos poderes locais. A Câmara Municipal além de receber e executar as medidas estabelecidas pelo governo estadual deveria atuar amplamente no cumprimento e fiscalização da legislação.

Voltando à febre amarela, os efeitos dos surtos epidêmicos ocorridos em Campinas trouxeram consequências muito superiores do que as verificadas por outras doenças. O primeiro caso notificado da doença em solo campineiro foi constatado em 1889, mais especificamente em uma imigrante proveniente do porto de Santos, chamada Rosa Beck, vinda da Suíça (SANTOS FILHO , 1996).

A partir dos registros dos primeiros casos, a cidade tornou-se um centro disseminador da epidemia, isto devido ao fato de haver o entroncamento ferroviário das vias de acesso para o interior. Com isso, a doença encontrou caminhos para sua penetração no oeste

paulista. As alterações no convívio social da cidade foram notáveis:

Em Campinas, a capital agrícola do estado e rival declarada da cidade São Paulo, a febre amarela fez tantas vítimas e arruinou de forma tão absoluta a economia local que ruas e avenidas da cidade homenageiam (mais de 100 anos depois do último surto da doença) pessoas que, de alguma forma, atuaram para atenuar o sofrimento dos campineiros na época da grande epidemia de febre amarela de 1889, e do brasão da cidade ainda hoje ostenta a figura da fênix egípcia, como símbolo da localidade renascida após a epidemia daquele ano (BERTUCCI-MARTINS, 2005).

É importante destacar que, a febre amarela na cidade não ocorreu como um surto único, a partir da data de constatação dos primeiros casos, sucessivos surtos foram registrados até a passagem para o século XX. Somente com a institucionalização da Comissão Sanitária de Campinas pelo Serviço Sanitário do Estado, para ações e o cumprimento das medidas de controle das epidemias de febre amarela, que houve um considerável declínio do número de casos verificados. Mostraremos a seguir que não há como tratar da febre amarela em Campinas, sem recuperar o trabalho Comissão Sanitária.

O ESTADO DE SÃO PAULO - ORGANIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA DURANTE O PERÍODO REPUBLICANO E SUA INFLUÊNCIA NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

A estrutura disposta pelo Governo do Estado de São Paulo para a saúde pública durante os anos iniciais da República atingiu diretamente a organização das políticas de saúde nas cidades interioranas. É importante destacarmos que, com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, as Federações passam a legislar autonomamente, não sendo diferente no campo da saúde.

Para a compreensão desta estrutura organizacional, devemos considerar, em linhas gerais, que São Paulo dispôs de órgãos de base estatal, incumbidos propriamente de tratar as questões relativas à saúde, que para se legitimarem perante a população, utilizaram-se da legislação. Diante da situação apresentada, era necessária a criação de uma estrutura administrativa para a saúde pública competente em âmbito estadual, que claramente deveria atender as questões políticas e econômicas paulistas.

Uma estrutura administrativa foi formada descentralizada, influenciada por fatores como a instauração do modelo tecnológico desenvolvido no século XIX, e com maior intensidade devido ao progresso científico que se apresentava através das importantes descobertas no campo da saúde como a bacteriologia e a transmissão de doenças através de vetores, como o causador da febre amarela. É a partir deste conjunto que surge um modelo tecno-assistencial, que se utilizaria dos recursos disponíveis para então atender eficientemente as práticas sanitárias através da elaboração de uma “nova” estrutura administrativa, a qual trataremos a partir deste ponto (TELAROLLI Jr., Op. Cit., p. 178).

O SERVIÇO SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em São Paulo, a Lei Estadual nº. 43 de 18 de junho de 1892 estabeleceu o Serviço Sanitário do Estado. Este órgão possuía o objetivo claro e urgente de combater os surtos epidêmicos que assolavam todo o Estado, principalmente as epidemias de febre amarela em Santos e Campinas. O novo órgão compunha-se de um Conselho de Saúde Pública, Diretoria de Higiene (responsável pelo cumprimento das normas sanitárias) auxiliada pelas seções: Laboratório Farmacêutico, Laboratório de Análises Químicas, Laboratório Bacteriológico e Instituto Vacionogênico (RIBEIRO, 1991).

A proposta inicial era oferecer a assistência pública de saúde aos paulistas, uma área ainda pouco desenvolvida para a época. A estrutura do Serviço Sanitário propunha certa ousadia em sua composição no que se referia às propostas empregadas. Esta ousadia culminou com as dificuldades financeiras, o que prejudicou a implementação completa da política proposta por este novo órgão nos anos iniciais (BLOUNT, 1972).

Neste momento, apesar das dificuldades da implantação da política do Serviço Sanitário em território paulista, o órgão começa a interferir diretamente nos municípios. A Diretoria de Higiene possuindo como uma de suas atribuições o estudo das questões de saúde pública, executava suas práticas através da polícia sanitária. Nesse trabalho ressalta-se a figura dos chamados inspetores sanitários, nas atividades de fiscalização a polícia tornou-se evidente. As desinfecções domiciliares e os serviços de vacinação e revacinação ilustram o trabalho sistemático e de controle desempenhado pelo Serviço Sanitário (RIBEIRO, op. cit., p. 78).

INTERVENÇÃO ESTADUAL

A intervenção estadual disposta através do Serviço Sanitário de São Paulo foi também uma tentativa de manter o ritmo econômico de Campinas, a segunda mais importante cidade do Estado paulista. Assim como Santos, no período a mais importante cidade paulista, Campinas necessitava que o poder estadual, através do Serviço Sanitário se encarregasse da transposição para esta localidade de um mecanismo eficiente que auxiliasse a Câmara Municipal na contenção das epidemias de febre amarela e também na execução de obras para melhoria da saúde pública.

O fato de a ocorrência da doença ter se intensificado nos meses subsequentes, fez com que os moradores mais abastados debandassem da cidade. Quando estes retornaram para suas moradias estavam ainda mais suscetíveis a contrair a febre amarela. Julgava-se, então, neste período, que os fugitivos deveriam permanecer fora, aguardando a extinção da epidemia. Os poucos médicos residentes que exerciam a profissão abandonaram suas residências e voltariam somente integrados às comissões de socorro (SANTOS FILHO, op. cit., p. 37-38).

Contudo, o que se deseja salientar sobre a importância da ocorrência da doença na

cidade deve-se ao fato de que esta perdurou até o fim do século XIX, o que tornava ainda mais grave a situação na cidade. Já em janeiro de 1890, surgem novos casos da doença, caracterizando uma epidemia mais branda que a do ano anterior, mas, estes novos casos traziam ainda mais terror para os moradores, pois eles temiam uma epidemia semelhante à que ocorrerá em 1889.

Durante o ano de 1891, não houve registros significativos de casos de febre amarela na cidade de Campinas. No entanto, em 1892, novos casos surgiam na cidade, a doença voltou com mais força. Neste momento, a doença atingiu outras cidades próximas, como Rio Claro e Limeira. Por esta difusão da doença o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo passa a interferir diretamente nas cidades para o controle da doença. Nesta primeira ocasião, o órgão convocou estudantes de medicina para trabalharem nas cidades paulistas atingidas (RIBEIRO, op. cit., p. 72).

Mesmo sem o real conhecimento da forma de contagiosidade da doença, que era atribuída a um germe, com a execução de obras de saneamento, os verdadeiros transmissores da doença eram eliminados, não intencionalmente, mas contribuindo para a diminuição da incidência de casos. A cidade passou então por um breve período endêmico da febre amarela, casos esporádicos e não letais surgiam, não acometendo tantas pessoas a ponto de caracterizar uma epidemia.

No entanto, em janeiro de 1896 a febre amarela voltou a se alastrar como um incêndio por vários bairros da cidade e mesmo pela região central. A incidência da doença ocorria sempre no mesmo período do ano, fato decorrente da adaptação ou ao condicionamento do ciclo evolutivo do mosquito transmissor as condições climáticas da cidade.

O fato é que para os agentes do período não poderia haver as condições para que a doença tomasse as proporções alcançadas nos anos iniciais dos surtos epidêmicos. Providências deveriam ser tomadas imediatamente. E elas começaram a aparecer. O então Intendente Municipal, Dr. Manoel de Assis Vieira Bueno, subdividiu a cidade em três distritos sanitários com um médico na direção de cada um deles.

Os diretores de cada distrito sanitário comunicavam à Intendência novos casos ou óbitos verificados, que eram registrados em um Livro de Notificações, que permitia o acompanhamento do desenvolvimento da epidemia e oferecia bases para a execução de obras de saneamento na cidade. Um importante fato é que todas as providências eram tomadas e aplicadas pelo poder municipal sem alardes, com raríssimas notícias veiculadas nos jornais campineiros. Tudo era feito para não alarmar e ecoar a forma assustadora desta nova epidemia (SANTOS FILHO, op. cit, p. 197).

A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO SANITÁRIA DE CAMPINAS

Foi a partir da nova eclosão da epidemia de 1896 que o Governo de São Paulo interviria e assumiria a direção e responsabilidade pelo saneamento de Campinas e Santos,

além de outras cidades paulistas. A intervenção chegou na cidade em vinte e três de julho e em quatro de agosto deste mesmo ano a Comissão Sanitária de Campinas, instituída pelo Serviço Sanitário de São Paulo, assumiria as suas funções.

Chegando em Campinas a municipalidade entregou todo o material que possuía para execução das atividades pelos integrantes da Comissão, além de colocar-se à disposição para o auxílio que fosse necessário. Foi cedida ainda à Comissão, uma seção do espaçoso edifício conhecido como Mercado Grande, que foi adaptado sob o nome de Desinfectório Central de Campinas. O prédio situado na Avenida Anchieta foi construído para abrigar o mercado inaugurado em 1861, porém, comportou o Desinfectório Central em 1896 até 1918 (Ibidem, p. 252).

A Comissão foi chefiada inicialmente pelo conhecido higienista Dr. Emílio Marcondes Ribas, e compunha-se além deste, dos médicos auxiliares, o Dr. Teodoro da Silva Bayma, Dr. Ezequiel Cândido de Sousa Brito, inspetor do terceiro distrito sanitário de Campinas[3], Dr. Eduardo Lopes da Silva, médico do Matadouro Municipal e Dr. Joaquim Augusto de Las Casas dos Santos. Outros médicos auxiliavam os trabalhos da Comissão esporadicamente, eram eles: Dr. Francisco Moretzsohn, Dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, Dr. Car de Bustamante, Dr. Orêncio Vidigal, Dr. Epifânio José Pedrosa, Dr. Crisóstomo de Oliveira e Dr. Alsino Braga.

Havia uma convicção do Serviço Sanitário do Estado e consequentemente da Comissão Sanitária de Campinas, que as epidemias de febre amarela desapareceriam com a ação sistemática da polícia sanitária. De fato isto aconteceu, pois, em 1898, prazo já considerável de atuação da Comissão Sanitária de Campinas na cidade, foram registrados apenas três casos de febre amarela. Estes estavam concentrados no Arrabalde do Taquaral, área esta que não possuía água potável e sistema de esgoto.

OS TRABALHOS DA COMISSÃO SANITÁRIA DE CAMPINAS

Os Serviços de Desinfecção

Com esta prática, objetivava-se atacar as moléstias transmissíveis, ainda que a etiologia da doença não fosse conhecida, a medida era amplamente empregada, tanto em períodos de surtos quanto fora deles. Este serviço representava um momento de transição por qual passava o conhecimento médico neste período, ainda persistiam resquícios da concepção miasmática das doenças, principalmente da febre amarela (RIBEIRO, op. cit., p. 76).

Através da documentação emitida pela Intendência Municipal neste período, constatamos o amplo emprego desta ação. Para exemplificar, citaremos duas correspondências emitidas durante a Intendência do Dr. Manoel Assis Vieira Bueno

3 Campinas foi sede do segundo distrito sanitário do Estado de São Paulo, conforme determinado pelo Serviço Sanitário.

remetidas ao então Diretor do Serviço Sanitário, o Dr. Joaquim José da Silva Pinto Júnior.

> Cidadão. Continuando o aparecimento de casos novos da moléstia reinante nesta cidade e tornando-se por isso indispensaveis rigorosas medidas igienycas, venho pedir vos que nos digneis enviar para aqui os desinfectantes conforme lista que vos ofereço. Contanto ser attendido com máxima brevidade, offereço-nos os meus agradecimentos. Saúde e Fraternidade". "Sulfato de cobre (6 rosicas); cloreto de ferro (6 rosiscas); creolina (100 vidros); sublimato (2 vidros); algodão (10 pacotes)" (ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

Em 04 de junho de 1896, o Intendente Municipal recorre novamente ao Diretor do Serviço Sanitário, e a correspondência ilustra a preocupação por parte do poder municipal em utilizar os serviços de desinfecção:

> Cidadão. Sendo de toda vantagem fazes-se nesta cidade que acaba de ser flagellada por uma das mais gravez epidemias de febre amarella, que desde 1889 a tem visitada, uma rigorosa desinfecção de todas as casas em que se deram obitoz, d'aquela molestia, venho de novo requisitar-vos que envie para aqui uma commissão médica encarregada deste serviço de prophylaxia.
>
> As desinfecções, port-epidemicas são como disem os [...] muito uteiz no fim dos periodos epidemicos de febre amarella. O germen entra na phase de ibernação e a desinfecção então feita atacam o producto mais recente da proliferação, aqelles que conservam em seo maior grau de virulencia. Allem disso, as desinfecções feitaz em epocha epidêmica resente se da urgencia e do atropello da ocasião, não podem ser cuidadas e fiscalisadaz como em epochas normaes. Para que surta effeitoz, essa medida de prophilaxia é preciso que haja rigorosa fiscalisação de Inspetores Sanitarios dignos de toda confiança, que podem ser médicos que não se ocupem com a clinica particular distrahindo-se de seuz deveres ou então engenheiros sanitarioz que não encontram essa diversão de suaz attribuiçõez. Havendo nesta cidade seguramente maiz de mil cazas infeccionadas pela febre amarella, esse serviço de dsinfecção deve começar desde já com o fim de evitar nova irrupção epidemica no proximo verão. Tendo o Governo do Estado deliberado manter nas localidades do interior, assaltadas [...], o mesmo serviço sanitário alli destacado durante a epidemia, venho pedir vos que de novo aqui enviez uma commissão de desinfecção e, se me lícito fazer vos um outro pedido, proporia que viesse sob a direcção do correcto funcionario Dr. Diogo Teixeira de Faria. Saúde e Fraternidade (ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

Os Serviços de Vacinação

A vacinação e revacinação dos moradores podem ser caracterizadas como a face mais nítida da polícia sanitária e sua forma mais presente no cotidiano dos moradores. Este foi um dos instrumentos utilizados no discurso republicano para legitimar a ação dos inspetores sanitários para que estes adentrassem na rotina das pessoas utilizando os supostos benefícios da vacinação para eliminarem qualquer surto epidêmico persistente no período, principalmente da febre amarela e da varíola.

Em Campinas, conforme tratamos anteriormente, este serviço, conforme

comprovamos através da documentação disponível, foi realizado pela Comissão Sanitária de Campinas e, sem registros de oposição por parte da população.

Os Serviços de Vistorias

Campanhas de vistorias também eram atribuições desta Comissão e devem ser registradas. As vistorias configuravam a prática de polícia sanitária e visavam à verificação do cumprimento da legislação disposta para a saúde pública no Estado de São Paulo. A inspeção minuciosa ocorria nas residências e em todo o espaço da cidade. O não cumprimento da legislação acarretava pesadas multas ou em alguns casos advertências formais para os cidadãos.

O trabalho prático da Comissão Sanitária de Campinas, não apenas no que se refere à polícia sanitária, estava intrinsecamente atrelado à Intendência Municipal. Conforme verificamos na documentação consultada, ocorria entre elas uma inter-relação para a execução de atividades de melhoria da saúde pública em Campinas, e isto nos mostra que as atividades foram desenvolvidas de maneira harmoniosamente.

Para melhor ilustrar, a fim de constatar exemplos desta relação entre a Comissão Sanitária de Campinas e a Intendência existente no combate preventivo:

> Intendência Municipal de Campinas, 24 de janeiro de 1899. Cidadão: Comunico-vos que por despacho do Dr. Intendente Municipal exarado no memorandum do Dr. Chefe da Comissão Sanitária desta cidade, deveis proceder hoje com o Dr. Inspetor Sanitario do 4º districto, vistorias nos prédios números 70 e 74 da Rua Major Sólon e 201 da Rua José Paulino. Ao Cidadão E. Dausfrene. D. Dr. Engenheiro Municipal. Lúcio Peixoto. Secretario Municipal (ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

Percebemos que a Intendência Municipal, em diversas situações nas quais deveriam ocorrer as vistorias, recorria aos trabalhos da Comissão Sanitária de Campinas para uma execução conjunta das atividades. É importante destacar que esta relação concentrava-se na figura do Engenheiro Municipal que efetivamente elaborava os projetos de saneamento na cidade, e era atribuição da Comissão, verificar a execução e andamento das obras.

Quando essas obras não ocorriam, a Comissão Sanitária comunicava o fato ao Serviço Sanitário, que, por sua vez, intermediava juntamente com a Intendência e o Engenheiro Municipal. As vistorias eram então realizadas com o Engenheiro Municipal e um Inspetor da Comissão Sanitária de Campinas.

Um relatório da Comissão Sanitária do mês de novembro de 1904 elaborado pelo fiscal Dr. Eugênio de Camargo exemplifica em números a quantidade de vistorias executadas pela Comissão: Habitações particulares: 123; Hotéis e botequins: 2; Padarias 2; Açougues, armazéns e tavernas: 23; Fábricas e estabelecimentos industriais: 4; Terrenos, áreas: 8. Intimações foram feitas 6 por falta de limpeza nos respectivos quintais.

Os números totais de vistorias realizadas mostram que estas representavam uma face da polícia sanitária exercida pela Comissão Sanitária. Podemos destacar também

que estas vistorias atingiam todos os tipos de espaços na cidade, além dos exemplos anteriormente citados. Encontramos na documentação disponível, vistorias realizadas em comércios ambulantes, que terminavam com a apreensão de produtos. Eram recolhidos principalmente os derivados do leite que eram comercializados em péssimo estado de conservação, e mesmo de carnes, cujos vendedores muitas vezes não possuíam autorização formal da Intendência para vender os seus produtos.

As visitas nas residências ocorriam quando contatados problemas com a edificação e eram realizadas em parceria entre a Comissão Sanitária de Campinas e o Engenheiro Municipal. Vejamos alguns exemplos contatados na documentação disponível sobre estas visitas:

> Ao cidadão Intendente. Levo ao Vosso conhecimento o resultado da vistoria que a pedido da Commissão Sanitária fiz em companhia do Sr. Inspector Sanitário do 4º districto no prédio nº. 96 da Rua Barão de Jaguará. No prédio em questão uma das paredes do oitão acha se estragada, a parede no ponto estragado é de madeira, porém somente uma parte, sendo que o restante é da parede de mão e construção antiga. O proprietário deverá reconstruir com urgência a parte da parede que ameaça cahir. Campinas 11 de setembro de 1903. O Engenheiro Araújo Telles (ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

O espaço público também era alvo de vistorias. As ruas como as maiores reveladoras de problemas relacionados à saúde pública eram sempre inspecionadas e recebiam tratamento quando encontradas irregularidades:

> Commissão Sanitária de Campinas. Campinas 1 de outubro de 1897. Communico-vos que nos fundos da casa n. 46 do Largo de Santa Cruz existe um terreno abandonado no qual esta arrebentado o encanamento de água, formando um encharco permanente, inconveniente para seus vizinhos. Peço-vos, pois, que proceder a vistoria da casa n. 86 da Rua Francisco Glycério. Saúde e Fraternidade. Dr. Emílio M. Ribas. Chefe da Commissão Sanitária de Campinas (ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

Visitas para constatação e notificação de doentes em fábricas e escolas também eram recorrentes. Estas visitas ocorriam também na região que compunha Campinas, como era designado pelo Serviço Sanitário. Verificamos abaixo um exemplo explicitado em um relatório da Comissão Sanitária de Campinas:

> Commisão Sanitária de Campinas. Campinas 27 de julho de 1915. Illmo. Sr. Dr. Octavio Marcondes Machado, M.D. Chefe da Comissão Sanitária de Campinas.
>
> Por vossa determinação e a pedido do Dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, presidente da Câmara Municipal, fui, hoje, em inspeção às escolas da Villa Americana (32), verificar a existência de casos de conjunctivite granulosa. Em idêntica inspecção, procedida em janeiro do anno transacto, aconselhei aos respectivos professores a não receberem alunnos que fossem affectados dessa moléstia sem que estivessem completamente restabelecidos. Primeira Escola Masculina: Alunnos matriculados, 31, presentes 21 – Destes, estão

> com conjunctivite granulosa os dois seguintes: Pedro Chebin e Octavio Martinelli, Professor Silvino Jose de Oliveira. Segunda Escola Masculina: Alunnos matriculados, 31, presentes 21 – Destes, affectado o seguinte: Antonio Grassi, Professor José Dias Lima. Primeira Escola Feminina: Matriculadas 25, presentes 19. Desta affectada a seguinte: Josefhina Rinaldi, Professora Alexandrina Sarmento (substituta). Primeira Escola Mixta: Alunnos matriculados 36, presentes 21. Affectadas duas alunas: Clorinda Baptistucci e Ermidia Gione. Professora D. Olyimpia de Oliveira [...] Os casos, porém, são em sua maioria benignos. Aconselhei aos professores a conveniência do afastamento das aulas por parte dos alunnos affectados, de ser evitada a propagação aos demais alunnos. É o quanto tenho a vos informar, reativamente à minha inspecção às escolas de Villa Americana. Saúde Americana. O Inspector Sanitário. Dr. Francisco de Arruda Rozo (ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

Vemos através deste relatório que, além de realizar o trabalho da polícia sanitária, o inspetor da Comissão Sanitária também exercia efetivamente a clínica ao diagnosticar os alunos doentes nas escolas. É importante destacar a realização da atividade médica por estes inspetores, pois, não havendo na própria Campinas número suficiente de médicos clinicando, percebemos que nas localidades que compunham a região próxima, a situação dos moradores era ainda mais precária quanto à falta de médicos.

O policiamento sanitário também ocorria em grandes proporções. Além de residências, comércios, ruas e fabricas, também eram alvo da polícia sanitária realizada pela Comissão Sanitária de Campinas em locais de maiores proporções que abarcavam uma vistoria mais ampla. Este era o caso do policiamento de bairros inteiros. Constatamos tal verificação nos relatórios que se seguem:

> Policiamento Sanitário. Arraial dos Souzas. João Seraphim Grangeiro, fiscal de hygiene d'este districto, visitei d'esde 1º do corrente 178 casas encontrando 18 em boas condições hygienicas, 64 irregulares e as demais falta de exgottos, onde predominam as fossas fixas, chiqueiros, cocheiras, alagadiços de águas pluviais, etc. Intimei-os para melhoramentos exigidos pela hygiene domiciliaria recomendando a mais rigorosa assepsia sob pena de multa. O Inspector Sainitario, 1899(ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

Além do trabalho executado diretamente com o Engenheiro da Câmara, a Comissão Sanitária de Campinas também auxiliava diretamente a Intendência Municipal na execução de trabalhos de fiscalização em companhias privadas. Esta constatação foi verificada na documentação expedida pela Intendência diretamente à Comissão conforme citaremos alguns exemplos:

> Campinas, 19 de janeiro de 1904. Illmo. Sr. Dr. Octavio Machado, M. D. Chefe da Commissão Sanitária. Havendo os Marchantes construído um matadouro provisório na chácara do cidadão Antonio de Carvalho, venho pedir a V. S. se digne verificar as condições hygienicas de dito matadouro, fazendo cumprir o que as leis sanitárias atentarem a respeito. Apresento-lhe meus protestos de súbita estima. O Intendente, Antonio Álvares Lobo(ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, Correspondências, 1893-1915).

A partir das diversas atividades a cargo da Comissão Sanitária de Campinas, verificamos que havia um amplo projeto para a constatação e, sobretudo controle das ações no campo da saúde pública na cidade de Campinas.

OS GESTORES DA COMISSÃO SANITÁRIA DE CAMPINAS

A permanência do primeiro chefe da Comissão Sanitária de Campinas, o Dr. Emilio Marcondes Ribas, durou de 1896 a 1898, quando ele assumiu a direção do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Conforme já ressaltamos, quando da chegada da Comissão na cidade uma nova epidemia de febre amarela de grandes proporções atingia Campinas, os trabalhos do Dr. Ribas e seus auxiliares concentraram-se na execução de projetos urgentes para a adequação do saneamento urbano.

Os resultados foram constatados ao final da gestão da Comissão, pois, quando assume o cargo o Dr. Theodoro Bayma que perduraria até 1901, a doença estava praticamente erradicada da cidade. Por isso em 1902, quando o Dr. Octávio Marcondes Machado assume a chefia da Comissão Sanitária de Campinas, as próprias desinfecções tão utilizadas passam a ser contestadas devido as experiências comprovando a não contagiosidade da febre amarela, doença esta que sem dúvidas foi o grande alvo dos trabalhos da Comissão. A recomendação a partir de então era a destruição dos viveiros dos mosquitos (RIBEIRO, op. cit., p. 73-74).

Não foram encontrados registros do período total de permanência do Dr. Octávio M. Machado à frente da Comissão, porém, na documentação disponível, este esteve comandando a mesma até 1915. Dado que sugere que deve ter permanecido no cargo de chefe até 1918, quando na reorganização do Serviço Sanitário de 1917 extinguem-se as Comissões Sanitárias atuantes no interior paulista.

Controladas as epidemias de febre amarela (que como dito anteriormente, foi o foco dos trabalhos da Comissão Sanitária de Campinas), os serviços da mesma reduziram-se à vacinação, vistorias de limpeza de terrenos baldios, desinfecções das casas de tuberculosos. As visitas domiciliares deixaram de ser feitas (Ibidem, p. 77).

O número de integrantes da Comissão também foi reduzido para dois Inspetores Sanitários e dois Fiscais não médicos. Apesar disso, a área de responsabilidade ampliou-se, passando o compor-se de: Valinhos, Cosmópolis, Villa Americana, Rebouças, Arraial dos Sousas, Joaquim Egidio e Villa de Santa Bárbara. Desta forma, em 1905, noventa mil pessoas faziam parte da área de cobertura/responsabilidade da Comissão Sanitária de Campinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento de transformação do espaço urbano campineiro no período que perpassa o fim do século XIX e início do XX culminou com as sucessivas epidemias de

febre amarela que assolaram a cidade. Período este que marcou negativamente a história da “Princesa d’Oeste” no campo sanitário e da saúde.

As obras de melhoria do espaço urbano foram essenciais para o “embelezamento” da cidade, além de ser o meio de aplicação dos recursos obtidos com a produção cafeeira, foram fundamentais para a diminuição dos surtos epidêmicos. Desta forma, as obras de saneamento, conforme vimos de autoria da Comissão Sanitária e da Intendência, contribuíram por reduzir os focos de procriação do transmissor da febre amarela, mesmo sem o conhecimento do vetor de transmissão.

O cenário da cidade e os atores que ela compunha (contexto urbano e a elite cafeeira) criaram no município um quadro que contribuiu para que a disposição estadual fosse intensificada. Os atores (elite cafeeira) exigiam, por parte do poder público, medidas de organização no campo da saúde. Em determinados momentos a elite campineira, diante do cenário devastador que se instauro na cidade, teve um comportamento ambivalente, optando tanto pelo abandono da cidade, como pela criação de instituições para o cuidado da saúde.

Sem dúvida, a força econômica foi um fator fundamental para que houvesse uma maior disposição do poder público, frente os surtos sucessivos das epidemias de febre amarela. Verificamos que o poder público intervinha diretamente e atingia a realidade da população/indivíduos através do controle do corpo (polícia sanitária), e materialmente no campo da saúde, por meio de medidas sanitárias e mudanças ambientais.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, R. A., **O urbano e o sanitário na transformação do espaço urbano em Campinas.** Campinas: 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: dspace.mackenzie.br:8080/handle/10899/6081. Acesso em: 20 de agosto de 2014. p. 79.

ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS, **Correspondências**, 1893-1915.

BERTUCCI-MARTINS, L. M., **Memória que educa: Epidemias do final do século XIX e início do XX.** Educ. rev. [online]. 2005, n.25, p. 75-89.

BLOUNT, J. A***.* A administração da saúde pública no estado de São Paulo o serviço sanitário 1892-1918.** Rev. adm. empres. [online]. 1972, vol.12, n.4, pp. 40-48. ISSN 0034-7590. p. 41-42.

HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento.** São Paulo: Hucitec, 2006.

LAPA, J. R. A. **A Cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900.** São Paulo: Edusp / Unicamp, 1995. p. 18-19.

MERHY, E. E. **O Capitalismo e a Saúde Pública: a emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo.** Campinas: Papirus, 1987. p. 63.

POZZER, G. P., **A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002).** Campinas: 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Unicamp. Disponível em: http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000407731. Acesso em: 14 de agosto de 2014. p. 39.

RIBEIRO, M. A. R. **História Sem Fim...: um inventário da saúde pública: São Paulo 1880-1930.** São Paulo: Editora Unesp,1991. p. 27.

SANTOS FILHO, L. C., e NOVAES, J. N., **A febre amarela em Campinas 1889-1900.** Campinas: Área de Publicações/Centro de Memória, 1996. p. 39.

SCHMACHTENBERG, R. **Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir.** IX Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul.

SEMEGUINI, U. C., **Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização.** Campinas: 1988. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia, Unicamp. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000052343&fd=y. Acesso em: 12 de julho de 2021. p. 15.

TELAROLLI Jr., R. **Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 1996.

VILARDO, F. **A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na primeira república.** Campinas: 1986. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unicamp. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000017792. Acesso em: 12 de julho de 2021. p. 5.

CAPÍTULO 6

A ROTEIRIZAÇÃO MITOPOÉTICA DE SEXUALIDADES

Data de aceite: 27/09/2021
Data de submissão: 25/09/2021

Simone Ganem Assmar Santos
Médica, Analista Junguiana. Doutora e Mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Psicoterapia Analítica pelo Instituto Junguiano da Bahia em convênio com a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq)
orcid.org/0000-0001-6355-8122

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Historiadora. Doutora em Humanidades pela Universidade de León, com pós-doutoramento na Universidade de Salamanca (CNPq e CAPES). Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2021/2023). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (Universidade Católica do Salvador) e em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (Universidade Federal da Bahia). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e líder do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq)
orcid.org/0000-0002-5689-8206

RESUMO: Corpos e vidas traduzidas nas reflexões e abordagens são eixo principal desse artigo, envolvendo sexualidades e/ou erotismo feminino no Tempo Presente. Com base historiográfica e vertente qualitativa, as ideias anunciam a compreensão do significado do Eu e do Outro que, por sua vez, implica em uma exploração teórica acerca da constituição da subjetividade humana. A delimitação está delimitada a partir de autorias contemporâneas, quais sejam, a romancista chilena Isabel Allende (1998) – em livro da sua autoria *Afrodite. Contos, Receitas e Outros Afrodisíacos* – buscando pressupostos do sociólogo norte-americano John H. Gagnon - no livro intitulado *Uma Interpretação do desejo, Ensaios sobre o Estudo da Sexualidade* (2006). Através de análise de conteúdo e no formato ensaístico, intentamos elaborar um entrelace entre as inúmeras controvérsias nas quais tal tema, tão diverso e polêmico, se insere.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Corpos; Sexualidades; Subjetividades; Erotismo.

THE MYTHOPOETIC SCRIPTING OF SEXUALITIES

ABSTRACT: Bodies and lives translated into reflections and approaches are the main axes of this articles, involving sexualities and /or female eroticism in the Present Time. Based on historiography and qualitative aspects, the ideas announce the understanding of the meaning of the Self and the Other, which, in turn, implies a theoretical exploration of the constitution of human subjectivity. The delimitation is based on contemporary authorship, that is, the Chilean novelist Isabel Allende (1998) – in a book of her authorship *Aphrodite, Tales, Recipes and Others Aphrodisiac* – looking for assumptions of the

North American sociologist John Gagnon – in the book entitled *An Interpretation of Desire, Essays on the study of sexuality* (2006). Through content analysis and in the essay format, we intend to elaborate a link between the countless controversies in which this theme, so diverse and controversial, is inserted.
KEYWORDS: Women; Bodies; Sexualities; Subjectivities, Erotism.

LA ESCRITURA MITOPOÉTICA DE SEXUALIDADES

RESUMEN: Cuerpos y vidas traducidos en reflexiones y enfoques son los ejes principales del artículo, que involucran sexualidades y/ o erotismo femenino en la actualidad. Basado en historiografía y aspectos cualitativos, las ideas anuncian la comprensión del significado del Yo y el otro, que, a su vez, implica un abordaje teórico de la constitución de la subjetividad humana. La delimitación temática utiliza como fuente la autora chilena Isabel Allende (1998) – en su libro *Afrodita, Cuentos, Recetas y Otros Afrodisíacos* – y aún busca supuestos del sociólogo norteamericano John Gagnon – en su obra *Una Interpretación del Deseo, Ensayos sobre el Estudio de la Sexualidad* (2006). A partir de análisis de contenido, con formato ensayo, pretendemos elaborar vínculo entre las innumerables controversias donde el tema está inserido, en su carácter diverso e controvertido de la contemporaneidad.
PALABRAS-CLAVE: Mujeres; Cuerpos; Sexualidades; Subjetividades; Erotismo.

"Para las mujeres el mejor afrodisíaco son las palabras". Assim começa a escritura de Allende numa performance literária e recomendação inicial. Desnuda corpos e o caráter erótico, experiencial e exponencial. "Bajo la piel se ocultan deseos nunca formulados, aflicciones recónditas, marcas invisibles".

E segue, nas primeiras páginas, já marinando uma narrativa delicadamente pensada:

> Me arrepiento de las dietas, de los platos deliciosos rechazados por vanidad, tanto como lamento las ocasiones de hacer el amor que he dejado pasar por ocuparme de tareas pendientes o por virtud puritana. Paseando por los jardines de la memoria, descubro que mis recuerdos están asociados a los sentidos. (ALLENDE, 1998, p. 7).

São inúmeros os recursos literários que ajudam a representar o erotismo (MARTINS, 2019)[1]. A princípio, quase que na subalternidade e clandestinidade, retratam e revelam muito da experiência humana relacional. É possível retratarmos diferentes nuances no campo das sexualidades, caracterizando desejos, prazeres e formas de expressão escrita nos últimos cinquenta anos. Tendo em vista seu caráter transgressor, o elenco autoral e uma vastidão de obras chamadas de eróticas tornaram-se campo de batalha para contestar moralismos e reivindicar vivências do corpo.

Se de um lado, os anos 70 lançaram uma tendência literária, associando, de forma incisiva o desejo e a performance erótica e sexual, também revelava "imaginários funestos", valendo-se de paisagens ostensivamente cosmopolitas, mas sem perder também

1 "O erotismo e a sensualidade femininos e masculinos surgem como uma vivência coletiva, como forças moventes da História, e não como expressão de um desejo subjetivo" (MARTINS, 2019).

as dimensões territoriais mais rurais e isoladas. Sugeriam a intensificação da temática de corpos e de um vasto repertório de fantasias eróticas. Nos contrastes entre regimes totalitários (violações e torturas) o contraponto transgredia nas artes e na produção escrita, desnudando as amarras, os aprisionamentos e ganhando força também nos debates acadêmicos e nos ambientes universitários.

Ao tomar como ponto de partida as ideias e as narrativas autobiográficas da escritora Isabel Allende (nascida em 1945 e com grande experiência em território latino-americano vivendo no Peru, Chile e Venezuela), os argumentos desse artigo encontram na literatura autoral feminina os matizes que compreendem as múltiplas interfaces com o erotismo. Escolhendo o ensaio como estilo e forma, são as bases epistemológicas feministas e a aproximação com a sociologia que permitirão construir diálogos entre representações, identidades, alteridade e relações possíveis extraídas justamente a literatura contemporânea de autoria feminina.

Enveredar pelas narrativas literárias é, sem dúvida, percorrer cenários, dramas, mas sobretudo, personagens retratadas quase como expressões reais, ainda mais quando o contexto é o imaginário latino-americano. As mulheres de ficção – criadas e corporificadas no universo allendiano[2] - buscam suas raízes no Realismo fantástico do cotidiano, mesclando-se com as personagens reais: sangue e tinta, carne e papel, vida e sonho. Isso acontece desde as primeiras obras que ocupam momentos da ditadura vivenciada e narrada e estão de tal sorte imbricadas que não se conseguem separá-las. Contam vidas vividas com roupagem ficcional.

O resgate do imaginário é fundamental, uma vez que as ações humanas, os conflitos e a construção da realidade material, se baseiam exatamente nas imagens que os sujeitos históricos têm de si mesmos e dos seus semelhantes, quer engendrados na mesma categoria social que ele, ou taxados como seus adversários e inimigos.

> "Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações mentais, advindas da literatura, que simbolizam o real. Elas não modelam os comportamentos, não mobilizam elas as energias, não legitimam elas as violências?" (SEVCENKO, 1997, p. 13).

Logo, a obra literária, ao desconstruir tais representações, desvendando fantasias e revelando as possibilidades criadas pelo autor, demonstra flexibilidade e certa dubiedade enriquecedora (MARTINS, 2019). Enraíza-se profundamente em seu tempo e nas questões que ele suscita, mostrando-nos a realidade por um prisma muito específico. Não obstante, a apreensão desta realidade reveste-se de grande subjetivismo e particularidade, não sendo

2 É no Realismo Fantástico que tem servido de veículo para mulheres como Isabel Allende, Laura Esquivel e outras tantas que, utilizando-se de metáforas, extrapolando ao máximo situações que devem ser denunciadas, trazem à lume mulheres, homens explorados, crianças violentadas, direitos desrespeitados. Poderíamos citar inúmeras escritoras representativas do contexto latino-americano que, juntamente com Isabel Allende, registraram escritura específica sobre corpos, sexualidades e identidades femininas. Seja em A Casa dos Espíritos (1995); a mexicana Laura Esquivel – Como Água para Chocolate (2000), sendo as duas convertidas para a linguagem cinematográfica), a afro-brasileira Carolina de Jesus – Quarto de despejo (1960); e Clarice Lispector, com A Hora da Estrela (1977). Hilda de Almeida Prado Hirst (1930-2004) também deve entrar na listagem já que retratava um certo "erotismo urbano".

possível por isso, buscar nela o espelho fiel do real ou a precisão "científica" pretendida por alguns. Pelo contrário, é preciso tratá-la com sensibilidade, procurando perceber através da palavra, "essa substância impessoal, recurso poderoso para a existência humana" (SEVCENKO, 1997, p. 19).

O elenco de obras produzidas e de ampla divulgação serão, sobremaneira, entrelaçadas aos pressupostos do sociólogo americano John H. Gagnon (1931-2016) sobre estudos das sexualidades na Universidade de Chicago. As linhas advindas da ciência já não permitem aquelas fronteiras matizadas no campo literário; entretanto, trazem novamente corpos e sentidos femininos como foco central da atenção. O presente texto não tem a pretensão de dá conta das incontáveis polêmicas que envolvem o modo das mulheres viverem suas experiências no campo das sexualidades, com destaque aos acontecimentos e vivências a partir dos anos 1960 e 70.

Na parceria com William Simon (1974), revelou aproximações com a ideia de roteiros ou scripts vislumbraram novas abordagens e análises sociológicas, delimitadas a partir da pesquisa empírica conduzida desde meados dos anos 60 sobre comportamento sexual. Tendo como sujeitos centrais de suas investigações incorporou comunidade homossexual, jovens universitários e projetos governamentais relativos à educação sexual para a realidade norte-americana. Incrementou e intensificou atenção sobre sexualidades também nos anos 80 quando das dimensões pandêmicas da HIV/AIDS (GAGNON & SIMON, 1987).

As questões aqui indagadas estão atreladas às subjetividades, ressaltando as vinculações com o campo dos desejos e performances sexuais, femininas e feministas, contemplando as ambiguidades e as incertezas.

> Ao contrário, o potencial subversivo que lhes cabe na paisagem sensível da atualidade depende justamente de um contato promíscuo com o que está ao redor para, então, criar linhas de fuga que operem como vetores de crítica e resistência a esse mesmo redor. (MORAES, 2008, p. 6).

Relevante refletir o modo como cada protagonista pode, em frente a tais experiências, encontrar o deleite ou o horror de acordo com o contexto vivido. É de nosso interesse pensar sobre o tema atentando para o significado que as mulheres atribuem aos seus corpos e às suas expressões e identidades sexuais, levando em consideração o direito à liberdade, à autonomia, a cumplicidade dos desejos e a responsabilidade entre O Eu e o Outro.

Nessa textura, a corrente de energia libidinal pode fluir e refluir, entre os sujeitos, possibilitando ao erotismo permear o ambiente a partir de toques, de olhares, de gestos, de respiração, de parceria e companheirismo. As marcas e os afrodisíacos contidos "sob a pele" e que podem ser transcritas no formato de palavras.

> Embora a existência de tantos discursos da sexualidade tenha servido como dispositivo de controle dos corpos e dos prazeres, a constatação da quantidade de obras que abordaram o sexo social, filosófica, psicológica ou anatomicamente leva inevitavelmente ao questionamento da ausência de uma

> crítica literária preocupada com o tema. Encontramos algumas respostas para essa indagação ao assumir que a invisibilidade que a literatura erótica sofre é resultado de um mal-estar maior, em que não é apenas o "falar sobre sexo" que está em jogo, mas um conjunto de crenças e valores sustentados há vários séculos por uma elite intelectual. (ZUCCHI, 2014).

Com tal perspectiva nada mais oportuno para alavancar esse artigo do que a representação poética intitulada Casamento da escritora mineira Adélia Prado (1991).

> "Há mulheres que dizem: Meu marido, se quiser pescar, pesque, mas que limpe os peixes.
>
> Eu não. A qualquer hora da noite me levanto ajudo a escamar, abrir, retalhar e salgar.
>
> É tão bom, só a gente, sozinhos na cozinha,
>
> de vez em quando os cotovelos se esbarram,
>
> ele fala coisas como "este foi difícil", "prateou no ar dando rabanadas"
>
> e faz o gesto com a mão.
>
> O silêncio de quando nos vimos a primeira vez atravessa a cozinha como um rio profundo.
>
> Por fim, os peixes na travessa, vamos dormir.
>
> Coisas prateadas espocam: somos noivo e noiva".

Em uma linguagem amorosa, composta pela experiência após os cinquenta anos de vida relacional, a autora traz como pano de fundo o roteiro ordinário do cotidiano, circulando entre as expressões sexuais vivenciadas entre protagonistas da e em ação. Nas relações conjugais, emoções, desejos e palavras conotam mais que significados simplificados e corriqueiros. Os seus versos descrevem o contato partilhado no qual o prazer sexual emerge e se mistura entre os toques, os olhares, os silêncios e os encontros dos cotovelos.

Encontros corporais, alertas de ocupação de espaços, das partilhas e das intenções. É, na cozinha - um espaço trivial, historicamente opressor para mulheres e determinante da ética e da economia do cuidar, de papéis subalternizados e silenciados -, que a experiência sexual acontece sem hierarquias ou assimetrias.

O peixe pescado pela escolha de um é descamado pela vontade da outra e o erotismo se impõe guiando os parceiros à celebração, diante dessa experiência transcendente. São condições que imprimem plenitude, independentemente da idade cronológica. Neste ponto, a autoria explicitada – relativa ao ser feminino do poema - gerado pela imaginação ou pela realidade biográfica da autora, seja mesmo uma mulher transgressora, já que ao escolher um roteiro para viver suas expressões sexuais buscou, nos seus desejos, aquilo que Gagnon (2006, p. 221) denominou das "fontes do erótico".

Tal conduta revela, ademais, os fragmentos e as emoções mentais, corpos encarnados e com sentidos à flor da pele. São experiências que vão além da ação da reprodução, do instinto ou da submissão. São palco, cenário e personagem de tramas involucradas de sentidos sensuais, eróticos e explicitação de desejos nos pormenores.

É o ato na sua inteireza e nesse pacto o roteiro se estabelece na aliança entre as partes, estabelecendo diálogos e jogos. É o Eros surgindo, estimulando e apurando os centros do prazer, estampando um sentido de completude à existência humana.

Por conseguinte, ao eleger o diálogo entre Allende (1988) e Gagnon (2006), a união das ideias se estabeleceu diante da percepção de que existe um ponto de fusão que se situa nas ambiguidades próprias ao tema. O encontro com o prazer ou com o desprazer são condições presentes na compreensão dos autores, considerando, sobretudo, os sabores e os percursos vivenciados por cada mulher no curso da sua vida. Entretanto, mesmo a despeito de discorrerem sobre um tema comum – a sexualidade –, adotam caminhos epistemológicos diferentes na compreensão desse tema.

Allende (1998), ao estruturar um paralelo das vivências sexuais com o ato da alimentação, preconiza que o indivíduo, nessas duas instâncias, pode ser levado ao gozo ou ao desencanto, a depender dos sabores que degustam nas suas vivências sexuais.

Já Gagnon (2006), trilhando caminho diferente e na esfera científica, mas com visão similar, defende a ideia dos roteiros sexuais já que o caminho escolhido possibilita, ao sujeito, viver a experiência do deleite ou do horror.

Diante de tais reflexões essa visão continua emaranhada nas questões incertas, duvidosas e paradoxais, no modo do ser feminino viver as suas fantasias já que o fetichismo ainda é um dos tantos contextos de subordinação aos quais os seres humanos, enquanto seres sociais, podem se embaralhar nas suas perigosas teias. São os emaranhados da perversa exploração capitalista, como parte do caminho, oprimindo as ações femininas e feministas, evidenciando tanto o agente explorador quanto a parte explorada.

Lançando mão de uma linguagem mitológica Allende busca, em Afrodite – a deusa da Mitologia Grega, considerada como a soberana do amor, da sexualidade, da beleza, do erotismo e, igualmente do orgulho, da vingança e da discórdia, logo, um mito dúbio, paradoxal –, entender as variantes que por ai se apresentam. Ancorada na potência afrodisíaca elabora um paralelo com a comida, ou com o ato da alimentação, defendendo que, tanto o ímpeto sexual quanto “um bom jantar”, não devem ser desperdiçados com o excesso ou com a escassez.

Com essa singular analogia enfatiza que ao planejar um cardápio as pessoas devem considerar os diferentes sabores. Nesse particular, é relevante que fiquem atentas para que eles - os sabores -, não somente se complementem, mas que tenham a possibilidade de serem distinguidos. Adverte que a ordem na qual os pratos são servidos influencia, sobremaneira, na sua apreciação no paladar e do olhar, na erotização da ação e dos sentidos.

É conveniente não começar com o mais suculento, porque, se este for o primeiro a ser degustado, possibilita que os outros fiquem sem gosto, insossos ou mesmo mal digeridos. E, dessa forma, se expressa:

> “Um jantar bem pensado é um crescendo que começa com as notas suaves da sopa, passa pelos arpejos delicados da entrada, culmina com a fanfarra do prato principal, seguido finalmente dos doces acordes da sobremesa”. (ALLENDE, 1998, p. 71).

Com tal perspectiva, compreende que as vivências sexuais, uma vez livre das performances espetacularizadas do tempo presente, podem ser penetradas pelo encanto do gozo e não pela desilusão ou a insensatez da violência.

Trilhando entre os pressupostos da romancista chilena, vê-se que as atitudes comportamentais da deusa grega, põem à tona os caminhos duais inseridos na beleza, na sensualidade, no erotismo e no amor, mas, do mesmo modo, na arrogância, na vingança e no terror, condições tão bem exercidas pela homenageada divindade.

Lançando mão do arquétipo, o vincula à relação de semelhança entre o ato de alimentar e as vivências sexuais defendendo a condição ambígua carimbada tanto em uma quanto na outra situação. Por isso que, na comparação entre a comida e a sexualidade evidencia o quanto a pressa ou o exagero, irritam tanto os humores responsáveis pela digestão quanto àqueles que dão respostas aos condicionamentos sexuais. Se o desfrute e a dor imprimem as suas próprias características, é fato que o excesso, a velocidade ou a precipitação, no ato de comer, irritam o suco gástrico, causando indigestão; assim também acontece com as experiências sexuais.

Na sua produção literária, intitulada *Afrodite. Contos, receitas e outros afrodisíacos* (1998), elaborada após a morte de sua filha, a escritora chilena – após tantas escrituras ficcionais - confessa como se deu o resgate da sua libido comprometida diante do luto. Nesse contexto, seu corpo já não tinha desejos e sua mente era nula em imaginação. A vida tinha perdido o cheiro, o sabor e a cor. Todavia, certos acontecimentos deram um novo rumo e a fizeram entender a importância da sexualidade na sua existência, emergindo daí um novo sentido ao seu viver.

Sonhos eróticos e recorrentes começaram a fazer parte das suas noites e neles a comida e a sexualidade estavam sempre presentes. Em frente a esse contexto confessa a dificuldade que teve em aceitar essa situação já que vivia o luto pela perda da sua filha e não se sentia merecedora dos ditos prazeres. Para ela, o renascer para a sua sexualidade era interdita já que seu corpo além de enlutado era também senil para as vivências eróticas.

Em um diálogo com um amigo assim se expressou:

> “Porque tenho esses pesadelos, Robert? Estou há meio século toureando os demônios da carne e do chocolate*.* O amigo respondeu: tenho más notícias, querida, aos setenta e dois contínuo igual. A tentação continua, mas a execução falha” (ALLENDE, 1998, p. 20).

Tal instigante diálogo demonstra a condição conflituosa impressa nessas questões, independentemente de identidade sexual e de gênero, da idade e da condição cultural do sujeito. Os “demônios da carne” seguem rondando corpos.

Nota-se que, nas interações sociais e sexuais entre os indivíduos, o corpo e os desejos se posicionam como elementos fundamentais entre a autonomia e a subordinação. Elas podem definir pluralidades de compreensões e atitudes em variadas situações.

Nesse particular, Gagnon (2006, p. 219, 220), ao expor a ideia de "roteiros sexuais" para falar sobre os conflitos presentes, no que tange às sexualidades, esclarece ao longo de sua obra sobre a necessária conceituação da categoria.

> "O roteiro é aquilo que liga os sentimentos de desejo e de prazer ou de repulsa e desintegração às atividades corporais associadas ao contato físico e aos sinais físicos de excitação (...) A sequência do que deve ser feito num ato sexual depende da existência prévia de um roteiro que defina o que deve ser feito com tal ou qual pessoa, em tal ou qual circunstância, em tal ou qual ocasião, e quais são os sentimentos e motivações apropriados a esse evento (horror ou deleite, raiva ou incentivo)".

Na união dos pensamentos, a sexualidade mergulha por entre os sabores e os roteiros podendo conduzir o sujeito ao prazer do gozo ou a frustração da frigidez como, igualmente, às fobias com as suas diferentes formas de violência, de medos e obsessões. São caminhos que se movem em territórios movediços e que circulam entre os diferentes itinerários com as suas peculiares consequências.

Nesse particular, a teoria dos roteiros de Gagnon (2006) possibilita estruturar um pensamento. Ao defender que a vida mental e a social andam de mãos dadas admite que as representações sexuais formatam um cenário cultural que não é simplesmente uma questão de regras ou valores abstratos. Para ele o que importa é o modo como as normas e as atitudes se integram nas narrativas sexuais a que foi dado o nome de roteiros.

Em outras palavras: se muitos dos símbolos culturais demarcam as atividades sexuais é no campo do social, e não na instância da biologia, que a conduta sexual deve ser organizada. Para o autor, a ideia dos roteiros foi para entender a relação entre o comportamento do indivíduo atuante e a sua interação com a ordem sociocultural no que dez respeito *à*s práticas sexuais.

> As pessoas aprendem sobre a vida ao receberem instruções sobre como agir, instruções estas que se encontram inseridas em histórias com desfechos bons e ruins (essas histórias identificam o que deve [ou não deve] ser feito, onde fazê-lo, quando fazê-lo, e com quem fazê-lo e por que fazê-lo) (GAGNON, 2006, p. 223).

Esclarece que o sujeito não é uma réplica dessa ordem, porquanto, na teoria dos roteiros sexuais, nada é fixo já que as respostas são adaptativas e estão de acordo com o ciclo de vida do sujeito e com certas situações, no instante de cada experiência vivida.

Em sua ótica, ninguém inventa as próprias fantasias. Elas são partes de uma peça que as pessoas montam em sua cabeça, mas, que o enredo já estava escrito.

Com essa compreensão o autor admite três níveis de roteiros sexuais:

> 1) os roteiros culturais, que estão vinculados aos símbolos culturais e aos papéis sociais;

> 2) os roteiros interpessoais, que implicam em uma variação de conduta individual no que parece ser uma mesma situação socialmente estruturada;
>
> 3) os roteiros intrapsíquicos, que incorporam o planejamento, as lembranças e as fantasias que despertam o desejo sexual (GAGNON, 2006).

Calcado nesses três níveis admite que não existe um comportamento padronizado na instância da sexualidade ou nas tantas outras condutas sociais, porquanto, o comportamento das pessoas está, habitualmente, vinculado aos contextos nos quais as condutas são produzidas. Para ele, a interação entre os níveis da roteirização está calcada nas dimensões históricas, culturais e individuais.

> "Existem culturas e épocas históricas em que não há conflito entre os significados culturais aceitos e as oportunidades de interação; os cenários culturais servem de moldes adequados à interação, e o indivíduo simplesmente monitora a qualidade dos desempenhos" (GAGNON, 2006, p. 226).

Com tal perspectiva e vasculhando a essência identitária humana, Gagnon entende que, inicialmente, os indivíduos se socializam como espectadores ou mesmo aprendizes dos cenários culturais. Entretanto, à medida que atuam como protagonistas desses tais roteiros (*scripts*) os modificam no sentido de que possam atender às exigências das outras pessoas aí presentes. Isso remete à noção de relacional e interatividade nas relações sociais e humanas, matizando identidades e alteridade. Assim se pronuncia, advertindo que, "nessas circunstâncias, passamos de atores puros, que leem seu texto, a improvisadores com certos componentes de dramaturgos" (GAGNON, 2006, p. 227).

Por conseguinte, na união das ideias de autores selecionados para esse artigo é possível entender que a noção de sexualidade, como busca do prazer e descobertas de sensações, implica em fatores diversos. Percorre caminhos que se adentram entre a Natureza e a Cultura se movimentando por entre as diversificadas transformações culturais, sociais, políticas, científicas, biológicas, corporais e tecnológicas. Assim sendo, é salutar compreender que a sua manifestação não está, obrigatoriamente, relacionada ao intercurso sexual e que o prazer daí advindo deve incluir, dentre outros elementos, o afeto e a comunicação entre o eu e o não eu.

É preciso apreender que o erotismo, como elemento enriquecedor da existência humana, não deva ser considerado como uma mera satisfação dos instintos, mas como um ato criativo compartilhado pelo prazer de unir os amantes aos ritos que embelezam e dão sentido à existência humana. Que sejam momentos que possam possibilitar intensos instantes de desejos e prazeres partilhados, entre os atores da ação.

Nos trabalhos que envolvem as vivências sexuais do sujeito, notadamente do ser feminino, é pertinente perseguir caminhos inseridos na ideia da totalidade. É nesse percurso que surge a oportunidade do sagrado e do profano, do concreto e do imaginário, do físico e do mental, do social e do cultural se entrelaçarem e se (re) conciliarem, não abrindo brechas para os perversos caminhos da fragmentação e da discriminação.

São rotas nas quais a violência, o preconceito, o horror, os comportamentos banalizados, como a pornografia, a podofilia, o abuso sexual, a objetificação do corpo e tantas outras injúrias, nesse campo presentes, não encontrem espaços para a sua morada.

Portanto, nas ambiguidades, sejam elas compreendidas pela visão poética da romancista chilena ao unir o ato de se alimentar ao ato da sexualidade, ou na perspectiva social/cultural/mental, inclusa na ideia dos roteiros do sociólogo norte-americano, percebe-se as dificuldades em lidar com as dualidades aí impostas.

Nesse ponto, pertinente trazer a deusa de volta a essa nossa conversa e com ela uma pergunta a ser formulada: em frente ao legítimo desejo de beleza e sexualidade, em que medida Afrodite pode atuar como uma influência na relação entre o erotismo e o processo de civilização de uma cultura? Como se posicionar nessas linhas dicotómicas com seus limites antagônicos entre instintos, emoções e viés racional?

Decolando com tais ideias aterrissamos no campo dos valores. É fato que eles estruturam as sociedades e que são construídos pelos seres humanos, mas, por eles mesmos estranhados (NIETZSCHE, 1978).

Como a realidade nos mostra que o mundo vem presenciando as incontáveis banalidades inclusas nos mais hediondos e bestiais crimes em nome de Afrodite é preciso questionar por que laços e entrelaços o poder civilizatório de Afrodite se impõe? Essa formulação se dá no entendimento de que se tanto o amor quanto a violência são condições concernentes à Deusa, talvez, na visão das sociedades, que vivem sob a égide do espetáculo (DEBORD, 1997), é provável que exista um entendimento de que se pode matar em nome do amor, estuprar em nome de um instinto incontido, retalhar os corpos em nome da ira, banalizar e coisificar os corpos femininos em nome de um patriarcado arcaico, mas, ainda presente e pujante, atualmente.

Baudrillard (2004, p. 58), ao se referir à violência assassina da banalidade, como a forma mais imperceptível do extermínio, assim se posicionou:

> "O século XX terá visto todo tipo de crime – Auschwitz, Hiroshima, genocídio -, mas o verdadeiro crime perfeito é, nos termos de Heidegger, a segunda queda do homem, a queda na banalidade."

Nesse caminhar é relevante trazer à tona os pensamentos de Paglia (1992, p. 15) quando a autora compreende que "o erotismo é o reino tocaiado por fantasmas. É o lugar além dos confins, ao mesmo tempo amaldiçoado e encantado" (grifos nossos). Território e espaço onde acontecem nuances da complexidade identitária e contradições intrínsecas à vivência relacional entre indivíduos.

Por assim ser é pertinente revisitar a Mitologia Grega – recuperando não somente mitos, mas pontos cruciais para explicar e ilustrar relações humanas - já que as lendas míticas imprimem sentido às narrativas que compõem a vida do sujeito. Elas arquitetam realidades, elaboram reflexões, constroem pontes e nos levam a assimilar a importância dos diferentes arquétipos presentes na existência dos seres humanos.

Nesse particular, as histórias advindas dessa fonte narram a inusitada paixão da Deusa do amor por Ares, o Deus da Guerra. Afrodite e Ares, vida e morte, forças opostas que, ironicamente, geraram quatro descendentes. Dois deles estão vinculados à pulsão sexual criativa da existência: *Eros e Harmonia*, respectivamente o deus amoroso e a deusa da concórdia, da paz, do pactuar.

Em contrapartida, os outros dois rebentos, concebidos da força brutal sexual destrutiva do Deus da Guerra, foram denominados de *Deimos e Fobos*. São eles que incutem o medo, o terror, as fobias, as aversões doentias. Expõe aqui, em um simples Mitologema, o dualismo inserido nas vivências sexuais de muitas mulheres. São realidades, expostas em estatísticas, que reforçam o entendimento de que a sexualidade e /ou o erotismo, a beleza, a paixão, o amor estão, a depender das circunstâncias, ao lado do confronto, da luta, da violência, do enfrentamento.

Outrossim, seguindo a ideia dos roteiros de Gagnon (2006) e dos sabores de Allende (1998), apreende-se que se a predileção em viver as experiências da sexualidade é pela busca do prazer, da plenitude, do compartilhamento, é salutar trilhar os caminhos gerados pela pulsão sexual criativa da Deusa Afrodite. Por certo, tantos os roteiros quanto os sabores que emanam dessa condição, têm a possibilidade de se configurarem em dádivas que possam ser compartilhadas entre as pessoas que delas são partícipes.

Enfim, são experiências que vividas ao lado do Deus Eros e da Deusa Harmonia reforçam a força do lado amoroso de Afrodite, contribuindo para um elevado processo civilizatório em toda a humanidade, trazendo à nossa consciência a verdadeira poética da sexualidade.

As expressões humanas – relativas às identidades sexuais e a mitopoética – podem, ademais, revelar uma potência para a existência e as múltiplas resistências. Nos paradoxos e na poesia erótica também se encontram traços dessa consciência e da urgência em "traduzir", seja no campo das artes literárias ou das Ciências Sociais, mais do que conservadorismos e conformismos sobre e de corpos, sexualidades e identidades. Os roteiros e os sabores conectam categorias relacionais, as complexas vidas de quem transgride normas e tradições.

> Vergonha: a fome nas crianças, a fome desenhada, omnipresente. Crianças que nem pão, ou gesto, ou um olhar qualquer.
>
> Vergonha de haver fome. De olhar fome. Vergonha: só o ver, como estas coisas. A violência de ver, sem mãos para mudar. Essa a vergonha.
>
> Vergonha: amor ausente e lacerado, obrigações de carne, obrigações do resto.
>
> Vergonha, esse chocar de carne contra carne, em moderna invenção – que nem de carne é feita, mas de fórmula exacta.
>
> Vergonha: destruir e conquistar sobre terreno alheio. Vergonha é o silêncio, a sério de vazio. A quem pertence o mundo? Vergonha é não te amar.

> Vergonha era fingir que não te pertenço. [...] As palavras perseguem-me, sombrias. Vergonha é não amar, e o sol de frente. Vergonha é não olhar de frente o sol.
>
> Abrir os braços em gesto que não sei e só talvez assim o conseguisse: braços abertos, como os do Cristo que vi na catedral, e o mundo todo aberto à minha frente. [...] Quando voltei do sol, reconheci: vergonha o pertencer, sem querer, a outro corpo.
>
> Vergonha é consentir. Vergonha é consentir. E a fome pode ser: ou de matéria a sério, ou de ternura – tão séria, tão honesta, como a ausência de farinha ou leite.
>
> Vergonha é o jornal que leio de manhã e ao domingo: as notícias de choque, a polícia de choque, disciplinas do corpo.
>
> Vergonha é não amar. O resto é estar aqui, o futuro presente, pronto para suster ódios e lutas (AMARAL, 2013, p. 77-79).

Se "vergonha é não amar" e não dar amplitude aos sentidos (eróticos, inclusive) qual finalidade relacional humana? Se os *scripts* já estivessem desenhados e essencializados, qual tempero cultural e qual relevância da aprendizagem mútua, de corpos, de sexualidades e de identidades que se constroem, se mesclam e se modificam ao longo das histórias ficcionais e reais?

Assim, em frente às ambiguidades que se movimentam em torno desse tema, no qual o prazer e a dor se fazem presentes, é preciso entender a importância das vivências sexuais e corporais estarem conectadas à beleza e ao poder civilizatório da deusa Afrodite.

Nesse particular, a mitologia nos conta que a cada primavera Afrodite se purificava e se renovava em um banho sagrado. O banho da referida deusa dava origem a uma virgindade psíquica em cada encontro amoroso e mesmo que o parceiro ou os gestos fossem os mesmos, ou não, tal encontro era vivido como uma primeira vez, na qual a sexualidade se entrelaçava ao sabor, à magia, às cores, enfim, à completude de uma experiência prazerosa.

Por conseguinte, a beleza e o erotismo de Afrodite devem ultrapassar tudo aquilo que simplesmente agrada aos olhos. É muito mais que a perfeição das formas. É a beleza que brota de um contato físico e psíquico, profundo, e que tem o poder de transformar essa vivência em êxtase no qual o sujeito pode experimentar o prazer do seu próprio corpo e do corpo do outro.

Diante desse pensar pertinente, finalizarmos com uma história que nos conta a escritura literária de Allende (1998, p. 103).

> "Na década de 40, Anaïs Nin e Henry Miller sobreviveram por um tempo escrevendo contos eróticos para um homem que lhes pagava por página. Este cliente, que se fazia chamar de Colecionador, sempre permaneceu anônimo, enchendo de indignada curiosidade os dois grandes autores que emprestaram seu talento e sua pena para satisfazer os seus caprichos. Este colecionador de pornografia não apreciava seu estilo e diversas vezes exigiu que "deixassem a poesia de lado" e se concentrassem no sexo, porque o

resto não lhe interessava. Anaïs Nin escreveu-lhe uma carta em que define magistralmente a essência do erotismo":

Querido colecionador: Nós o odiamos. O sexo perde todo o seu poder e sua magia quando é explícito, rotineiro, exagerado, quando é uma obsessão mecânica. Transforma-se em tédio. O senhor nos ensinou melhor do que ninguém o erro de não misturar sexo com emoções, apetites, desejos, luxúria, fantasias, caprichos, vínculos pessoais, relações profundas que mudam a sua cor, sabor, ritmo, intensidade.

Não sabe o que está perdendo com sua observação microscópica da atividade sexual, excluindo os aspectos que são seu combustível: intelectuais, imaginativos, românticos, emocionais. Isto é o que dá ao sexo sua surpreendente textura, suas transformações sutis, seus elementos afrodisíacos. O senhor reduz seu mundo de sensações, o que faz murchar, mata-o de fome, dessangra-o.

Se nutrisse sua vida sexual com toda a excitação e aventura que o amor injeta na sensualidade, seria o homem mais potente do mundo. A fonte da potência sexual é a curiosidade, a paixão. O senhor está vendo sua chaminha extinguir-se asfixiada. ***A monotonia é fatal para o sexo***.

Sem sentimentos, ***inventividade***, disposição, não há surpresa na cama. O sexo deve ser misturado com lágrimas, riso, palavras, promessas, cenas, ciúmes, invejas, todos os componentes do medo, viagens ao exterior, novos rostos, romances, histórias, sonhos, fantasias, música, dança, ópio, vinho.

Sabe quando está perdendo por ter esse periscópio na ponta do seu sexo, quando poderia gozar um harém de maravilhas diferentes e novas? Não existem dois cabelos iguais, mas o senhor não nos permite perder palavras na descrição do cabelo; tampouco dois cheiros, mas se nos expandimos nisto, o senhor berra: Deixem a poesia de lado! Não existem duas peles com a mesma textura e jamais a luz, a temperatura ou as sombras são as mesmas, nunca os mesmos gestos, pois um amante, quando está excitado por amor verdadeiro, pode percorrer a gama de séculos de ciência amorosa. ***Que variedade, que mudanças de idade, que variações na maturidade e na inocência, na perversão e na arte***...!

Temos nos sentado durante horas nos perguntando como é o senhor. Se tem negado aos seus sentidos seda, luz, cor, cheiro caráter, temperamento, agora deve estar completamente murcho. Há tantos sentidos menores fluindo como afluentes ao rio do sexo, nutrindo-o.

Só a ***pulsação*** unânime do sexo e do coração juntos pode criar êxtase. (grifos nossos).

Na roteirização de sexualidades, portanto, parece sempre haver opressão de gênero, não permitindo identidades múltiplas, experiências diversas e, principalmente, enfoque na construção social, relacional e de um determinado momento da vivência individual. Parece sempre indicar uma visão maniqueísta, determinista e não permitindo ampliar as captações das relações existentes, sem cair nas dicotomias sexo/gênero, mulher/homem, bem/mal, natureza/cultura. Não há espaços para a "pulsação" nem inventividade. Na busca de scripts deixamos a poética e a arte em tom monótono.

As diretrizes de modelos fixos, das exigências de um certo racionalismo, de

roteirizações podem ser pontos-finais, sinalizando para certa homogeneidade nas relações sociais. Obscurecer a pluralidade de práticas sexuais – incluindo o erotismo das palavras, dos sabores e das representações – podem limitar processos emancipatórios e integrados ao imaginário social.

REFERÊNCIAS

ALLENDE, Isabel. Afrodite: contos, receitas e outros afrodisíacos. Ilustrações Robert Shekter; receitas Panchita Llona; tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ALLENDE, Isabel. A casa dos espíritos. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

AMARAL, Ana Luísa. Ara. Porto: Sextante Editora, 2013.

BAUDRILLARD, Jean. Telemorfose. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESQUIVEL, Laura. Como Água para Chocolate. Barcelona: Grijalbo, 2000.

GAGNON, John H. Uma Interpretação do Desejo – Ensaios Sobre o Estudo da Sexualidade. Tradução Lucia Ribeiro da Silva; revisão técnica Sergio Carrara e Horácio Sívori. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GAGNON, John H. & SIMON, William. *Sexual conduct*: The social sources of human sexuality. Chicago: Aldine Press, 1974.

GAGNON, John H. & SIMON, Wiliam. The sexual scripting of oral genital contacts. *Arch Sex Behav* 16, pp. 1–25 (1987). Avaiable https://doi.org/10.1007/BF01541838

JESUS, Carolina de. Quarto de Despejo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

LISPECTOR, Clarice. A hora da estrela. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

MARTINS, Catarina Isabel. Corpos nus de mulheres negras: eixos poéticos e políticos da escrita de mulheres africanas lusófonas. Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 1, e58880, jan./abr. 2019. Disponível em https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n158880. Acesso 30 Ago. 2021.

MORAES, Eliane Robert. Topografia do risco: o erotismo literário no Brasil contemporâneo. Cadernos Pagu, (31), 2008, pp. 399-418. Disponível em https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200017 Acesso em 24 ago. 2021

NIETZSCHE, Friedrich. Obras Incompletas: seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho; posfácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

PRADO, Adélia. Poesias Reunidas. São Paulo: Siciliano, 1991.

PAGLIA, Camille. Persona sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickson. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. A Literatura como missão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ZUCCHI, Vanessa. Do prazer do texto ao prazer da crítica. Revista investigações, Recife, v. 27, n. 1, pp. 1-13, jan. 2014. Disponível em: <periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/492>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CAPÍTULO 7

O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA

Data de aceite: 27/09/2021

Wallace Moacir Paiva Lima
Bacharel em Ciência Política e Relações Internacionais - Centro Universitário Internacional (UNINTER)

RESUMO: As relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos têm oscilado tradicionalmente entre alinhamento e autonomia, escolhas estratégicas entre Norte e Sul, hemisféricas e globais, bilaterais e multilaterais. Essas opções são frequentemente vistas como mutuamente exclusivas, refletidas em polaridades internas baseadas em mitos de hegemonia. Além disso, eles tendem a ver a relação como uma via de sentido único, definida pelas oportunidades brasileiras que geram satisfação e/ou insatisfação no Norte, e não pelas dinâmicas bilaterais e interesses individuais; entretanto, a relação vai além de classificações simplistas para incluir o projeto nacional e a integração internacional. Após a Guerra Fria, progressos concretos foram feitos à luz deste mal-entendido, à medida que os vetores do Brasil e da América do Norte mudaram devido a uma mudança no equilíbrio global de poder. Embora ainda exista fragmentação, é evidente uma redefinição dos intercâmbios bilaterais, afastando-se do minimalismo associado à coordenação e/ou autonomia para o status de diálogo estratégico, definido oficialmente pela diplomacia. Este artigo, portanto, analisará as mudanças que ocorreram nas relações entre os dois países durante a última década.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Estados Unidos. Relações diplomáticas.

STRENGTHENING BRAZILIAN EXTERNAL POLICY WITH THE UNITED STATES DURING THE LAST DECADE

ABSTRACT: Bilateral relations between Brazil and the United States have traditionally oscillated between alignment and autonomy, strategic choices between North and South, hemispheric and global, bilateral and multilateral. These options are often seen as mutually exclusive, reflected in internal polarities based on myths of hegemony. Furthermore, they tend to see the relationship as a one-way street, defined by Brazilian opportunities that generate satisfaction and/or dissatisfaction in the North, and not by bilateral dynamics and individual interests; however, the relationship goes beyond simplistic classifications to include the national project and international integration. After the Cold War, concrete progress was made in light of this misunderstanding, as the vectors of Brazil and North America shifted due to a shift in the global balance of power. Although fragmentation still exists, a redefinition of bilateral exchanges is evident, moving away from the minimalism associated with coordination and/or autonomy to the status of strategic dialogue, officially defined by diplomacy. This article, therefore, will analyze the changes that have taken place in the relations between the two countries during the last decade.
KEYWORDS: Brazil. U.S. Diplomatic relations.

1 I INTRODUÇÃO

As relações internacionais estudam

sistematicamente as relações políticas, econômicas e sociais entre os países, refletindo reflexões que vão além das fronteiras nacionais. Desta forma, são estudados fenômenos que cruzam fronteiras (SEITENFUS, 2004). Todos os estados estão de alguma forma ligados entre si, mesmo que estejam em guerra. É importante lembrar que estas relações são fluidas no tempo e na forma, e envolvem diferentes manifestações de poder.

Mais especificamente, o continente americano tem muitas diferenças em termos de desenvolvimento. Seus países constituintes têm diferentes níveis de política, economia e sociedade (THE ECONOMIST, 2015). Esta situação se reflete no grau de democracia, desde a democracia plena (grau mais alto) até regimes autoritários (grau mais baixo).

Neste sentido, dois países democráticos se destacam no continente americano: os Estados Unidos da América e a República Federal do Brasil, devido à sua economia e influência. Os Estados Unidos têm influência global, enquanto o Brasil se concentra mais no subcontinente sul e centro-americano e na costa atlântica da África. O Brasil e os Estados Unidos compartilham muitos ideais e interesses na promoção do crescimento econômico e da prosperidade, garantindo o respeito aos direitos humanos inalienáveis e promovendo a cooperação em defesa e segurança em toda a região.

As relações internacionais entre os dois países são de longa data. Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a obter a independência dos governos europeus. O Brasil obteve a independência de Portugal um pouco mais tarde, em 1822. O primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foi os Estados Unidos, em 1824. Deve-se notar que a política “América para os americanos” ajudou os brasileiros a se libertarem dos grilhões europeus (RICHARDSON, 1907). Com o tempo, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos mudaram. Às vezes eles melhoraram e às vezes se deterioraram.

Na última década, os dois países viveram momentos diferentes em termos de líderes e termos que governaram em ambos os países. Os Estados Unidos de 2009 a 2017 tiveram um presidente democrata Barack Hussein Obama II. Logo depois, o republicano Donald John Trump assumiu o cargo de presidente.

Mudanças similares ocorreram no Brasil. Dilma Vana Rousseff, uma política de esquerda, tomou posse em 2011 e permaneceu no cargo até 31 de agosto de 2016, quando foi iniciado um processo de impeachment contra ela. Logo depois, Michel Temer (centrista) tomou posse até 1º de janeiro de 2019. Após as eleições de 2018, Jair Bolsonaro (um político de direita) assumiu a presidência.

Estas mudanças afetaram toda a geopolítica mundial. A expressão política é refletida diretamente em outras manifestações de poder. Não é diferente no setor militar, que é diretamente influenciado pelos formuladores de políticas. Isto afeta diversas áreas, como o número de militares em cursos, acordos bilaterais, compras, etc.

É evidente que tem havido uma grande mudança ideológica nestes países. Portanto, o problema que é investigado nesta tese é: “Como as relações internacionais entre Brasil e EUA mudaram durante os governos de Dilma Obama e Bolsonaro Trump?

A hipótese inicial é que, como os dois presidentes anteriores estão de acordo, é provável que as relações militares entre os dois países tenham melhorado. O principal objetivo deste estudo é determinar se a relação EUA-Brasil melhorou militarmente entre as administrações de Dilma, Obama e Bolsonaro e Trump. Para atingir esta meta, os seguintes objetivos específicos devem ser alcançados: (1) analisar as relações militares nas administrações Dilma e Obama; (2) analisar as relações militares nas administrações Bolsonaro e Trump; e (3) examinar quais áreas melhoraram ou pioraram.

O estudo se justifica principalmente porque o autor é especializado nos aspectos civis do exército americano. Como tal, ele já está ativo na arena política, interagindo com várias instituições em assuntos distintamente militares. Do ponto de vista metodológico, para auxiliar o projeto de pesquisa, o autor utilizará referências históricas para examinar as relações comerciais, os acordos bilaterais e as parcerias militares. Além disso, o autor utilizará teorias de relações internacionais para orientar a pesquisa com teorias relevantes e princípios conhecidos aplicáveis à comunidade internacional e ao campo das relações exteriores. Estas teorias incluem liberalismo, realismo e construtivismo.

2 | PERSPECTIVA HISTÓRICA

A fim de compreender e avaliar plenamente a relação EUA-Brasil, é necessário analisar alguns dos principais eventos que levaram ao atual estado das relações entre os dois países. As relações bilaterais entre os dois países passaram do “frio” para o “quente” e voltaram para o “frio”. “Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a declaração de independência do Brasil em 1822 em relação a Portugal. Reconhecer a independência dos estados americanos das metrópoles européias foi uma política dos EUA para enfraquecer a influência européia na região e eventualmente “conquistar” os novos estados independentes (HAKIM, 2004).

Durante os anos 90 e a primeira metade do século XX, as interações entre os dois países foram limitadas a certas oportunidades multilaterais, tais como a Conferência das Américas. Na primeira Conferência Pan-Americana, realizada em 1890, muitos países americanos, incluindo os Estados Unidos e o Brasil, discutiram vários projetos de integração regional. Estas incluíam tanto integrações militares quanto econômicas (HAKIM, 2004).

Na década de 1930, o interesse alemão em aprofundar as relações com os países latino-americanos, particularmente o Brasil, era uma grande preocupação da política externa dos EUA devido à influência nazista no continente, e os diplomatas e planejadores militares americanos temiam que o Brasil pudesse apoiar a Alemanha nazista (DOS, 2015). Tal aliança teria tornado os Estados Unidos vulneráveis e fechado o Atlântico Sul ao transporte marítimo aliado.

Felizmente para os Estados Unidos, o Brasil acabou se juntando aos Aliados, reforçando o compromisso dos Estados Unidos e da República Federativa do Brasil com

uma forte relação bilateral. O Brasil declarou guerra à Alemanha em 22 de agosto de 1942, logo após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, e juntou-se às forças aliadas que patrulham o Atlântico Sul. As unidades do shopping foram enviadas para a Europa, principalmente a Itália, para lutar em conjunto contra o totalitarismo nazista. Os laços mais fortes com a cultura americana foram estabelecidos sob o Presidente Getúlio Vargas nos anos 30 e 40. Durante este período, ocorreu uma mudança de paradigma; o “velho mundo” liberal da Europa não era mais a fonte da modernização que o Brasil buscava (FISHLOW, 1982).

Depois que João Goulart chegou ao poder, o Brasil se distanciou dos Estados Unidos. Durante este período, o Brasil se aproximou da Rússia e da ideologia socialista. Entretanto, quando o governo militar passou a liderar o país, houve novamente um estreitamento entre as nações. Com o passar do tempo, os governos da Nova República empregaram relações que sofreram mudanças que melhoraram e pioraram, dependendo do presidente no poder.

3 | DOS GOVERNO LULA E DILMA

Em 18 de maio de 2010, a Secretária de Estado Hillary Clinton expressou a indignação dos EUA pelo anúncio de Teerã de que havia chegado a um acordo decisivo com sua contraparte turca sobre as atividades de enriquecimento de urânio do Irã. Clinton condenou o Brasil por intervir em uma situação que não compreende plenamente e por comprometer o frágil consenso internacional para impor novas sanções ao Irã. O Financial Times relata que “Hillary Clinton … nada mais fez do que acusar o Brasil de ... como o primeiro país do mundo a fazê-lo. nada mais fez do que acusar a Turquia e o Brasil de ingenuidade internacional ao facilitar a operação desperdiçada do Irã”. Clinton pode ter exagerado na iniciativa de negociação brasileira, que foi inicialmente apoiada pela Casa Branca e que, de acordo com vários ex-diplomatas americanos altamente respeitados, produziu o que Washington deveria ter visto como um resultado potencialmente útil. As relações EUA-Brasil foram severamente danificadas e não foram totalmente restabelecidas até o momento.

Seis meses depois, em 1º de janeiro de 2011, a inauguração de Dilma Rousseff foi saudada com algum otimismo em Washington. Quando ela foi eleita em outubro, havia receios nos EUA de que ela traria para a presidência uma ideologia de esquerda que pode ter sido moldada por suas experiências como guerrilheira urbana nos anos 70. Entretanto, fica claro por seus discursos e entrevistas antes de tomar posse (notavelmente uma entrevista com o Washington Post) que ela pretende seguir uma política externa menos flamboyante e ambiciosa do que sua antecessora e que ela está interessada em melhorar as relações com os EUA. Ela também deixou claro que está preparada para ser mais crítica em relação ao Irã e a outros países que violam os direitos humanos.

As autoridades brasileiras da época enfatizaram a continuidade da política externa

brasileira e ressaltam que Dilma fez apenas pequenas mudanças, principalmente em resposta à mudança do contexto internacional, e não a mudanças ideológicas ou políticas. No entanto, Dilma adotou uma abordagem mais restrita às relações exteriores do que Lula e reduziu o perfil internacional do Brasil. Após dezoito anos de seu mandato, as tensões entre os EUA e o Brasil diminuíram claramente, e a crise afetou os principais países da região.

Do ponto de vista de Washington, a mudança mais importante é o aparente distanciamento do Brasil de suas relações outrora estreitas com o Irã. Rousseff não se encontrou com o presidente Ahmadinejad na conferência ambiental da ONU Rio+20, e o Brasil não estava no itinerário do presidente iraniano durante suas duas últimas visitas à América Latina sob a presidência de Rousseff. Entretanto, o Brasil mantém relações comerciais ativas com o Irã e continua a se opor às sanções da ONU contra o país, que os EUA dizem ser necessárias para impedir que o Irã desenvolva armas nucleares.

Obama foi recebido com entusiasmo pelo povo brasileiro e, por todos os relatos, foi estabelecido um diálogo frutífero entre ele e Dilma. Entretanto, nenhum progresso real foi feito em nenhuma das principais e prioritárias questões que afetam o relacionamento EUA-Brasil. Também não houve melhoria significativa nas relações comerciais, embora a Casa Branca tenha descrito a viagem do presidente dos Estados Unidos como um esforço do presidente para expandir as oportunidades comerciais e de investimento. Os brasileiros ficaram desapontados por Obama não ter apoiado os esforços do Brasil para obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como havia feito em nome da Índia durante as visitas anteriores a Nova Deli.

A viagem de Rousseff aos Estados Unidos foi mais tranquila e atraiu relativamente pouca atenção. Ela passou apenas um dia em Washington e fez uma aparição pública. A visita do presidente brasileiro foi comparada à recepção formal do primeiro-ministro indiano seis meses antes, que foi vista por muitos como um símbolo do status relativo dos dois países em Washington.

4 | O GOVERNO BOLSONARO

No final do primeiro trimestre de sua administração, o Presidente Bolsonaro fez sua primeira visita oficial ao Presidente norte-americano Donald Trump, marcando uma grande mudança na política externa brasileira e oferecendo-se como um apoiador do país norte-americano.

O apoio quase incondicional do presidente brasileiro ao primado dos Estados Unidos, não apenas na América Latina, mas também na política mundial, é inédito. Ambos são vistos como pessoas impulsivas e quase coléricas que não podem ser influenciadas nem mesmo por conselheiros, com estratégias de ação de curto e médio prazo (MEARSHEIMER, 2019).

Eles também compartilham a mesma ideologia de se comunicar com as pessoas

através das mídias sociais, o que ajudou muito a ambos nas eleições. A relação entre o Congresso e o Judiciário também é semelhante e pode ser descrita como tensa, pois ambas as partes acreditam que o compartilhamento do poder é desnecessário, pois concentram sua energia e seus projetos diretamente no povo.

Os benefícios que encorajam o Presidente Bolsonaro a manter um relacionamento amigável com o Presidente dos EUA incluem o apoio dos EUA à adesão do Brasil à OCDE, que é importante para as empresas brasileiras, e as parcerias militares fora da OTAN, a principal aliança não-NATO (MNNA), que dá maior acesso ao financiamento dos EUA para equipamentos militares. Neste sentido, estão em andamento negociações entre o Brasil e os Estados Unidos para o uso da Base Nacional de Alcântara.

Entretanto, os Estados Unidos não têm muitos pedidos ao Brasil, mas mesmo alguns deles são muito importantes, como no caso da Venezuela, onde o regime de Nicolás Maduro, que o Presidente Trump quer derrubar, está no poder, portanto este acesso precisa do apoio territorial e armado do Brasil.

Para Trump, acabar com o regime de Nicolás Maduro é importante para ganhar votos na eleição para seu presidente, e para isso ele precisa de todo o apoio logístico, incluindo talvez militar, que o Brasil pode oferecer.

Em outubro de 2019, representantes brasileiros e norte-americanos concluíram negociações sobre três acordos que promovem o comércio entre os dois países, padronizando as práticas regulatórias e anticorrupção. Este pacote de acordos comerciais formará a base de um futuro acordo de livre comércio mais amplo que incluirá a eliminação de certas barreiras não-tarifárias ao comércio entre os dois países de forma mais simples e menos burocrática; proibindo as agências reguladoras americanas e brasileiras de alterar as regulamentações de produtos sem antes dar aos exportadores a oportunidade de comentar.

As medidas têm agradado a comunidade empresarial do país, que há muito tempo exige essas mudanças porque acredita que elas impulsionarão o comércio bilateral e também terão um impacto positivo nos fluxos de investimento.

Alguns viram o pacote como uma possível troca americana destinada a convencer o Brasil, através de conselheiros de segurança nacional dos EUA, a proibir a empresa chinesa Huawei de participar da implantação da tecnologia 5G no país.

O comércio entre o Brasil e os Estados Unidos tem sido problemático nos últimos anos e, de janeiro a setembro de 2020, o intercâmbio entre os dois países foi 25% menor do que no mesmo período de 2019, segundo a Câmara Americana de Comércio (Amcham-Brasil), o déficit do Brasil com os Estados Unidos foi de US$ 3 bilhões.

Há pontos mais positivos do que negativos nesta relação, o que distingue o Governo Bolsonaro e, consequentemente, a imagem do Brasil no mundo (em sentido positivo), portanto, pode-se dizer que este é o início de uma nova era nas relações Brasil-EUA, o que eleva as expectativas das grandes potências como os países europeus e a China, e

devolve o país a um nível comercial igual no mundo.

5 I CONCLUSÕES

O atual relacionamento do Brasil com os Estados Unidos não é, portanto, um motivo de grande incerteza devido à mera convergência. O Brasil se ajustou em outros momentos de sua história. O que é surpreendente desta vez, porém, é que não importa o quanto se pareça difícil, não se pode encontrar nada que seja do interesse nacional. Desde o início do atual governo, o Brasil tem limitado sua margem de manobra: fez concessões aos EUA sem esperar pela reciprocidade e mesmo sem a pressão de seu vizinho do norte. Fizemos concessões ao esperar e escolher.

Retornando de sua primeira viagem bipartidária pós-eleitoral visando a Casa Branca, em 2019. Em março, Bolsonaro e seu gabinete citaram como ganhos uma série de concessões unilaterais do Brasil: a lista incluía uma promessa de levantar vistos para cidadãos americanos; a transferência da Base de Lançadores Espaciais de Alcântara (MA) através da assinatura de um Acordo de Proteção Tecnológica já aprovado pelo Congresso brasileiro e a perda do status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em troca, o país poderia contar com o apoio da administração Trump para aderir à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e tornar-se um “aliado prioritário não-NATO”.

A política externa nacionalista do Trump não inclui a preocupação com a construção de alianças. Trump não está interessado em se posicionar como o líder de uma potência hegemônica. Muito pelo contrário. Em sua opinião, foi seu desejo de se posicionar como hegemônico que levou seus antecessores na Casa Branca a fazer concessões. Portanto, sua postura é exigir uma recompensa dos aliados pelos investimentos que os EUA fizeram nos campos fiscal e de defesa. Quando se trata da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o Sr. Trump foi bastante franco ao dizer que os europeus se beneficiaram demais das despesas militares dos EUA com a defesa europeia e que é hora de os europeus pagarem mais por sua segurança.

Também é verdade que com a nova configuração multipolar do sistema de energia internacional, os EUA não podem se dar ao luxo de perder influência na América Latina. O apoio do bloco latino-americano é uma das condições básicas para que os EUA se tornem uma grande potência. Em tal situação, os americanos não podem se reconciliar com a ideia de que a América Latina não age de forma coerente e muito menos com o surgimento de uma superpotência abertamente desafiadora.

Hoje, no entanto, a realidade é um pouco diferente. Na situação atual, os interesses econômicos da China são de grande importância. Mas não apenas os chineses. Os russos também estão interessados. No passado, os russos e chineses agiram apenas nas sombras, e mesmo assim apenas como apoio aos partidos comunistas e pequenos grupos. No século XXI, os chineses e russos estão agindo abertamente para proteger seus aliados. Se não

fosse por sua firmeza em expressar preocupação com a Venezuela, os EUA, contando com o apoio do Brasil, poderiam ter embarcado numa aventura militar para remover Nicolás Maduro como presidente. Deve-se acrescentar que quando falamos de dureza, estamos falando da venda de equipamentos militares, treinamento militar e inteligência.

Neste cenário, não propício à intervenção política explícita, as ações encobertas e a dimensão ideológica se tornaram mais importantes. No que diz respeito ao Brasil, é escandaloso que um filósofo autoproclamado que vive nos EUA tenha dirigido publicamente as ações do governo, a ponto de ser responsável pela demissão e demissão de ministros de Estado e de participar de reuniões entre as autoridades brasileiras e representantes do governo dos EUA. Algo semelhante pode ser dito sobre as atividades das igrejas neopentecostais.

As relações bilaterais entre o Brasil e os EUA estão, portanto, estreitamente ligadas a este contexto. Os diplomatas brasileiros, reconhecidos por sua excelente formação profissional, disciplina e respeito à hierarquia - fatores que garantem a competência e a unidade do serviço diplomático do país - foram rudemente rebaixados e substituídos em missões-chave por novos recrutas cujo único atributo era uma aparente amizade com as autoridades americanas. Até mesmo a embaixada brasileira em Washington, antes reservada aos diplomatas mais experientes e ilustres, foi chefiada durante muito tempo por um funcionário temporário, enquanto se discutia se o cargo deveria ser preenchido por um deputado sem qualificações e até mesmo sem o conhecimento necessário do idioma local.

Este modelo atípico de relações políticas e diplomáticas com os Estados Unidos, baseado unicamente em fatores ideológicos, não produz nem pode produzir quaisquer resultados que possam ser considerados benéficos para os segmentos sociais mais dependentes dele. Enquanto o governo brasileiro ameaça tomar decisões erradas e imprudentes, como mudar a embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, seguindo a decisão anunciada por Trump, ou votar contra a resolução da ONU condenando e pedindo o fim do embargo dos EUA contra Cuba, revertendo a posição tomada desde 1992, quando a resolução foi votada pela primeira vez, os Estados Unidos estão anulando todas as esperanças do governo brasileiro.

REFERÊNCIAS

DOS. (2015). **"Consulado Geral dos EUA Recife".** Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. Fonte: State.GOV.

FISHLOW, A. (1982). **Estados Unidos e Brasil: O Caso da Relação Desaparecida.** Conselho de Relações Exteriores, pp. 904-923

HAKIM, P. (. (2004). **O Parceiro Relutante.** Conselho de Relações Exteriores, pp. 114- 123.

MEARSHEIMER, J.; WALT, S.; **The Israel Lobby and U.S Foreign Policy.** Farrar, Straus and Giroux. First Edition. New York. 2019.

RICHARDSON, J. D. **Compilation of the Messages and Papers of the Presidents**. 1907. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120108131055/http://eca.state.gov/education/engteachin g/pubs/AmLnC/br50.htm. Acesso em junho de 2021.

Seitenfus, Ricardo. **Relações Internacionais.** 1ª ed. Editora Manole Ltda., São Paulo: 2004

THE ECONOMIST. **Democracy Index 2015**: Democracy in age of anxiety. 2015. Disponível em: https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2015. Acesso em junho de 2021.

SOBRE A ORGANIZADORA

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora sênior da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Fundadora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal), onde foi professora visitante (CAPES, 2019/2020) e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2021/2023). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/Universidade do Algarve, Portugal). CV: http://lattes.cnpq.br/6538283866214716, ORCID: http://orcid.org/0000-0002-5689-8206.

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

O

P

R

S

T

História e Política:

Pensamentos constitutivos e críticos

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

História e Política:

Pensamentos constitutivos e críticos

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021